



A viúva do presidente Mao, Chiang Ching, que terá sido detida em Pequim, juntamente com os elementos mais extremistas do comité central do P.C. chinês

"Manif" de professores

Professores da Zona da Grande Lisboa, mas já com o apoio e adesão de todos os Executivos Nacionais à excepção dos do Sindicato do Porto, vão hoje, a partir das 18 horas, manifestar-se a cem metros do M. E. I. C., fundamentalmente contra o Decreto-Lei n.º 672/76 que regulamenta a colocação e contratação dos professores.

Para lá da contestação generalizada que a política educacional seguida por Sottomayor Cardia, tem provocado na esmagadora maioria das escolas portuguesas, será oportuno recordar que a direcção do Sindicato promotor da manifestação é de orientação P. S. e afirma, pela voz de alguns dos seus dirigentes, seguir à risca o consignado, no que respeita ao Ensino, pelo Programa do P. S.

(Pág. 2)

José Magalhães Godinho indigitado para a vaga de provedor de Justiça

Lugar vago desde que o tenente-coronel Costa Brás ingressou na actual equipa governamental, onde desempenha as funções de ministro da Administração Interna, o cargo de provedor de Justiça será ocupado muito provavelmente pelo dr. José Magalhães Godinho. É este, pelo menos, o nome que o P. S. irá propor, já esta tarde, à Assembleia da República.

Como se sabe, por disposição em vigor, o provedor da República tem de ser eleito por aquele órgão de soberania, e não consta que outros partidos que têm ali representação venham a propor qualquer outro nome. Em princípio, parece de admitir que o nome de José Magalhães Godinho venha a merecer voto favorável dos principais partidos.

O nome do próximo provedor da Justiça, é inevitável na história da resistência em Portugal à ditadura fascista de 1926 a 1974 e na história das lutas pela liberdade e pelos direitos dos portugueses na vigência do regime salazar-caetanista. Activo combatente desde os anos 30, apareceu envolvido na revolta da Madeira, manteve contactos em 36/37 com o Comité da Frente Popular Portuguesa, apoiou acções de resistência antifascista durante a Guerra Civil de Espanha. Fez parte do M. U. N. A.

Continua na pág. 24



O nome do antigo dirigente do MUNAF não deve encontrar oposição na Assembleia

SEGUNDO FONTES DE PEQUIM

VIÚVA DE MAO DETIDA POR CONSPIRAÇÃO

Y. EQUIM, 12 (ANO, F. e R.)

A viúva do presidente Mao Tsé-tung, Chiang Ching, e três outros dirigentes chineses teriam sido presos e acusados de conspirar para um golpe de Estado, disseram hoje círculos bem informados.

Um porta-voz oficial chinês declarou não ter comentários a fazer acerca da notícia.

Os referidos círculos disseram à Reuter que funcionários chineses haviam sido particularmente informados da prisão de Chiang Ching e de três outros membros da chamada Ma-fia de Xangai: Wang ung-wen, Chang Chun Chiao e Yao Wen Yuan.

Todos os quatro são membros radicais do Politburo que começaram a ganhar proeminência política em Xangai, a cidade mais populosa da China.

Fontes em Pequim declararam à Reuter que os quadros chineses até ao nível mais inferior já haviam sido informados das prisões. A notícia estava a espalhar-se de boca em boca, acrescentaram.

Chiang Ching, que tem sido o principal ponto de apoio dos radicais neste último ano, não participou na vida política chinesa até à tumultuosa Revolução Cultural de há dez anos, que ajudou a desencadear jun-

tamente com Yao.

Chang e Wang alcançaram também proeminência em resultado da agitação em meados da década de 60.

Diversas fontes chinesas oficiais afirmaram nestes últimos dias que os altos quadros do partido e os comissários políticos da região de Pequim haviam sido informados no sábado da situação interna nestes termos: «Tentativa de golpe de Estado» e «prisões consecutivas».

Observadores de Hong-Kong, muito conhecedores da situação chinesa, consideram estas prisões muito plausíveis e ligam-nas a um documento que circulou há duas semanas nesta colónia britânica e que foi apresentado pelo jornal independente «Kung Sheung Daily News» como o «testamento oral» do presidente Mao. Em 3 de Junho deste ano, Mao teria tido uma reunião com Hua Kuo-feng, Wang Hung Wen e Chang Chun Chia (estes dois últimos agora presos), o ministro da Defesa, Ye Chieng Yin e três outros dirigentes. Mao teria exprimido nessa ocasião o seu desejo de não ser substituído na chefia do partido, considerando preferível a escolha de uma direcção de três elementos. Sobre o futuro político da sua mulher, Mao tê-lo-ia re-

metido para a Comissão política, pedindo, porém, que não se procedesse a novos ajustes de contas à reabertura de novos processos, acrescentando que deviam auxiliar a sua mulher a recordar-lhe que não cometesse de novo os erros do passado. Finalmente Mao terá advertido que se se voltassem a reabrir processos «muitas cabeças rolariam».

Os elementos detidos são os membros mais radicais da Comissão política do P. C. e constituem o chamado grupo de Xangai. Se as prisões se confirmarem, isso significará que a Administração chinesa foi depurada dos seus esquerdistas radicais, vencendo a linha pragmática do falecido Chu En-lai.

A demora na confirmação oficial do cargo de Hua Kuo-feng estará relacionada com o referido «golpe de Estado» do grupo de Xangai, calculando-se que houve o cuidado de não dar a confirmação oficial da nomeação, enquanto a Administração não estivesse depurada. Já há dois dias que circulavam em Pequim rumores destas depurações. Supõe-se que Hua Kuo-feng tem o apoio do Exército Vermelho.

Ontem Hua apareceu, pela primeira vez, desde a eclosão da crise, surgindo no aeroporto de Pequim para receber Michael Somare, primeiro-ministro da Nova Guiné, a pua.

Sorrindo e conversando amigavelmente com outros funcionários, aparentava uma confiança impressionante. Junto dele encontrava-se o vice-primeiro-ministro Li Si-en-nien, de 71 anos, um importante moderado e íntimo colaborador do falecido primeiro-ministro Chu En-lai.

Li é o principal perito financeiro da China e um homem respeitado em todos os sectores pelo seu talento administrativo e lealdade ao partido.

Li é agora apontado como possível primeiro-ministro depois de a nomeação de Hua para presidente ser formalmente anunciada. Foi aliás como primeiro-ministro que ele ontem de apresentou a receber o dirigente da Nova Guiné, a pua.

RELAÇÕES COM PEQUIM NÃO ESTÃO PARA BREVE

Ao contrário do que foi deixado entender, o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China não deverá ocorrer de imediato, dizem fontes afectas à diplomacia portuguesa.

Várias razões apontam neste sentido: por um lado, o estabelecimento de relações não terá ficado decidido no recente encontro havido em Nova Iorque entre os ministros Medeiros Ferreira e Chian Kuan-hua; por outro lado, embora Portugal esteja resolvido a ultimar rapidamente o assunto, a «máquina» diplomática chinesa caracteriza-se por uma considerável lentidão de movimentos, não sendo de esperar qualquer excepção neste caso; finalmente, a instabilidade que parece reinar presentemente ao nível dos órgãos de direcção, partidária e governativo em Pequim, não deverá contribuir para um desenlace com a rapidez que Lisboa desejaria.

De acordo com as mesmas fontes, na entrevista entre Medeiros Ferreira e Chian Kuan-hua o «sinal mais animador» teria partido da constatação entre identidade de posições entre o Governo do P. S. e as autoridades chinesas quanto à necessidade de «preservar uma Europa unida, forte e democrática» (nos quadros da C. E. E. e da N. A. T. O.), como preconiza a política externa de Pequim, e não propriamente de uma decisão comum de restabelecer relações diplomáticas.

Em reforço destas informações pesa a rectificação feita hoje por um matutino lisboeta considerado afecto ao partido governamental quanto a uma notícia publicada ontem em que se deixava entender que no encontro já citado ficara decidido o imediato restabelecimento de relações entre os dois países. Nesta rectificação diz-se apenas que os dois ministros deram importantes passos na aproximação entre Lisboa e Pequim, inferindo-se que eles passariam fundamentalmente, pela constatação da identidade de posições quanto à Europa.

Mais noticiário
na página 15

24 PAGINAS

Política de A a Z

PIRES VELOSO E SÁ CARNEIRO

Ontem o «Diário de Notícias» noticiava e sublinhava a coincidência: «Após visitar Pires Veloso, Sá Carneiro criticou a actuação do Governo.» Sabe-se, e não apenas pela «revelação» do «Expresso», que o brigadeiro Pires Veloso não se dispôs de notar ao Primeiro-Ministro Mário Soares uma certa decepção quanto ao conteúdo e ao tom de declarações deste; sabe-se — e o brigadeiro Pires Veloso não o ignora — que das atenções de que é alvo como doente se tiram conclusões especulativas. Na linha dessas especulações, e não nos repugna crer que independentemente da vontade e dos sentimentos do brigadeiro Pires Veloso, a «direita» procura levar água ao seu moinho. Neste caso, cuja coincidência manifesta o «Diário de Notícias» legitimamente anotou, é patente que o secretário-geral do Partido Social-Democrata não perdeu tempo, e, após a sua visita a Pires Veloso, nas colunas do «Comércio do Porto», proclamou: «Estamos a viver uma espécie de hora da verdade para o Governo Constitucional da República». O tom salomónico da sentença vai bem com a oratória do dr. Francisco Sá Carneiro, com a importância que ele se atribui, com a solene ligeireza com que se exprime sobre tudo e em toda a parte. Para Sá Carneiro: os problemas fundamentais do povo português continuam por resolver. A verdade da afirmação não significa que o P. P. D. de Sá Carneiro possa arvorar-se em juiz com autoridade. Parceiro da governação em cinco dos seis Governos Provisórios, cabem ao P. P. D. culpas definitivas nessa irresolução, nesse adiamento, nesse descuido dos «problemas fundamentais do povo português».

Na situação que atravessamos, e atentos às dificuldades que Portugal experimenta, supomos ser perfeitamente claro que o secretário-geral do Partido Social-Democrata e o seu ex-P. P. D. não representam uma alternativa democrática, parlamentar, em relação ao actual Governo minoritário socialista. Repudiada pelo P. S. a aliança, restam ao partido de Sá Carneiro dois aliados possíveis: o C. D. S. e a «direita militante». E esta é outra razão para tornar infeliz a coincidência entre «uma visita» e «uma entrevista».

ELEIÇÕES À VISTA

As eleições para as autarquias locais determinam a tática e contribuem para fazer inclinar a estratégia dos «partidos». A redução à escala local dos antagonismos reais e dos eventuais pretextos dos discursos políticos, sofrem adaptações e desvirtuamentos. Na base local os sentimentos unitários prevalecem ou precedem demarcações ditadas por conceitos de pureza e de ritmo. A «Revolução» não está ainda neutralizada, amortizada nas páginas do «Diário da República», no seio do povo, vive, sobrevive, como esperança e como desespero. As forças democráticas têm a consciência de que as eleições para as autarquias locais são um passo importante na institucionalização da vida democrática. A «direita» não desconhece a importância da batalha. Acresce que as declarações do dr. Mário Soares deram às eleições administrativas o papel de relevante contraprova. Não surpreende, portanto, que fortalecido com o «suspense» relativo a «visita a Pires Veloso», tenha este sido o militar doente rodeado de atenções ou um interlocutor político, Sá Carneiro, censurando a assiduidade da presença na Televisão dos membros do Governo, tenha vindo afirmar: «a proximidade das eleições não pode ser justificada para uma actividade destas, pois não estamos em tempo de campanha e o Governo não pode estar em campanha, nem o partido do Governo pode estar em campanha quando os outros partidos o não estão, nem sequer têm acesso à rádio e à televisão para a campanha».

Mais uma vez «vida suspensa e país parado» à espera de eleições. E enquanto se espera sucedem-se estes casos de protesto verbal, de intriga de bastidores, de agitação nervosa. Sá Carneiro protesta «após visitar Pires Veloso», anota o «Diário de Notícias». E nesse mesmo sábado, segundo informa o «Jornal de Notícias», do Porto, o brigadeiro Pires Veloso teve a visita do capitão João Pedro Tomás Rosa.

UM HOMEM EM FOCO

Para o «Jornal de Notícias» — leia-se a edição de domingo — João Pedro Tomás Rosa «é um homem em foco». Não passou, portanto, despercebida a sua presença no Porto e um jornalista foi ouvi-lo: «ontem, ao fim da tarde, no 'hall' de acesso ao corredor do Hospital Militar, onde se encontra em recuperação o brigadeiro Pires Veloso. O capitão Tomás Rosa e o tenente da F. A. P. José Costa Parente, director do Departamento de Informação, tinham estado largo tempo em diálogo com o comandante da R. M. N., após uma reunião de trabalho no Centro de Produção do Porto (Monte da Virgem)». Não interessa, de momento, referir as respostas curiosas e desembaraçadas do presidente da RTP ao jornalista que o interrogou. Interessa anotar a coincidência.

OUTRA COINCIDÊNCIA

O tenente-coronel Pinto Simões que se demitiu do seu lugar de administrador da RTP foi nomeado adjunto do brigadeiro Pires Veloso e o dr. Henrique Esteves, antigo funcionário do Ministério do Trabalho que, como oficial miliciano, fora ajudante-de-campo do brigadeiro Pires Veloso vai ser nomeado — segundo o jornal português — director do Centro de Produção do Porto da RTP.

O «Jornal de Notícias» pergunta desconfiado «que influência terá nisto o brigadeiro Pires Veloso?». Ficamos-nos pelas coincidências. Coincidências que levantam dúvidas, que dão lugar a perguntas indiscretas. Ainda há por aí quem se recorde, quanto a Tomás Rosa, da sua passagem pela Faculdade de Direito e da sua entrevista ao «Expresso», e quanto a Pires Veloso há quem tenha atribuído o significado devido à sua decisão de abandonar o Conselho da Revolução para se cingir às obrigações e deveres de disciplina e profissão de militar. Bem sabemos que Pires Veloso não é culpado de estar doente e de ser visitado, mas, talvez, fosse possível serem as suas visitas mais discretas e serem evitadas certas «coincidências».

Noticiando-as, sublinhando-as, os jornais cumprem o seu dever. A vocação dos jornais, nunca será de mais repetição, não é o silêncio.

Nacional

SÁ CARNEIRO EM S. BENTO

"Ataque sistemático do P.S. ao Governo dos Açores"

Temas de política geral incluindo problemas dos Açores e da Madeira cujos Governos Regionais são dominados pelo P. S. D., terão sido abordados ontem no decurso de um encontro entre o secretário-geral daquele Partido, Sá Carneiro, e o Primeiro-Ministro Mário Soares.

Falando aos jornalistas após a audiência, Sá Carneiro não deixaria, contudo, de aludir ao conflito que parece estar a gerar-se entre o Governo Central e o Partido Socialista de um lado, eo Governo Regional dos Açores e o seu partido, do outro lado, traduzindo-se em recentes ataques de sectores socialistas aos governantes açorianos e na questão da criação em Lisboa de um gabinete para as regiões autónomas.

Referindo-se à situação no arquipélago dos Açores Sá

Carneiro acentuaria que a mesma parecia conter um «ataque sistemático do Partido Socialista ao Governo Regional» do qual, disse, «vamos tirar todas as consequências se se confirmarem». Estas afirmações basearam-se em declarações recentes produzidas pelo deputado socialista Jaime Gama bem como num comunicado distribuído pelo P. S. nos Açores.

Quanto à criação de um gabinete para as Regiões Autónomas o secretário-geral do P. S. D. diria que se trata de «uma solução que nem o P. S. D. nem as Regiões Autónomas podiam aceitar» e classificou ainda o problema como «sério». «Havendo, com consagração constitucional, uma comissão consultiva junto do Presidente da República quaisquer gabinetes devem ser apenas os dos ministros da República», disse Sá Carneiro.

Entretanto, este segundo te-

ma dos pontos de «fricção» actual entre o P. S. e o P. S. D. parece ter sido ultrapassado. Com efeito, o ministro da República para os Açores, general Galvão de Figueiredo, declarou ontem, depois de se avistar com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro, que não seria criado qualquer gabinete para as regiões autónomas, o qual, sempre que necessário, seria substituído por comissões ministeriais para resolução de problemas eventualmente surgidos.

GALVÃO DE FIGUEIREDO

O general Galvão de Figueiredo, ministro da República para os Açores, desmentiu que tenha sido criado qualquer gabinete para as regiões autónomas, acrescentando que sobre tal matéria «havia um equívoco, mas já foi desfeito».

A propósito das suas audiências em Belém, Galvão de Figueiredo referiu que «foi agradável dizer ao Presidente da República que a situação está absolutamente calma e que toda a gente está na perspectiva daquilo que o Governo Regional vai fazer e do apoio que o Governo da República dará».

O ministro da República referiu-se ainda à necessidade de acertar determinados pormenores da passagem dos serviços existentes nos Açores e que até agora têm sido dependentes dos Ministérios da República, para o Governo dos Açores.

Quanto às negociações da base das Lajes revelou que terá amanhã uma reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros mas pensa que o Governo americano não estará em condições de assinar o acordo antes das eleições.

MANIFESTAÇÃO DE PROFESSORES ÀS 18.30

Ministro contestado nas escolas e na rua

Enquanto era divulgado um comunicado do Governo Civil de Lisboa proibindo o percurso estabelecido, mas permitindo a manifestação dos professores com saída do Marquês de Pombal para a 5 de Outubro, marcada para as 18 horas de hoje, era distribuído esta manhã à boca das estações do «metro» e das linhas de Sintra e Estoril um comunicado em que se acusa o ministro Sotomayor Cardia de esquecer o Artigo 58.º da Constituição que defende: «Constitui direito das associações sindicais participar na elaboração da legislação de trabalho.» E conclui o comunicado: «O Sindicato dos Professores não foi ouvido para as medidas que estão a ser tomadas.»

Entretanto continuam a avolumar-se os apoios à «manifestação» dos professores. De uma contestação ao Decreto-Lei 672/76 que regulamenta a contratação e colocação dos professores, alarga-se o repúdio a medidas como a despatchos que possibilitam a criação de comissões instaladoras através da chamada «degradação pedagógica», o «numerus clausus» e o decreto que vai sair sem consulta das escolas sobre gestão democrática.

Além dos apoios em massa das associações estudantis e dos conselhos directivos, organizações juvenis e sindicatos como o da Função Pública da Zona Sul e trabalhadores da Lisnave dão o seu apoio à manifestação dos professores. Só a F. E. M. L. (organização juvenil do M. R. P. P.), neste momento sem qualquer implantação nas escolas, afirma que as medidas tomadas por Cardia são ainda insuficientes, ainda conciliatórias...

COMUNICADO DO GOVERNO CIVIL

Sobre a manifestação dos professores e do percurso que fora escolhido o Governo Civil de Lisboa emitiu um comunicado em que esclarece:

«Foi participada ao Governo Civil, sem o cumprimento do prazo estipulado no Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de Agosto, a realização amanhã, 12 de Outubro, de uma manifestação promovida pelo Sindicato dos Professores, tendo como objectivo o protesto contra medidas do Ministério da Educação e Investigação Científica.

«Embora seja pouco crível que um Sindicato, nomeadamente de Professores, não tenha noção exacta do diploma que regula o exercício do direito de reunião, pareceu ainda uma vez, e até breve e último aviso público, de fazer prevalecer o espírito permissivo que está na base e informa todo aquele decreto.

«Informa-se no entanto que o desfile não será permitido no percurso indicado, nem será permitido também que a manifestação se aproxime a menos de 100 metros das instalações daquele Ministério, tudo de acordo com as disposições legais aplicáveis.

«As autoridades competentes determinaram já a notificação aos promotores do percurso de alternativa sugerido.»

ENSINO NO PROGRAMA DO P. S.

Militantes socialistas da direcção do Sindicato dos Professores tendo conhecimento de que, através de um comunicado, a Federação da Área Urbana de Lisboa do P. S., acusara os dirigentes do Sindicato dos Professores de «prática objectivamente aventureirista, prática essa que não se identifica com os ideais partilhados pelo Partido Socialista», lembram a F. A. U. L. as medidas em relação ao ensino, aprovadas no Congresso do P. S. de Dezembro de 1974. Reafirmando que é por elas que se seguem, reafirmando a decisão de permanecer fiéis ao Partido Socialista, recordam os objectivos então consignados no Programa do P. S. Assim, o Programa do P. S. preconiza

nas medidas de carácter geral: 1.º — Aumento substancial das verbas atribuídas à Educação e Cultura, em particular por uma definição correcta do fim das guerras coloniais; 2.º — Nacionalização do ensino privado; 3.º — Laicização do Ensino; 4.º — Aproveitamento de todas as instalações susceptíveis de utilização para fins escolares; 5.º — Alargamento do quadro dos professores; 6.º — Valorização e conse-

quente dignificação da carreira docente, com um lançamento imediato de um plano nacional de recuperação dos professores não habilitados quer académica quer pedagogicamente; 7.º — Criação de condições mínimas, ligadas ao desenvolvimento regional, que estimulem a deslocação de professores para a província; 8.º — Saneamento autêntico em todas as estruturas ligadas ao Ensino.

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45-1.º, TELEFS. 83 93 18/84 86 33 — LISBOA-1

MOÇÃO

Conscientes de que a unidade de todos os trabalhadores é fundamental para consolidar as nossas conquistas e reforçar a luta contra o avanço descarado do patronato interessado em dividir para reinar, lamentamos e repudiamos os movimentos divisionistas iniciados pelas pelas Direcções Sindicais da «Carta Aberta» responsabilizando-as pelas consequências funestas para o movimento sindical português que podem advir da sua actividade irresponsável antidemocrática e antioperária.

Esta moção foi aprovada por unanimidade em plenário de Delegados Sindicais do Distrito de FARO efectuado na cidade de Faro no dia 9 de Outubro de 1976.

LISBOA, 11 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO
Virgílio Joaquim Costa de Sousa

post scriptum

«ESTADO PATRÃO»...OU «PATRÃO ESTADO?»

A expressão ou, meior, o mito do «Estado Patrão» não é de hoje nem de ontem. As suas origens remontam à época em que a burguesia, detentora dos meios de produção, começou a sentir a necessidade de encontrar uma fraseologia demagógica capaz de amedrontar as massas trabalhadoras despolitizadas ou pouco politizadas, em luta pela sua emancipação.

A burguesia monopolista e imperialista — não é tola nem ingênua — sabe perfeitamente que a marcha da História acabará, inexoravelmente, com os seus privilégios de classe, com o fim da exploração do homem pelo homem. Todavia, ela luta e continuará a lutar pela sua manutenção, empregando, para isso, todos os meios ao seu alcance, mesmo que acobertados com a capa da democracia. Neste capítulo, uma das armas mais eficientes que construiu, e que mais largamente emprega, é a demagogia.

A demagogia é constituída, fundamentalmente, por um tipo de linguagem que, compreensivelmente, nunca é dirigida à inteligência das massas trabalhadoras, mas, isso sim, ao seu sentimento ou, melhor, aos seus instintos — não convém que elas reflitam. Efectivamente, quando a burguesia esgrime com a arma do «Estado Patrão» sabe que uma boa parte das massas é, ainda, incapaz de compreender o que é o Estado. Logo, sabe que face a essa circunstância elas acabarão por servir os seus designios. Na verdade, quer o operário, quer o trabalhador rural, quer mesmo o empregado, despolitizados, habituados como estão, no seu dia a dia, a sentir os efeitos da opressão e exploração do patrão não poderão deixar de se sentir amedrontados ante a perspectiva dum «Estado «atrão» superexplorador.

Quando a burguesia ataca com o papão do «Estado «atrão» é evidente que actua de acordo com a lógica da sua condição de classe exploradora.

Porém, quando esse tipo de linguagem é utilizado pelo secretário-geral dum partido que se proclama socialista — e que tem, efectivamente, um programa socialista — o evento apresenta-se-nos com aspectos verdadeiramente inaceitáveis, porquanto está a contribuir para semear, ainda mais, a confusão nas massas trabalhadoras; e o facto é ainda mais grave por quanto, não restam dúvidas a ninguém, a verdadeira base de apoio do «Partido Socialista» é constituída por trabalhadores.

O dr. Mário Soares serviria muito melhor o seu partido e, consequentemente, os trabalhadores, se em vez de jogar com o mito do «Estado «atrão» lhes fizesse compreender o que é realmente o Estado.

Se o dr. Mário Soares fizesse compreender aos trabalhadores o que o Estado, sem conteúdo humano sem homens ou mulheres — não passa de um conceito abstrato, logo morto, e, antes pelo contrário, lhes explicasse que só os homens, com a sua actuação dinâmica, o realizam, estaria a prestar um inestimável serviço à causa da cultura das massas.

Se o dr. Mário Soares informasse as massas trabalhadoras que se os homens dão vida ao Estado pertencem à classe detentora dos meios de produção — patrões — ele será um Estado ao serviço da burguesia, isto é um Estado capitalista — por ironia das coisas, com mais propriedade poderia ser apelidado de Estado «atrão» — então estaria realizando óptimo trabalho de esclarecimento político. Mas, se, pelo contrário, os informasse que o aparelho do Estado for dinamizado pelos representantes das classes trabalhadoras ele seria, então, um Estado ao serviço dos produtores, deste modo o dr. Mário Soares estaria a actuar de acordo com o programa do Partido Socialista e a pôr em prática a nossa Constituição política.

A História acaba sempre por julgar os homens e, de modo particular, aqueles que na vida dos povos têm actuação de molde a influenciá-la notoriamente. Assim, a História não deixará de julgar aquilo que o dr. Mário Soares se pode considerar uma dicotomia: efectivamente, enquanto «repudia» o «Estado Patrão», por um lado, os factos demonstram, por outro, que mostra tendências a actuar como autêntico «Patrão do Estado».

Como se poderá classificar a sua afirmação — implícita ou explícita não importa — de que os trabalhadores são os maiores responsáveis pela difícil situação económico-financeira do País, sendo certo que não é necessário ser doutor para compreender que o facto resulta quer das estruturas corporativas do antigo regime fascista, quer da crise do capitalismo mundial?

Como se poderá interpretar a ameaça que fez aos trabalhadores de aumentar os descontos para a Previdência, sendo certo que a situação desta resulta, fundamentalmente, das dívidas do patronato que ascendem a cerca de doze milhões de contos?

Uma pergunta: «Porque não fez o dr. Mário Soares constar do programa eleitoral do seu partido para a Assembleia da República a circunstância de pretender que sejamos nós, os trabalhadores, a contribuir decisivamente para o reequilíbrio das finanças públicas, mediante o pagamento de uma parte substancial do nosso subsídio do Natal com títulos do Tesouro?»

É evidente que são óbvios os motivos porque o não fez.

Na verdade, os deputados do «Partido Socialista» não se elegeriam com trabalhadores descontentes.

José Ferreira GAIA

Conhecer a linguagem dos inimigos...

Quem tenha acompanhado toda a colaboração do dr. Sottomayor Lardia na «Sera Nova» e sobretudo a forma como aí desenvolvia temas sobre Marx e Lenine, e hoje presença a sua actuação no M.E.I.C., a impressão que lhe fica é a de que o senhor ministro andou com a trabalhadora de estudar as teses do marxismo-leninismo para melhor ficar a conhecer a linguagem dos seus inimigos.

O novo ano lectivo está à porta. Espera-se grande efervescência estudantil. Ou muito me engano, ou o senhor doutor Cardia, para além do muito que já estudou, ainda vai ter de aprender mais umas coisas. É que o número dos seus inimigos cada vez vai aumentando mais...

Luis Rocha FVORA

Folhetim artístico

José-Augusto França

VISITA A CANTO DA MAIA

Sai-se de Ponta Delgada, andam-se meia dúzia de quilómetros, deixa-se a estrada principal e toma-se um caminho de terra, virado para o mar. Caminho longo, de solavancos e poeira, que vai entre campos cultivados; depois, uma curva apertada contra um muro de pedra, que exige manobras de recuo, e o caminho continua, mais estreito, subindo numa curva até um jardim-bosque de grande plantas e árvores floridas. Ao fundo, meio escondido, um pavilhão dos arredores de Paris.

Parisiense por fora e por dentro também, na desordem boémia, dos móveis, dos estofos, da chaminé, das esculturas e dos quadros pelas paredes. Mas uma grande parede de vidro abrindo para o lado do mar, por meio de verduras, recusa a lembrança... Entre esta e a realidade trava-se uma luta de sinais, que o espírito vence, mais forte a memória ou a imaginação. Ou a saudade.

Saudade de duplo sentido, ou de ida e volta, que é recordação de Paris nos Açores, como a fora, sempre, dos Açores em Paris — e logo neste sotaque que o escultor teimosamente guardou, em nasais que se parecem, numa língua para a outra... A verdade é que, no «atelier» micalense de Canto da Maia, em 1976, eu me senti no seu «atelier» das portas de Paris que há um quarto de século visitara. Como Canto da Maia se sente também, num sonho de tempo que se perde, e de terras perdidas ou achadas, quem e além-mar, umas de toda a gente, outras dele e por ele cultivadas...

Há meses que trago este folhetim na ideia, no desejo e

no receio de o escrever, de não acertar nas palavras próprias que sejam de emoção e, quase, de história. Há pouco, porém, recebi o catálogo duma exposição-homenagem que o museu de Ponta Delgada fez ao escultor — e Canto da Maia, numa dedicatória generosa fala-me da visita ao seu «retiro», e da minha lembrança — «dum artista que os novos já devem ter esquecido». Para Canto da Maia, expositor de 1912, nos primórdios do modernismo nacional, eu sou um desses «novos»... Não tanto como isso (hélas!) que não lhe tenha visto a obra desde 1940 — de modo a reservar-lhe grande e merecido lugar numa história da arte contemporânea, trinta e tantos anos depois. De resto, há coisas de que não me esqueço; as importantes — e mesmo da exposição de 1912 guardo uma memória retrospectiva, tornada verdadeira pela reconstituição, informe após informe, ainda de protagonistas (o Almada, o Barradas, por exemplo) ou daqueles que então escreveram sobre as suas «figurinhas graciosas de Nuremberg feitas ao sonoro do boulevard» obra dum «Cattulle» miniaturista que em barro pirlampizou a alma espumante e pecadora da Paris, com «malícia que não chega a tocar o vício»... Prosa de Veiga Simões n' «A Aguiar» (e depois), com as citações apropriadas (do Cattulle Mendès!) e no seu estilo de requintes e franjas.

Canto da Maia (aliás Ernesto do Canto, como então assinava, sendo de Faria e Maia na continuação dos apelidos açorianos de boa cepa — e daí o Canto da Maia da idade madura) não figura na fotografia que guardo, onde, em volta do presidente Arriaga, inaugurador (II República portuguesa como a III francesa...) da exposição espereitam o Almada Cristiano Cruz, o Barradas, o Emerico o Valença, e outros mais. Ele vivia então em Paris, entre os tais «sopros do boulevard» — e longo tempo lá viveu, para seu bem.

Lá foi discípulo de Mercier e de Bourdelle, com influências literárias simbolistas, e o pendão «ars déco» que era obra de civilização em anos 20 a que Portugal, distante, tinha difícil acesso. Em 1931 dizia o «Notícias Ilustrado» que o artista vivia em Paris «ignorando dos seus compatriotas». Meia-verdade, mas que os anos seguintes negariam.

Canto da Maia seria um dos estatários de 40, dentro desta famosa «idade do ouro» da escultura portuguesa que o não foi, ou só perigosamente, no gosto ideológico de António Ferro.

Mas, nesse panorama de obras publicadas, o escultor parisiense, vindo a Portugal, trouxe uma quantidade nova e ímpar que é preciso lembrar.

O seu grupo de D. Manuel, globo na mão, entre Vasco da Gama que lhe trás da Índia uma escultura de Braham, e Álvares Cabral que, ajoelhado lhe oferece um troféu de frutos e papagaios do Brasil, foi a melhor obra da Exposição do Mundo Português em 1940, uns dez anos depois que Franco e Rui Gameiro inauguraram a estatutária oficial. Imponência nacional nas notáveis massas esculpidas, e uma graça decorativa, vinda dos anos 20, casam-nas nessa obra monumental — onde parará ela? No «ate-

lier» de Ponta Delgada, vejo um estudo em barro.

Ambos os caminhos se oferecem e oferecerão à obra de Canto da Maia — no «Éxtase» lrico de 1944 (que lhe foi prêmio no Salão da SNI), obra retomada em 1925, ou num «Gonçalves Zarco» feito em 1948 para um abortado Palácio do Ultramar e que, a vinte anos de distância do de Fraco, leva a medir o caminho de modernização gráfica percorrido por esta geração de escultores, num espírito em que, nos melhores casos, assomam as lembranças e os gostos do «modernismo» que à mingua de outra. Ihe foi razão de ser. Estilização ainda em obras religiosas dos anos 40, vindas dum fundo sentimental que um triste acontecimento familiar provocou ou retomou. E hoje, em pequenas estatuetas que lembram também tipos e costumes da sua terra, e vão ficando pelo «atelier» de Ponta Delgada, como um entretém de mões sensíveis de oitenta anos.

O catálogo da exposição do museu de Ponta Delgada regista obrinhas de 1911-12, e dá fotografias de outras, que continuam no «atelier» parisiense do escultor. E lembra também que lamentavelmente não foi possível erigir na cidade o seu projecto de monumento a Antero de Quental.

Se já for tempo de recomençar, em Lisboa, as exposições retrospectivas de artistas historicamente situados, no Palácio Foz, se refaça esta, já apontada em Ponta Delgada. Para provar que Canto da Maia, aos oitenta e seis anos de idade, não está ou não deve estar esquecido.

AÇORES: O QUE O SANGUE UNE E O MAR SEPARA (IV)

OPINIÕES

Meu compadre Gasparinho — almirante embarcado no «Reis Magos» de cujo é mestre de companhia, com autoridade e senhoria, na volta da pesca, nos mares do «Porto Judeu» e mais oceanos da Ilha Terceira — no intervalo das «côpas com salemas», disse:

«A vida na classe piscatória melhorou muito. O povo já mete o dente no roca e na garoupa o que aqui há uns anos e poucos, era luxo nunca visto, em mesa de pobre. O preço do peixe anda mais conforme com o resto da manutenção.»

«E os «vendilhões» já não cantam de galo. Um «home» até aos «pisqueiros» ia com a alma colada ao céu da boca. Eram quatro horas a bom remar. Mais três ou quatro a pescar e depois a volta, perto da boca da noite. Armava-se o «leilão», era o que mais desse, meu amigo era.»

Porém eram todos inimigos. «O mar dá a vocês o peixe». Vocês não cavam nem semeiam; tudo lucro.

«E, quem mama o prejuízo do peixe não vendido aos fregueses, somos nós e ainda sustentamos a bestia e a carrocinha. É pegar ou largar. De maneiras que um «home» não raras vezes, vinha da pesca e tinha para não ser roubado de alvarar, com dois cestos pendurados num varapau, por estes caminhos onde Nosso Senhor — eu sou seu filho! — nunca pensou em pôr suas honradas sandálias, tirante que eu ia descalço...»

«Por via das molhas e para clarear o pregame lá se ia, al-

gum do que se fazia em aguardente. Tudo prejuízo. Um «home» chegava a casa derreado, com pouco dinheiro e «bêbado».

«Oh, cabo dos infernos, lá vens tu nesse estado», era o que se ouvia no mulheiro, que pelas leis do santo sacramento, como dizia o Pde Elias, estava adstrito a nós, como um só corpo e só uma alma, o que eu não entendia, salvo algumas ocasiões, como testemunham quatro rapazes e duas raparigas nados, criados e as duas casadas, na casa deixada por meu pai, acrescentada por meu sogro e seguida por mim.»

«Hoje, a coisa tem as suas diferenças. A Lei que dá licença, ao mestre vender, sem mais alcavalas o peixe que caçou, pagando o pescado, é de bom proveito.»

«E mais: já não sucede, como no antigamente, um «home» ser desfeitoado, pelo garoto do Tolentino, que é «home» do mais mal ensinado na Vila da Praia e arredores. Por ser cunhado do Manel Cordeirinho, que era da presidência da sr.ª Câmara, tinha o rei na barriga e a Polícia às ordens. Ele embicava comigo e eu ia na conversa — a verdade é para se dizer — sempre na esperança de lhe vender do pior e mais caro...»

«Oh, mestre a como é o quiló?»

«Isto de quilos e gramas é p'ras farmácias e outras espeluncas. Eu vendo é o lote das cinco garoupas, tirando o cação que é à parte.»

«Vais dentro.»

«E o grande sorriso armava

o choro com a polícia e eu nas grades, por não querer vender o peixe que tinha pescado, pelo preço que ele queria. Não há direito! Agora, passa por mim e não rosna. Eubem lhe digo: Estás a calhar para isca dum tibarão, morrê do veneno. E, ele nem «tus nem bus».

«Também a capitania está mais do nosso lado.»

«Meu pai tinha a reforma por inválido: Cinquenta escudos por mês. Depois, no tempo do sr. Marcelo ou era duzentos ou duzentos e cinquenta escudos. Não dava para nada. Quando recebia os cinquenta, bebia-os logo, só queria «pegar» com minha mãe e largar fogo à casa. E, com licença dos presentes, até disse ao sr. Pde. Elias que não queria ser mais baptizado, que queria morrer «judeu ou moiro» e que não dava mais nada p'á Igreja e p'as almas do purgatório, pois no Inferno se dava por recebido. E outras mi-sérias.»

«Agora, com os seus mil escudinhos, com casa dele à parte, que era da herança de minha avó e o quinhão de peixe, que os netos sempre lhe levaram e levam, já tem outras ideias e disse outro dia, na vinda do Zé-capitão:

«Ainda vou pôr de parte um bocado dele para ir às terras das Rússias, onde estão os «homes» mais valentes do mundo que deram volta a isto e cumprimentá-los...»

«Teu pai foi sempre um «home» variado» do juízo, disse o Magina... A «bisca e à lepra» jogou uma noite o melhor de

FERNANDO CALIXTO

três «embarcações», uma casa da herança e a roupa que tinha no corpo. Se não era um «home doido!»

«Meu pai é um «home» de palavra e porque minha mãe andava sempre a dizer-lhe que a «femeança», a vinhaça e as cartas haviam-no de pôr a pedir pelas portas, não quis tirar-lhe a razão. Jogou tudo e perdeu. Mas depois não tocou mais num copo de vinho, nem em cartas, nem tremelgas com desavenças e ainda fez, em minha mãe, mais dois rapazes e uma rapariga e a todos deu uma casa, quando casaram. Veja o Ti Magina, se com os seus milhões fez coisa igual ou parecida.»

«Mas, o certo é, que inda há muitas coisas más. Uma delas é os «troleys».

«O sr. compadre sabe, arma-se duzentas braças de fio, com seus «anzoles» de metro a metro. Espalha-se pela costa, mar dentro. E um «home» vem se deitar e ficam aqueles «mistérios» de «anzoles» a pescar. Ao outro dia levanta-se o «trolei». É peixe em barda. Mas, se se levanta mar, o peixe morre que é um disparate, que não aproveita a ninguém e por mór disto, vem à cata do aprisco os «tubarões», as tintureiras e toda a canalha de peixe ruim que se cria no mar, que é um perigo e uma dor de alma.»

«A outra desgraça é o mal amanho do porto. Os empregados não limpam o cais e a gen-

PUB

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 71, 6.º-A, LISBOA - Tel: 772686

COMUNICADO

Provocar e dividir os trabalhadores parece ser um dos objectivos da Nota Oficiosa emitida pelo Ministério dos Transportes a propósito do aumento de tarifas.

Efectivamente, seria louvável que o Governo tentasse explicar os «porquês» de um aumento que vai atingir directamente as classes mais desfavorecidas, mas, apontando as suas verdadeiras causas. Agora, atribuir os 25% do aumento à subida do gasóleo e a recentes aumentos salariais, é distorcer, desinformar, provocar e atirar trabalhadores contra trabalhadores.

Não são os trabalhadores dos transportes os responsáveis por mais este aumento, ditado por uma política de recuperação capitalista.

De há muito que os trabalhadores, através das suas organizações de classe, vêm alertando o Governo para a falta de planeamento dos transportes, para a incompetência de uns tantos que superintendem no sector, para a existência de estruturas como a Direcção-Geral de Transportes Terrestres e regulamentos como o de Transportes de Automóveis perfeitamente inoperantes e desactualizados.

De há muito que os trabalhadores exigiram ao Governo a reestruturação das empresas que os capitalistas desfalcaram, sabotaram e arruinaram.

De há muito que os trabalhadores pensam que os défices das empresas de transportes não se resolvem com o aumento de tarifas.

Sejam claros. O aumento de 50% no gasóleo, de que o Governo se serve para aumentar as suas receitas, é o mesmo que veio agravar a situação deficitária das empresas. Porque é que o Ministério dos Transportes se justifica, então, com o aumento do gasóleo?

Quanto a recentes (?) aumentos salariais, lembramos que a actualização de salários dos trabalhadores rodoviários data de Junho de 1975. Mais, essa actualização serviu já de capa ao aumento de 40% verificado nos transportes em Setembro de 1975. Porquê, então, se justifica o Ministério dos Transportes com os nossos salários, já desactualizados pelo constante aumento do custo de vida?

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários alerta pois todos os que neste país se têm de servir dos transportes públicos, e os trabalhadores rodoviários em geral, para que não se deixem dividir, pois a raiz do mal não está — nunca esteve — nos trabalhadores.

Para terminar, recordamos ainda que sobre os rodoviários pesa, neste momento, a ameaça de uma proposta de Contrato Colectivo de Trabalho que é uma verdadeira afronta a quem trabalha, pois nela se pretendem abolir direitos muito justamente alcançados pelos trabalhadores; lembramos também que o mesmo Governo que impõe mais este aumento de tarifas, se prepara para indemnizar, com o nosso dinheiro, em milhares de contos os ex-patrões das empresas de transportes nacionalizadas.

ALERTA, POIS, TRABALHADORES!
NÃO NOS DEIXEMOS ILUDIR NEM DIVIDIR!
EM FRENTE PELO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL!

Lisboa, 9 de Outubro de 1976.

PELO SECRETARIADO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO

A Carta Aberta, que a Direcção do Sindicato subscreveu, é um documento que abre uma nova perspectiva no Movimento Sindical Português e reflete as aspirações de todos os trabalhadores que acreditam, que só através da prática democrática se pode avançar para uma transformação da sociedade em que vivemos.

Para tal, a Carta Aberta aponta para a necessidade imperativa da unificação do movimento sindical em bases sãs, isto é, a partir da realização de um Congresso de Todos os Sindicatos para a construção da verdadeira Central Sindical Única, Autónoma, Democrática e Independente.

Incapazes de repudiar os princípios contidos na Carta Aberta, forças distintas, tentam, através da calúnia e da demagogia, o seu derrube ou de formas subtis de «apoio», o aproveitamento da mesma.

Nas primeiras formas de que vos falamos, integra-se a corrente de opinião afectada ao Secretariado da Intersindical.

Nas segundas, inserem-se todas as forças que, só através da institucionalização da cisão sindical verão assegurados os dividendos para através dos quais obterem melhores condições de exploração.

A principal ilação que resulta destas duas posições é de que, embora com métodos e argumentos diferentes, as consequências serão semelhantes, isto é, a cisão institucionalizada.

Senão, vejamos:

Incapaz de discutir um documento com o teor da proposta da Carta Aberta, a Intersindical jogou na calúnia, com a intenção de espalhar a confusão no seio dos trabalhadores, aterrorizados pela antevisão de que a representatividade maioritária de que se arroga, viesse a ser desmistificada.

É assim que foram entretanto os dirigentes sindicais que subscreveram a Carta Aberta, fazendo crer, que o congresso que se propõem levar a cabo é o de todos os Sindicatos, quando, efectivamente, apenas visam o reforço da unidade de alguns, como a eleição da C.N.O.P. e a renúncia ao princípio da paridade bem o demonstra.

Assistem pois, todos os trabalhadores, à manobra desesperada do secretariado da Intersindical com o apoio e cobertura das direcções que constituem a C.N.O.P., da continuação da existência de uma central sindical — Intersindical Nacional — controlada pelos que em nome dos trabalhadores portugueses mais têm contribuído para o actual estado de divisão no movimento sindical português.

A CLASSE DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO NÃO PODE FICAR INDIFERENTE A TAIS MANOBRAS!

NÃO PODEREMOS PERMITIR A REPETIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS DO I CONGRESSO DA INTERSINDICAL EM JULHO DE 1975!

A PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL DEVERÁ SER A NOSSA RESPOSTA!

Lisboa, 11 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

Nacional

NOTA OFICIOSA

Faculdade de Medicina do Porto

Do Ministério da Educação recebemos a seguinte nota oficiosa:

«Pelo despacho 78/76 de 20 de Julho da Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, foram definidas regras relativas ao acesso a vários cursos dos alunos do tronco comum (1 ano) que funcionou, no ano lectivo de 75/76, na Faculdade de Medicina do Porto.

De entre essas regras destacam-se as seguintes:

«A aprovação nas três disciplinas que o compõem (Citologia: Bioquímica e Química-Física: Bioestatística) e a marcação de épocas em Julho e Outubro, cujas provas deveriam estar concluídas até 17 de Outubro.

Parado o cumprimento ao citado despacho foram marcadas provas relativas à época de Outubro, tendo-se vindo a realizar normalmente os exames de Citologia e Bioquímica e Química-Física.

Nas provas de Bioestatística, para as quais se inscreveram 750 alunos (num total de 90), verificou-se um boicote por parte de um auto-denominado «núcleo orientador de greves», constituído por uma escassa minoria que ronda o número de 100, e que impediu totalmente, recorrendo a métodos de perturbação e coacção, a realização do exame para as 10 horas do passado dia 2 de Outubro.

Faça a estes acontecimentos, o MEIC, informa que:

«... Seria inflexível na defesa dos direitos consignados na Constituição, recorrendo a todos os meios ao seu dispor para salvaguardar a dignidade do ensino e saneamento de demagógicas posições de quem, acima de não querer estudar, aposta na anarquia e na destabilização.

2. De acordo com o Conselho Di-

rectivo da Faculdade de Medicina do Porto ficam marcadas as provas finais de avaliação de conhecimento da disciplina de Bioestatística para 16 e 23 de Outubro, respectivamente 1/A e 2/A

CHAMADA:

«Mandar-se-á proceder criminalmente contra quem for identificado como autor de quaisquer acções ou tentati-

vas de boicote à realização das referidas provas.

4. Fará cumprir o despacho 78/76 de 20 de Julho, pelo que só serão admitidos no 2.º ano de qualquer dos cursos a que o tronco comum dá acesso os alunos que obtiveram aprovação nas três disciplinas que o constituem.»

Candidatos ao Magistério protestam

PORTO, 11 — «Somos 1600 candidatos à Escola do Magistério do Porto e, tal como noutras escolas do País, estamos perante a iminência de uma repressão generalizada» — afirmam os estudantes que pretendem ingressar naquele estabelecimento e que estão impedidos pelo facto de o MEIC ter decidido a entrada de apenas 10 por cento.

Em comunicado da Comissão de Luta daqueles candidatos, em que este problema é referido, afirma-se não ser verdade que existam professores a mais. Pelo contrário, há professores a menos: «Em muitas aldeias continua a não haver escolas e as crianças são forçadas a deslocarem-se vários quilómetros. São precisas 18 mil salas de aula para satisfazer as necessidades do

País. Por isso se torna claro que não há professores a mais, há sim professores a menos».

Os alunos acrescentam ainda que o número de alunos por professor é quase sempre exagerado em relação ao que as exigências pedagógicas impõem. E lembram que em Portugal a percentagem de analfabetismo é de 30 por cento, sendo necessários educadores de adultos.

Nesta medida os estudantes candidatos recusam o «numerus clausus» e exigem a entrada de todos para as escolas. «O governo», afirmam, «que providencie quanto a instalações que outra coisa não se impõe face às aludidas necessidades educativas do País». Sobre esse problema os estudantes vão realizar novo plenário hoje à tarde.

PUB

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO CENTRO MOÇÃO

Considerando que:

- 1.º — A Constituição da República Portuguesa, garante nos seus art.º 56.º e 58.º a participação dos trabalhadores através da Estrutura Sindical e Comissões de Trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho.
- 2.º — Considerando que: Segundo o comunicado oficial, o Conselho de Ministros aprovou na sua reunião de 30/9 vários projectos de diplomas legais sobre direitos dos trabalhadores.
- 3.º — Considerando que: Tais projectos foram aprovados sem a participação organizada dos trabalhadores e o Governo nem sequer deu a conhecer os textos dos projectos ao Movimento Sindical.
- 4.º — Considerando que: Os projectos aprovados pelo Governo versam matérias da competência legislativa reservada à Assembleia da República dado que regulamenta direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações.
- 5.º — Considerando que: A publicação e entrada em vigor de tais projectos além de constituir uma grave violação da Constituição pelos órgãos do poder, colocaria em perigo muitas das mais importantes conquistas dos trabalhadores alcançadas após o 25 de Abril fomentando a recuperação capitalista.

OS TRABALHADORES FERROVIÁRIOS DO CENTRO REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL EM 9/10/76 DECIDEM:

- 1.º — Repudiar como anticonstitucionais tais resoluções do Governo.
- 2.º — Exigir do Presidente da República como defensor máximo que é da Constituição a sua não promulgação.
- 3.º — Exigir da Comissão Constitucional a declaração da inconstitucionalidade de tais resoluções.
- 4.º — Exigir que o Governo cumpra a Constituição, apresentando os projectos que agora aprovou à Assembleia da República sob a forma de proposta de leis, possibilitando assim o exercício da competência reservada da Assembleia para legislar sobre os direitos dos trabalhadores e das suas organizações.
- 5.º — Apoiar todas as acções unitárias a levar a cabo no âmbito do Movimento Sindical tendentes a exigir que seja respeitado o direito de participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho para o que é indispensável serem dados a conhecer os textos dos projectos ao Movimento Sindical, a começar pelos que foram agora aprovados pelo Governo.
- 6.º — Reafirmar por outro lado a sua firme determinação de apoiar todas as medidas de recuperação económica tendentes a assegurar a transição para o Socialismo e a Construção de uma Sociedade sem classes, art. 1.º e 2.º da Constituição.

MOÇÃO

- CONSIDERANDO QUE SÓ A UNIDADE DOS TRABALHADORES É BARREIRA CAPAZ DE IMPEDIR A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA;
- CONSIDERANDO QUE A UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL E A UNIDADE DOS TRABALHADORES SÃO INSEPARÁVEIS;
- CONSIDERANDO QUE A UNIDADE SÓ É POSSÍVEL DE ALCANÇAR ATRAVÉS DO DIÁLOGO CONJUNTO DE TODO O MOVIMENTO SINDICAL;
- CONSIDERANDO QUE A ATITUDE DAS DIRECÇÕES SINDICAIS DA CHAMADA «CARTA ABERTA» EM SE RECUSAR AO DIÁLOGO E À PARTICIPAÇÃO NÃO CONTRIBUI PARA A UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL E DOS TRABALHADORES.

OS FERROVIÁRIOS DO CENTRO REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL DECIDEM:

1. REPUDIAR A ACTUAÇÃO DAS DIRECÇÕES SINDICAIS DA CHAMADA «CARTA ABERTA».
2. APOIAR A SUA DIRECÇÃO SINDICAL PELA FORMA UNITÁRIA E DEMOCRÁTICA COMO TEM PARTICIPADO E CONTRIBUÍDO PARA A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO.
3. APELAR PARA TODAS AS DIRECÇÕES SINDICAIS E TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES PARA QUE REFORCEM A UNIDADE, ULTRAPASSANDO O QUE NOS POSSA DIVIDIR EM VOLTA DOS NOSSOS INTERESSES COMUNS.

Nacional

A.P.E. vai homenagear Miguel Torga e José Gomes Ferreira

Enquanto prepara a realização de um Festival Nacional de Poesia a promover por todo o País em colaboração com a Direcção-Geral da Associação Cultural, a Associação Portuguesa de Escritores anuncia para já a homenagem nacional a dois grandes poetas portugueses vivos e profundamente influentes na actual poesia portuguesa.

Assim, no próximo dia 29 de Outubro, Miguel Torga, que recentemente se viu galardoado com o Prémio Internacional de Poesia, será homenageado na sede da Associação Portuguesa de Escritores. Quanto a José Gomes Ferreira, será justamente homenageado, no dia 12 do próximo mês de Novembro, em local ainda a anunciar. A seu tempo serão dados mais pormenores sobre as homenagens que tardavam.

No dia 5 do próximo mês de Novembro, na sede da Associação, o Manuel Seabra estará presente numa sessão dedicada a Maiakovsky de quem traduziu, aliás, o poema «Vladimir Ilitch Lenine».

Além destas actividades a A. P. E. tem bulido, apesar de tudo. Com um subsídio de 100 contos concedido pela Secretaria de Estado da Cultura vai ser feito um esforço de melhoramento das instalações da sede e projectada, a relação de programas de animação cultural. Entretanto um pedido de subsídio está pendente na Fundação Calouste Gulbenkian, de montante bastante superior, com três objectivos. A saber: atribuição de bolsas de trabalho a sócios da Associação; impulso inicial para publicação pela A. P. E. de um jornal cultural; criação de um banco de

dados sobre a Literatura e os escritores portugueses, como meio de facilitar a investigação dos estudiosos nacionais e estrangeiros.

ABSENTISMO DOS SÓCIOS

Lamenta-se a Associação Portuguesa dos Escritores do absentismo dos sócios. Relata a dado passo a sua folha informativa: «A experiência tecolhida no período que antecedeu as férias de Verão provou, com toda a clareza, que uma boa parte dos sócios se mostra «divorciada» da Associação e que urge encontrar, antes que seja tarde, as soluções capazes de imprimir um novo rumo à vida

associativa da A. P. E. Nas sessões de animação cultural então levadas a efeito, por exemplo, constatou-se a quase total ausência dos associados; e se no caso das suas sessões de cinema realizadas («Trás-os-Montes» e «A Espiral») uma apreciável presença de público não-sócio justificou plenamente as iniciativas, já os colóquios que tiveram lugar na sede (um com o escritor alemão ocidental Günter Grass, e outro com o escritor polaco E. Kabate) redundaram num fracasso que nada prestigia a Associação perante convidados estrangeiros e que só não foi total pelo entusiasmo que os poucos presentes puseram no diálogo.»



Um retrato de Miguel Torga, então ainda, mesmo em Literatura «Adolpho Rocha»



José Gomes Ferreira, primeiro presidente da Associação Portuguesa de Escritores

Ex-colaborador de Pires Veloso vai dirigir a RTP (Porto)

PORTO, 12 — O dr. Henrique Esteves, licenciado em Direito e até há pouco tempo, como oficial miliciano, ajudante de campo do brigadeiro Pires Veloso, vai ser nomeado director do Centro de Produção do Porto (Monte da Virgem) da RTP. O dr. Henrique Esteves é funcionário do Ministério do Trabalho e contava-se que retomasse o seu posto na delegação do Porto. Acrescen-

te-se que o tenente-coronel Pinto Simões deixou, há pouco, o cargo de director daquele centro da RTP, motivando protesto dos respectivos trabalhadores que pretendiam a sua permanência no monte da Virgem, tendo agora sido nomeado adjunto do brigadeiro Pires Veloso.

A. GOMES E PEREIRA, LDA.

Certifico que, por escritura de 5 do corrente mês, lavrada de fl. 67 a fl. 68 do livro n.º 107-B de escrituras diversas do 2.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado António Lopes Fernandes Costa, Augusto Gomes Pólvora saiu da sociedade A. Gomes & Pereira, L.D., com sede em Lisboa, e autorizou o uso da mesma firma.

Vai conforme.

2.º Cartório Notarial de Lisboa, 7 de Julho de 1976

O Ajudante,
JOÃO DA SILVA

o que é a cosec

NO MERCADO EXTERNO:

A COSEC é a seguradora oficial do País para os créditos à exportação. Ao segurar o crédito concedido pelo exportador ao importador, a COSEC garante-lhe o necessário financiamento.

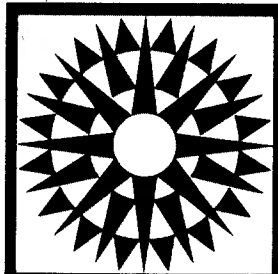
NO MERCADO INTERNO:

A COSEC cobre praticamente todos os sectores da vida económica nacional, garantindo os créditos dos empresários e comerciantes.

Sublinhe-se como especialmente importante nas circunstâncias actuais, o **SEGURO CAUÇÃO** que funciona tanto no País como no estrangeiro para caucionar obras e trabalhos de construção.

Informe-se!

Você poderá ser um dos interessados.



COSEC

companhia de seguro de créditos, e.p.

Av. 5 de Outubro, 101 — LISBOA 1
Telef. 76 01 31
Telex 1885, COSEC-P
Av. da Boavista, 967, 3.º, Esq.º
Telef. 69 60 39 — PORTO



Nacional

Desmantelada em Évora a Escola Bento de Jesus Caração

Por despacho de Sottomayor Cardia, a Escola Superior de Bento de Jesus Caração em Évora foi desmantelada. O seu recheio está à guarda do quartel daquela cidade. O secretário de Estado do Ensino Superior garantiu aos órgãos directivos que qualquer decisão que viesse a ser tomada, só o seria após consulta à Escola. Tal não aconteceu. Os sindicatos, todos os sindicatos de Évora, tomaram a defesa da Escola nas suas mãos. Pediram uma audiência ao ministro Sottomayor Cardia. Não se lhes dignou responder sequer.

A Escola Bento de Jesus Car-

ação, fruto da nova realidade alentejana e portuguesa, só possível pelo 25 de Abril, tem assentado a sua prática através da inserção na comunidade. O seu trabalho desenvolvia-se nas herdades colectivas, o seu saber estava à disposição — e só aí adquiria significado — dos trabalhadores alentejanos. Muitas foram as vezes que a Escola Bento de Jesus Caração prestou o seu precioso apoio (na contabilidade das herdades colectivas, por exemplo) nas novas relações de trabalho que se têm vindo a desenvolver no Alentejo. Mas Sottomayor Cardia des-

mantelou pura e simplesmente a escola mais conforme e atenta à realidade socioeconómica da região onde está inserida. Desmantelou, sublinhe-se, a escola mais barata ao MEIC e ao País.

Em contrapartida, o Instituto Universitário de Évora não tem problemas de verbas, tem à sua frente uma comissão instaladora ainda dos tempos de Veiga Simão (caso único em todas as universidades novas), é orientada por Ario de Azevedo, ex-secretário Provincial de Terras e Povoamento em Moçambique e está a transformar-se numa espécie de re-

fúgio dos professores que com o processo de descolonização, regressaram a Portugal. Para cúmulo, foi nomeado recentemente para professor do I.U.E., a única escola (com a Bento de Jesus Caração) situada no coração da Reforma Agrária, o destacado elemento do PPM e acérrimo adversário da R.A., arquitecto Ribeiro Teles. No fundo, além das evidentes opções políticas, o que está em causa são duas concepções de universidade: de um lado, o ensino inserido na realidade, ao exclusivo serviço dos interesses da comunidade; do outro, uma concepção de

ensino elitista, afastado da realidade concreta alentejana, ministrado em salas por professores porventura competentes. Só que não é possível existir ensino ideologicamente neutro.

NASCIMENTO

Antes do 25 de Abril havia em Évora um Instituto Superior de Economia e Sociologia. Era dirigido pelos jesuítas. Nada tinha a ver com o Alentejo. Tanto podia ter sido fundado em Évora, como em Bragança, Braga ou Faro. Entre os seus

alunos contavam-se apelidos pomposos, das «boas famílias» — eram Melos, Champalimaud, Sommer Ribeiro. Muitos dos alunos vinham de Santo Tirso onde os jesuítas tinham um colégio. O Instituto era um aquário na cidade. Economicamente não tinha problemas. A Fundação Valle-Flor, do conde e da condessa de Valdiva, dos maiores latifundiários do Alentejo, dava subsídios sem olhar para os lados — os alentejanos na miséria com GNR em abundância. O ensino era rígido, escolástico, ideal para o filho de grandes famílias. Aliás a generosidade da Fundação Valle-Flor não se ficava por aqui. Concedia também grandes benesses ao antigo regime. Os terrenos da Palhavã foram vendidos quase por uma quantia simbólica ao Governo fascista.

Só que chegou o 25 de Abril e a escola, como está comprovado, não servia a região. Foi ocupada. Uma nova escola se começou a criar sob a égide do nome de Bento de Jesus Caração — impulsionada por alunos, professores e sindicatos do Alentejo. Desde essa altura colocava-se a possibilidade da sua integração no Instituto Universitário de Évora. Simplesmente, o I.U.E. procura, preferencialmente, desenvolver um ensino tecnocrático, profundamente divorciado dos interesses e realidade da região. Enquanto a Bento de Jesus Caração se contenta com magros orçamentos (este ano virá já reduzido para 50 por cento o seu pedido de verbas), o I.U.E. não tem problemas de dinheiro. Só que os anos lectivos não têm funcionado. O I.U.E. compra terras. Gera-se a suspeita de que algumas teriam sido compradas a um latifundiário que soubera com antecedência da sua expropriação. Para que a suspeita não corra o pensamento é pedida uma sindicância. Resultado? A sindicância e o seu pedido permanecem no burocrático silêncio dos gabinetes ministeriais.

DESMANTELAMENTO

Entretanto a integração da Escola Bento de Jesus Caração no I.U.E. estava prevista para o passado dia 30 de Setembro. Para o efeito é nomeada uma comissão. O secretário de Estado do Ensino Superior garante aos corpos directivos da Bento de Jesus Caração que nenhuma decisão será tomada sem consulta à escola. Mas Sottomayor Cardia decide acabar com as negociações, o despacho de desmantelamento da escola é aprovado no Conselho de Ministros e o segundo ano da E.S.B.J.C. atirado para o I.U.E. Ainda que o despacho prorogue para mais dois anos a liquidação da Escola Bento de Jesus Caração, o edifício é, no entanto, retirado à escola (edifício de ensino de que os jesuítas mantiveram alvará), não lhe é dado outro, o recheio fica guardado no quartel de Évora, não é possível passar certidões, nem inscrever os alunos do 4.º e 5.º anos. A escola-ideia ainda existe. Não tem é onde existir... Todos os sindicatos de Évora manifestam total apoio à Bento de Jesus Caração e repúdio à medida de Sottomayor Cardia.

Finalmente, surgem nos jornais notícias forjadas em comunicados anónimos, afirmando que fora criada uma comissão para a reintegração dos professores saneados com a criação da Bento de Jesus Caração. Comunicados de que ninguém toma a responsabilidade, eles visam dividir os estudantes e os professores, inocular a desconfiança.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

1. Após discussão e votação nos locais de trabalho das seis propostas de Regulamento e Calendário Eleitoral, apuraram-se os seguintes resultados: 3537 votos na proposta 1; 59 votos na proposta 2; 755 votos na proposta 3; 97 votos na proposta 4; 2957 votos na proposta 5; 73 votos na proposta 6; 174 abstenções; 27 votos contra todas as propostas.

2. Dado que o calendário da proposta aprovada (a proposta 1, apresentada pela C. D. R. P.) previa prazos cujo início teria lugar em 1 de Outubro e que, não obstante este facto, é possível — respeitando inteiramente a estrutura da proposta e os prazos estatutários nela contidas — realizar na data aprovada (18/Dez./76) a Eleição dos Corpos Gerentes do Sindicato, bastando, para tanto, compensar o atraso nas operações intermédias, a ARD de 8/Out./76 aprovou, por maioria e em definitivo, o calendário eleitoral cujo resumo se transcreve:

- Até 22/10/76 — Apresentação de listas de candidaturas e respectivos programas.
- 23/10/76 — Entrada em funcionamento e 1.ª reunião da Comissão de Fiscalização
- 25/10/76 — Termo das inscrições de sindicalização para efeitos de participação no acto eleitoral.
- 29/10/76 — Primeiro dia de afixação dos Cadernos Eleitorais.
- 29/10/76 a 8/11/76 — Período de apresentação de reclamações por omissão ou inscrição irregulares nos cadernos eleitorais.
- 11/11/76 — Afixação dos Cadernos Eleitorais definitivos.
- 19/11/76 a 17/12/76 — Campanha Eleitoral
- 18/12/76 — Eleição dos Corpos Gerentes

3. Segundo determina a proposta aprovada:
 - A organização e controlo do processo eleitoral caberá a uma Comissão de Fiscalização, constituída por um representante de cada uma das listas concorrentes.
 - A Eleição terá lugar no dia 18 de Dezembro de 1976. Funcionarão mesas de voto em cada distrito da área do Sindicato e, dada a exiguidade das instalações da actual Sede, as mesas de voto no distrito de Lisboa funcionarão num local de dimensões adequadas.
 - Só podem participar na Eleição dos Corpos Gerentes os trabalhadores da função pública que tenham realizado a sua inscrição no Sindicato, mediante o preenchimento da ficha e o pagamento da quotização provisória mínima de 10\$00, até ao dia 25 de Outubro de 1976.

TRABALHADOR DA FUNÇÃO PÚBLICA:
SINDICALIZA-TE ATÉ 25 DE OUTUBRO!
DINAMIZA A SINDICALIZAÇÃO NO TEU LOCAL DE TRABALHO!
POR UMA PARTICIPAÇÃO MASSIVA NA ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DO NOSSO SINDICATO!

Lisboa, 9 de Outubro de 1976.

Pe'l'A COMISSÃO DIRECTIVA REGIONAL PROVISÓRIA
(C. D. R. P.) José de Carvalho Marques

PUB

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

Convocam-se todos os Electricistas para um PLENÁRIO DE SÓCIOS a realizar nas localidades e nos dias abaixo indicados.

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Discussão e votação do Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses;

12 Terça-feira	LAGOS	Marítimo Futebol Clube Rua 1.º de Maio, 1 Lagos
12 Terça-feira	FARO	Círculo Cult. do Algarve R. Conselheiro Bivar Faro
12 Terça-feira	VILA REAL St.º ANTÓNIO	Salão dos Bombeiros Voluntários Vila Real de St.º António
13 Quarta-feira	BEJA	Delegação do Sindicato Pr. Diogo Fernandes, 9 Beja
13 Quarta-feira	ROSSIO AO SUL DO TEJO (ABRANTES)	Sociedade Instrução Musical Rossiense Rossio ao Sul do Tejo
13 Quarta-feira	ENTRONCAMENTO	Delegação do Sindicato dos Ferroviários Rua Latino Coelho (em frente à Estação)
13 Quarta-feira	SINES	Instituto de Obras Sociais (I. O. S.) Sines
14 Quinta-feira	SETÚBAL	INATEL Praça da República Setúbal
14 Quinta-feira	BARREIRO	Sindic. dos Metalúrgicos Av. Miguel Pais, 35-A Barreiro
15 Sexta-feira	VILA FRANCA DE XIRA	Delegação do Sindicato Rua Serpa Pinto, 136, 2.º Vila Franca de Xira
15 Sexta-feira	PORTALEGRE	Sindicato Op. Construção Civil Rua do Carmo, 12, 1.º
16 Sábado	SANTARÉM	União dos Sindicatos de Santarém Rua Elias Garcia, 26, 1.º
16 Sábado	ÉVORA	Delegação do Sindicato dos Electricistas Alcáçova de Cima, 1-A
18 Segunda	LISBOA	Salão Nobre do Instituto Superior Técnico (ao cimo da Alameda D. Afonso Henriques)

NOTA: Todas as reuniões são às 20.30 horas, excepto as de Évora e Santarém que são às 15.30 horas.

Se ainda não recebeste o projecto do regulamento pede-o na Sede ou nas Delegações.

Os Delegados Sindicais devem divulgar amplamente estas reuniões.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

A DIRECÇÃO

ANTÓNIO CABRAL E A EXONERAÇÃO DE DELEGADO DO F.A.O.J.

Uma saída "sem quaisquer razões"

António Cabral, «português, escritor, 45 anos de idade». Ex-delegado do FAOJ no distrito de Vila Real e ex-coordenador do mesmo FAOJ na Zona Norte. Licenciado em Filosofia. Professor do Liceu de Vila Real. Esta é a história da sua demissão.

DL — No dia 14 de Setembro recebeu a comunicação da sua exoneração de delegado do FAOJ, no distrito de Vila Real e, por inerência do cargo, de coordenador da Zona Norte. Como reagiu?

AC — O que se espera não causa surpresa. Depois daquela peripécia do telefonema, via governo civil, tive tempo suficiente para aguardar em serenidade consciente o ofício dos Serviços Centrais do FAOJ, assinado pelo novo director. Veio. A partir da hora em que me chegou às mãos, deixei de assinar correspondência com SR e de receber jovens requerentes. Tinha de ser. Revoltado? Sim, na medida em que um Governo democraticamente constituído não indica quaisquer razões da exoneração, para que constem ou possam constar. Tenho a noção clara da importância do FAOJ nos dois anos em que estive ao seu serviço, por se tratar de um departamento ministerial apostado na dinamização cultural das associações juvenis. Dada essa importância, senti a responsabilidade e trabalhei quanto pude e soube, percorrendo o meu distrito, saindo muitas vezes fora dele por outras regiões a Norte do Douro, contactando os jovens, dialogando com eles, falando-lhes de cultura, auscultando as suas necessidades, pondo-me à sua disposição, inventariando disponibilidades, chamando-lhes a atenção para as necessárias generosidade e coragem juvenis em prol duma cultura viva que há-de ser sempre um benefício para o povo. Podia ter trabalhado melhor? Sim, faltou-me algumas vezes «um golpe de asa», para utilizar a metáfora de Mário Sá-Carneiro. Mesmo assim, abandono um lugar que pesados sacrifícios causou à minha vida cultural particular (praticamente não escrevi poesia e escrevi apenas uma pequena peça de teatro), e também à minha vida

familiar.

DL — A quanto monta a gratificação dum delegado do FAOJ?

AC — Porque eu trabalhava em tempo parcial, recebia a gratificação de quatro mil escudos. Os que trabalhavam ou ainda trabalham em tempo inteiro (poucos) têm o vencimento de cerca de doze mil escudos. Eu, no entanto, e apesar de solicitado para isso, nunca pude trabalhar em tempo inteiro, dada a minha necessidade de fazer o estágio pedagógico. Consta-me, entretanto, que os novos delegados da confiança do Governo irão passar a tempo inteiro. Todos. Aliás, se um delegado é um técnico, por que é que, num regime democrático, há-de ser da confiança (entenda-se confiança política) do Governo?

Seja do MDP/CDE, seja do PC, seja do MES, seja do que for, um técnico não se deve avaliar pelo partido a que pertence, mas pela sua «competência e eficácia» (as palavras não são minhas). Mal vai a democracia quando os sapateiros são nomeados tocadores de rabeca...

DL — É esse o caso do novo delegado do FAOJ em Vila Real?

AC — Ainda não completei a resposta à questão anterior. Quero afirmar, no entanto, que, por me ter parecido um homem activo e dedicado ao seu trabalho, eu o tinha convidado para director da Casa de Cultura da Juventude de Vila Real, dando ele o seu assentimento. Como apareceu em delegado é que eu não sei. Mas isso já não é comigo.

E numa carta dum jovem, que acabo de receber: «com o afastamento de homens interessados na valorização cultural de outros homens, em breve assistiremos ao desmantelamento de tudo quanto se fez».

Voltemos agora ao que ficou por dizer. Não são apenas o PC, o MDP, os DGUPs e outras formações políticas à esquerda do PS que estranham e reprovam o procedimento do MEIC os partidos à direita do PS também não concordam. «Assalto ao poder» — ouvi eu a um destacado elemento local do PPD. Lê-se num comunicado do CDS que o PS nomeia pessoas que lhe são afectas «para os mais variados cargos públicos, com prejuízo, não raras vezes, do respeito pelos princípios da competência e da equidade».

E numa carta dum jovem, que acabo de receber: «com o afastamento de homens interessados na valorização cultural de outros homens, em breve assistiremos ao desmantelamento e tudo quanto se fez». Não me preocupa o isolamento em que o PS vai ficando na cena política portuguesa; nem sequer me preocupa que, após tantas cedências a partidos que dantes guerrea, se lhe vá minguando e encarquilhando o espaço. Preocupa-me o País a que pertença, a cultura que todos nós temos obrigação de defender, com unhas e dentes, a deformação de mentalidades, o estímulo da cobiça, a propiciação dum clima de desconfiança nas pessoas que presidem aos mais diferentes sectores da vida pública. Repare que não responsabilizo directamente o ministro, o secretário de Estado ou o director-geral. Porque havia de o fazer? O Conselho de Ministros será tão ingénuo?

A este propósito, quero lembrar que a direcção do FAOJ (anterior a esta, claro) sempre que houve que substituir delegados o fez pois ela sim, tinha em conta o princípio da «competência e eficácia». E tratava-se de homens muitas vezes com definições políticas que o PS hoje repudia.

DL — Acha que o novo director do FAOJ, Trovão do Rosário, é competente no seu lugar?

AC — Não. O mesmo posso dizer dos seus colaboradores mais directos, como Rui Amaral Neves, que pareceir ser nomeado delegado para Lisboa, etc., etc...

DL — É capaz de explicitar melhor?

AC — Dê tempo ao tempo...

DL — E que pensará o novo director de si?

AC — O que agora pensa não sei. O que pensava, dizia-o pelo menos, em Dezembro do ano passado, tenho-o em documento; «um dos três mais qualificados a nível nacional» e que me admirava muito.

DL — E que pensa do ministro Sottomayor Cardia, nos sectores do ensino e da cultura?

AC — A única vez que o vi foi na Aguda, durante a homenagem nacional a Oscar Lopes, em 20 de Abril de 1974...

DL — Mas que pensa?

AC — Bom, falemos agora das Casas de Cultura da Juventude e Centros Culturais que criou no distrito.

AC — Creio, não: dinamizei. Mas vamos lá à questão. Como nota prévia, quero sugerir-lhe um contacto directo «in loco» com essas Casas de Cultura e Centros Culturais. Só «in loco» é que se pode saber bem o que as coisas são. Como fez, em Janeiro deste ano, o então ministro da Educação major Vitor Alves que aqui se deslocou a duas Casas de Cultura de aldeias — Vilarinho da Samardã e Cumieira — tendo sobre a primeira (a que no momento tinha visitado) falado aos jornais de «exemplos como a Casa de Cultura que fui visitar, onde se verifica um esforço integrado de um organismo do Ministério, o FAOJ, com as populações». Deixe que lhe diga que um dos piores vícios da governação consiste em os governantes ditarem leis ou fazerem apreciações sem o verdadeiro conhecimento das realidades. Adiante.

Como disseram os jornais, há efectivamente catorze (!) Casas de Cultura neste distrito. A sua designação resultou de uma reunião do delegado regional com os responsáveis das principais e mais dinâmi-



António Cabral

cas associações juvenis do distrito. As restantes associações, com ou sem estatutos, com ou sem sede própria, ficariam a designar-se Centros Culturais e Desportivos ou como elas entendessem. Nenhuma espécie de dirigismo como vê, como aliás foi sublinhado em entrevista que eu dei ao Jornal de Notícias de que vem a propósito transcrever a seguinte passagem: «As casas de cultura pretendem incrementar a cultura, sem desligar esta do ambiente político-social e económico. Os grupos juvenis são autónomos e até para nos integrarmos num processo democrático, ultimamente os directores das CCJs têm sido eleitos pelos jovens que as frequentam. No entanto toda a actividade das casas de cultura é, forçosamente, desenvolvida segundo uma linha partidária. Tanto assim que lá poderá encontrar jovens de todas as tendências políticas, dentro das actividades das casas, traba-

lhando lado a lado, numa autêntica coexistência de diferentes tendências e filiações políticas». O jornalista conhecia a veracidade das afirmações e rematou a entrevista com este comentário: «pelo menos neste sector, não houve só promessas como de costume»

Quando entrei para o FAOJ, havia apenas uma CCJ em funcionamento — a de Vila Real. O edifício de Chaves, praticamente sem mobiliário, estava fechado; outros núcleos, já esvaziados pelo anterior delegado, estavam sem actividade. Foi árdua a tarefa de alertar a juventude para as suas responsabilidades, incrementando o associativismo e a cultura, mas alguma coisa se fez, como os Serviços Centrais do FAOJ podem testemunhar. E nunca houve sectarismo, como reza um documento assinado por todos os trabalhadores e colaboradores da delegação e como podem testemunhar os jovens.

DL — Como se cria e funciona uma CCJ?

AC — Vou falar-lhe propositalmente da CCJ de uma aldeia — S. Martinho de Anta —, umas das últimas a serem criadas. Apareceu-me um dia na delegação um grupo de jovens de S. Martinho de Anta, a solicitar apoio para actividades culturais e desportivas. Disse-lhes prontamente que o apoio ao desporto era com a Delegação da DGD. Quanto à cultura, sim. Reuniram na aldeia, após comunicação à população, tendo mais de cem pessoas, jovens na maioria, eleito o jovem Luis Torres Real para director. Após várias diligências, conseguiram que o então deputado pelo PS, dr. Luis Roseira, lhes cedesse gratuitamente o rés-do-chão de uma casa sua (para servir de sede). Salão amplo e um gabinete. Os jovens meteram ombros ao arranjo da casa. Organizou-se um campo de trabalho, subsidiado pelo

FAOJ, e a CCJ lá está, com soa-lho e tectos novos, toda arranjadinha. Soube posteriormente, pelo próprio, que o director da CCJ, que não recebe qualquer gratificação nem tem escriturário ou porteiro pagos pelo FAOJ; é um militante do PPD. O dr. Luis Roseira ajudou e o escritor Miguel Torga, que é natural da terra, ofereceu livros seus a juntar aos que o FAOJ ofereceu também. Ai está.

DL — E quanto a actividades?

AC — Apenas alguns dados muito sucintos, relativos a 1976 de acordo com os meus apontamentos dos relatórios entregues nos serviços centrais:

Desenvolveram-se e subsidiaram-se actividades de: cinema, teatro, campos de trabalho, animação sócio-cultural, artes plásticas, jornalismo, folclore, xadrez, alfabetização, fotografia, música e canto, campismo; leitura e jogos florais. Alguns pormenores elucidativos:

Nos primeiros quatro meses do ano houve, de Norte a Sul do distrito, trinta e dois espectáculos de teatro de grupos apoiados pelo FAOJ, com uma assistência de 11.820 pessoas. Em Maio, quinze espectáculos e quatro mil e novecentos assistentes. Funcionaram, de Janeiro a Abril, catorze escolas de música que continuaram em Maio, à excepção de duas, tendo sido criada, porém, mais uma. Foram pintados pelos jovens grandes murais nas CCJs de Vilarinho da Samardã, Alijó e Chaves. Criaram-se três publicações periódicas — duas impressas e uma policopiada — para além de jornais de parede. Foi reestruturada a animação sócio-cultural: projectaram-se gratuitamente dezenas de filmes culturais. Sem qualquer auxílio da DGEP houve alfabetização para adultos e explicações gratuitas para mais de cem alunos do ensino liceal. Etc..

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

Informamos todos os trabalhadores de escritório que se encontra à distribuição no Sindicato o projecto de regulamento do Congresso.

Embora o referido projecto tenha na capa o nome deste Sindicato, ele não é da nossa autoria.

Lisboa, 11 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA MANIFESTAÇÃO

3.ª-feira dia 12 de Outubro

Por decisão do plenário de 30/9/76 e com o apoio dos Executivos Nacionais dos Sindicatos de Professores vai-se realizar no dia 12 uma manifestação de protesto por medidas que o MEIC tem vindo a tomar, particularmente no que respeita às colocações de professores do Ensino Primário, Secundário e Preparatório.

A Direcção Sindical da Grande Lisboa, apela a todos os professores a manifestarem solidariamente o seu protesto por tais medidas, com a força serena da razão que lhes assiste.

Nenhum professor, qualquer que seja a sua situação, pode aceitar que milhares de colegas nossos se vejam subitamente afastados da função docente.

Nenhum professor pode compreender que o MEIC faça um completo silêncio sobre o plano de profissionalização, que a mais elemental justiça impõe como uma necessidade premente, se se pretende, de facto, resolver o problema dos professores não habilitados académica ou pedagogicamente, na base dos princípios de equidade e democracia.

A manifestação deve constituir o ponto de partida da mobilização dos professores a nível nacional. Em todas as escolas os professores devem eleger democraticamente os seus representantes que, conjuntamente com os Delegados Sindicais, dinamizem toda a acção sindical na sua zona, estabelecendo a ligação entre as escolas, com os pais, encarregados de educação e população em geral.

É preciso que os professores façam ouvir a sua voz, debatam os seus problemas, decidam e controlem democraticamente todos os passos a dar para que as suas legítimas reivindicações sejam alcançadas.

Solidários e unidos em torno das suas estruturas sindicais os professores saberão opor à intrasigência do MEIC a força tranquila da sua razão.

NEM UM SÓ PROFESSOR DESEMPREGADO!
GARANTIA DE EMPREGO NA DOCÊNCIA PARA TODOS OS PROFESSORES!
NÃO À COLOCAÇÃO POR CONCELHOS DOS PROFESSORES AGREGADOS!
PELA PROFISSIONALIZAÇÃO DE TODOS OS PROFESSORES!
DIREITO AO TRABALHO PARA TODOS OS CANDIDATOS HABILITADOS!
PELO FUNCIONAMENTO INTEGRAL DAS ESCOLAS!
POR UM ENSINO DE QUALIDADE!

A DIRECÇÃO

Local da concentração: Praça Marquês de Pombal, às 18,30 horas

Nacional

ENTRE 22 E 25 DESTE MÊS

Primeiro-ministro de S. Tomé visita oficialmente Portugal

O primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, visitará Portugal, de 22 a 25 do corrente mês. A visita foi anunciada ontem pelo embaixador português em S. Tomé, dr. Amândio Pinto, à saída de uma audiência com o presidente da República, general Ramalho Eanes.

O dr. Amândio Pinto, que revelou que a sua deslocação a Lisboa se prendia, entre outros assuntos, com a questão da visita, acrescentou que as relações entre Portugal e S. Tomé, a partir de agora, decorrem neste momento em termos de «cordialidade e de cooperação», continuando a haver «um intercâmbio comercial sobre produtos de alimentação de base».

O embaixador português será recebido amanhã pelo dr. Mário Soares, regressando posteriormente a S. Tomé.

Miguel Trovoada será o primeiro chefe de Governo de uma ex-colónia portuguesa a visitar o nosso país depois da independência. Durante a sua próxima visita chefiará ainda uma delegação que inclui vários membros do seu gabinete, recentemente remodelado.

MISSÃO VOLTOU DA ROMÉNIA

Regressou a Lisboa a delegação da Secretaria de Estado do Fomento Agrário que se deslocou à Roménia onde, manteve conversações, no

âmbito do acordo sanitário-veterinário luso-romeno. As conversações tiveram como objectivo principal a troca de informações de interesse veterinário, de sanidade e higiene, para além de visitas a explorações pecuárias institutos de investigação e matadouros industriais.

Este foi o primeiro encontro de uma série a ter lugar anualmente, devendo o próximo realizar-se em 1977 em Lisboa.

A delegação portuguesa era constituída pelos dres. Renato Henriques e Mendonça Braga, director-geral dos Serviços Ve-



Miguel Trovoada

cuários e chefe dos Serviços Veterinários dos portos e fronteiras.

A Roménia é considerada como principal fornecedora de carne de suíno, tendo exportado em 1975, para Portugal, cerca de seis mil toneladas. Nos primeiros nove meses do corrente ano, já vendeu a Portugal, aproximadamente, onze mil toneladas de carne de porco e quatro mil de bovino.

Por sua vez, Portugal exporta para a Roménia folhas-de-flandres, cortiça, pastas para fabrico de papel, conservas de peixe e azeite.

Conferência de Imprensa do M.S.D.

Saiu um erro no título duma local inserta na nossa edição de ontem sobre uma conferência de Imprensa dada pelo MSD, anunciando que este movimento iria propor-se dentro de dias ao Supremo Tribunal de Justiça como PSD (Partido Social-Democrata) — não como PPD, evidentemente, como saiu. O texto, aliás, corrigia o erro.

Mas no texto vinca-se ainda uma imprecisão, que dirigentes do MSD nos pediram esta manhã para rectificar: foi a 13 (e não a 8) de Agosto, no Por-

to, que aquela associação política anunciou publicamente que iria transformar-se em partido — Partido Social-Democrata.

Ainda a propósito da mesma local e do objecto que ela se ocupava. Durante a reunião foi lido um extenso documento intitulado «Para uma clarificação política do projecto social-democrata». Fizemos-lhe referência como uma historiação que um dirigente fez do MSD e seus antecedentes, o que é certo; mas torna-se necessário acrescentar que se trata dum importante documento de

análise política tendo por objecto a articulação da realidade portuguesa com a viabilidade da social-democracia como solução para o problema global português.

Em tempo, ainda: o processo de recolha de assinaturas para legalização do MSD como partido tem vindo a decorrer com a indicação expressa do nome que o partido virá ou viria a ter: Partido Social-Democrata. Tal como adiantámos na edição de ontem, este pormenor pode pesar, e muito, na resolução que o Supremo vai ter de tomar brevemente.



Um flagrante dos trabalhos de hoje

ECONOMIA EM DEBATE

Especialistas apelam à integração do País no Mercado Comum

Prosseguiu esta manhã, na Fundação Gulbenkian, a Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa, com um debate sobre a balança de pagamentos e a política monetária.

A sessão de ontem à noite foi preenchida com duas comunicações, seguidas de debate, sobre a integração económica de Portugal no Mercado Comum.

Os prof. Bela Balassa e Christian Heimpel fizeram comunicações sobre o tema, sem, no entanto, passarem de uma análise muito geral, e bastante limitada, da situação da econo-

mia portuguesa e da perspectiva da sua integração no Mercado Comum. As intervenções dos prof. Balassa e Heimpel foram sobretudo norteadas pelo desejo de ver o nosso País bem integrado na comunidade económica ocidental.

Neste aspecto, os comentários de Alberto Regueira e Xavier Pintado nada acrescentaram, já que se limitaram, dentro de posições e de uma prática que lhes são bem conhecidas de antes do 25 de Abril, a reafirmar o essencial do que os autores das comunicações haviam declarado.

Esta linha foi igualmente a do prof. Alfredo Sousa, que se interroga, a compreender-se porque, sobre as limitações do quadro constitucional instituído.

Este debate, com uma ou outra pequena alteração, poderia ter ocorrido nos anos 50 ou 60: quase os mesmos homens, os mesmos interesses, a mesma vontade de separar os «imperativos» da economia do social e do político. O 25 de Abril, passou por aqui?

Conselho da Revolução divulga agenda

O Conselho da Revolução reúne-se amanhã a partir das 15 e 30 no edifício do E. M. G. F. A., ao Restelo.

Ordem de trabalhos anunciada pelo Gabinete de Imprensa dos Serviços de Apoio: análise da situação política, como ha-

Dia das Missões

Vai celebrar-se no próximo dia 24 o 50.º aniversário da primeira celebração do Dia Mundial das Missões. A propósito, o Conselho Permanente do Episcopado emitiu uma nota em que, «sentindo vivamente a necessidade de que as igrejas particulares mantinham a sua abertura profunda

à Igreja universal, e no desejo de que este jubileu seja celebrado devidamente, convida o Povo de Deus em Portugal a unir-se às celebrações que localmente foram promovidas, como mais convenientes e oportunas, pelas diversas comunidades».

PUB

Sindicato dos Capitães Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante

CONVOCATÓRIA

No próximo dia 18 de Outubro, segunda-feira, pelas 21.00 horas, na sede do Sindicato — Praça de D. Luís, 9-1.º Dt.º, em Lisboa — crosseguirá a Reunião Geral de Sócios iniciada no passado dia 8 de Outubro, para discussão do ponto 2 da seguinte ordem de trabalhos:

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

- 1 — Informações;
- 2 — Projecto de Regulamento

Lisboa, 9 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CARNES

DOS DEBITOS DE SETÚBAL E SANTARÉM

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea b) do artigo 33.º dos Estatutos, convocam-se todos os associados a reunir em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 16 de Outubro, pelas 15 horas no salão da Banda Democrática, Rua Almirante Cândido Reis, 46, Montijo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Congresso de todos os Sindicatos Portugueses;
2. Análise, discussão e aprovação do projecto do Regulamento do Congresso.

O Presidente da Assembleia Geral
Eduardo de Almeida

SINDICATO DOS AJUDANTES E PRATICANTES DE DESPACHANTE OFICIAL, DESPACHANTES PRIVATIVOS E AGENTES ADUANEIROS

Rua Pascoal de Melo, 1-1.º Esq.º — Telef. 82 35 96 — Lisboa

MOÇÃO

Trabalhadores deste Sindicato reunidos em Assembleia Geral em 7/10/76 exigem que seja cumprida a Constituição nomeadamente no que respeita ao art.º 58, no qual se consigna o direito das Associações Sindicais serem consultadas acerca da legislação do trabalho.

Lisboa, 7 de Outubro de 1976

FOTOCÓPIAS 2\$50

E CÓPIAS HILIOGRÁFICAS

GP. — Av. António Augusto de Aguiar n.º 3-1.º A
Telef. 55 74 09 — LISBOA

PRÉDIO EM LISBOA
Base 1 000 000\$00. Rende 141 175\$00 = 14,1 %
Rua Morais Soares, 67-A e B

LEILÃO

PRÓXIMA 5.ª FEIRA, AS 12 HORAS

No n.º escritório, Av. Duque de Loulé, 1-A, Lisboa

Será posto em praça o prédio em epígrafe c/ loja, r/c. e 5 andares direito e esquerdo, inscrito na matriz sob o art.º 159, freguesia da Penha de França, a fls. 102 do livro G/33, livre de quaisquer ónus ou encargos.

Trata e presta todas as informações a



CECÍLIO A. CAETANO
SERVIÇO ESPECIALIZADO
EM AMORTECEDORES
E SUSPENSÕES
DE TODOS OS TIPOS
GARANTIA DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA
SECÇÃO TÉCNICA: AV. S. JOÃO DE DEUS, 7 1.º
TELEF. 89 66 03 (Ao apeadeiro do Areeiro)

Federação de Lisboa denuncia manobras para dividir P.S.

A Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do Partido Socialista, que notícias postas a circular recentemente davam como dirigida por uma Comissão Administrativa em substituição dos órgãos eleitos, emitiu um longo comunicado de apoio à política de governo e denunciando actividades desenvolvidas no sentido «atingir por dentro o Partido Socialista».

O comunicado da FAUL realça também a importância do discurso que Manuel Alegre fez, na sua qualidade de secretário de Estado da Comunicação Social, ao inaugurar a

exposição comemorativa do aniversário da República, salientando que aquele discurso «é a concludente resposta às manobras que têm sido desenvolvidas».

O comunicado da FAUL ainda que dentro das «manobras» se incluem «ataques aos camaradas que no Governo ou no Partido, mais firmes se têm mostrado na defesa da democracia e do projecto autónomo do Partido Socialista, contra todas as formas de golpismo e de totalitarismo».

Segundo a FAUL, existe dentro do Partido Socialista quem «queira ressuscitar o projecto

do «Partido verdadeiramente socialista», assumindo a defesa do «espírito revolucionário» contra o «reformismo». Os desígnios essenciais desta tentativa seriam, ainda segundo a FAUL, «a aliança com militares que sonham com a perpetuação dos seus privilégios, liquidação do Partido que constitui o único obstáculo sério a esses desígnios e partilha final do espólio da Revolução liquidada entre os defensores do «verdadeiro socialismo» e os militares».

A FAUL elogia depois as actividades de Manuel Alegre, salientando as medidas toma-

das pela Secretaria de Estado da Comunicação Social contra o semanário «A Rua» e reafirmando a vontade de defender aquilo que considera como «a conquista fundamental da Revolução» — a democracia Política.

O comunicado termina salientando que as suas posições são apoiadas pela maioria dos trabalhadores do P.S., reafirmando a confiança da FAUL no governo do dr. Mário Soares, que assume «a responsabilidade histórica do combate» pela «reação económica» e pelo «reforço da autoridade do Estado».

VIII CONGRESSO DO P.C.P.

Noventa delegações entre os convidados

Cerca de noventa partidos, movimentos e organizações políticas nacionais e estrangeiras estarão presentes ao VIII Congresso do Partido Comunista Português que decorrerá em Lisboa de 11 a 14 do próximo mês. Algumas das delegações convidadas usarão da palavra durante as sessões do Congresso, devendo ainda participar em outras iniciativas que decorrerão paralelamente.

Entretanto, «para serem submetidos à discussão em todas as organizações do Partido», começaram a ser distribuídas as «Teses para o VIII Congresso do P. C. P.», elaboradas pelo seu Comité Central.

Os temas apresentados à discussão de todos os seus militantes passam por «A crise do regime fascista», «O derrubamento da ditadura e as conquistas da Revolução», «O desenvolvimento do processo revolucionário», «O regime de mocrático e os perigos actuais», «As medidas que se impõem», «O movimento popular» e, finalmente, «O Partido». Finaliza o documento do C. C. do P. C. P. um capítulo intitulado «Medidas de Emergência» nas quais se enumeram as acções que, na óptica daquele Partido, são necessárias «para a defesa da democracia e da independência nacional».

SOBRE HABITAÇÃO, CONTROLO OPERÁRIO E INFORMAÇÃO

P.C.P. envia diplomas à Assembleia

«Fundamentalmente procuramos ter em conta as opiniões e manifestações de vontade publicamente expressas pelas comissões de trabalhadores e outras organizações populares de base, do movimento sindical, bem como as correntes de opinião pública, veiculadas nomeadamente pelos órgãos de comunicação social», sublinhou Carlos Brito líder parlamentar do P.C.P., durante a conferência de imprensa levada a efeito, ontem, no Centro de Trabalho da Av. da Liberdade, para apresentação dos projec-

tos de lei sobre controlo operário, tempo de laboração das empresas, despejos e Conselho de Informação nos órgãos estatizados, e entregues já na Assembleia da República, pelo respectivo Grupo Parlamentar.

Nesses projectos pede-se, nomeadamente, a revogação do projecto de lei do VI Governo sobre o controlo operário; a revogação do diploma sobre redução do período de laboração das empresas (surgido com o caso Timex); a suspensão imediata das acções de despejo (e similares) de

prédios urbanos destinados a habitação ou outros fins que não o comércio e indústria e, finalmente, a sujeição a ratificação pela Assembleia, do Decreto-Lei 675/76 de 2 de Agosto que institui um Conselho de Informação, para Anop e jornais estatizados, por ser inconstitucional, pois trata-se de matéria da competência da Assembleia da República.

Entre outros projectos que «gostaríamos de ter incluído neste bloco», Carlos Brito referiu um respeitante à «atri-

buição de pensões aos senhores pobres de prédios rústicos, que, pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural, ficaram em condições económicas inportáveis, bem como um projecto-lei sobre regularização da situação nas empresas em autogestão», sublinhando que o grupo parlamentar, comunista debruçar-se-á também sobre tais assuntos.

Sobre o controlo operário, o dirigente do P.C.P. lembrou tratar-se de uma das grandes conquistas revolucionárias dos trabalhadores portugueses, consagrada pela Constituição e estabelecida «na sequência dos sanamentos de fascistas e reacçãoários, da fuga do patronato para o estrangeiro, de situações próximas da falência ou insolvência, de desvios de fundos, fraudes, retirada de máquinas, esgotamento de «stocks», cancelamento de encomendas e outras formas de sabotagem económica». No seu projecto de lei o P.C.P. propõe como formas do controlo operário nomeadamente: controlo de gestão das empresas e intervenção na elaboração dos planos económico-sociais de âmbito sectorial, regional ou nacional e no controlo da respectiva execução.

Nas empresas públicas, nacionalizadas, mistas, ou sob intervenção do Estado, as comissões de trabalhadores teriam direito a designar pelo menos um representante seu para a direcção da empresa.

M.A.I. faz ponto à Reforma Agrária

Um comunicado do Ministério da Administração Interna, relacionado com a Reforma Agrária, faz o ponto da situação às 20 horas de ontem.

Assim, no distrito de Beja foram desocupadas as seguintes propriedades: no concelho de Ourique as herdades Alamo, com 27,9 e 195,9 hectares respectivamente e no concelho de Beja a herdade Corte Ligeira

Nova, com 311,4 ha. Estes casos foram resolvidos por arrendamento voluntário.

No distrito de Santarém e na zona nacionalizada da área do Vale de Sorraia, a Comissão de Gestão Transitória interveio nas seguintes herdades: Parreira e S. Romão, com 142 ha, Gamas e Fetal, com 396 ha, e Quinta da Foz, com 554 hectares.

AÇORES-CONTINENTE

"Telex" automático fica para 1977

As comunicações de telex automáticas entre os Açores e o continente serão possíveis fins de 1977 ou princípios de 1978, quando a Marconi passar a utilizar a via satélite.

Trata-se de uma informação do eng.º Maia Athaide, director dos Serviços de Telecomunicações dos CTT, confiada à agência ANOP, a propósito da entrada em funcionamento da central automática de telex dos Açores, que se encontra já montada, faltando apenas dotá-la de equipamento e formar o pessoal necessário.

Entretanto, a nova central permitirá comunicações de telex automáticas entre postos do arquipélago, não sendo ainda certo que permita comunicações manuais com o continente, pois este último depende dos circuitos da Marconi.

L.C.I. analisa situação política

A L.C.I. leva a efeito esta tarde, na sua sede, uma conferência de imprensa para expor as resoluções do seu Comité Central, reunido em plenário nos dias 9 e 10 do corrente mês.

Dessas resoluções, destacar-se-ão as que se referem à «actual situação económica e política e à nossa atitude face ao Governo P.S.»; apresentação das nossas candidaturas e do nosso programa às eleições para as autarquias locais: posição da L.C.I. face à unificação dos trotskistas portugueses e, finalmente, sobre a abertura do debate interno e da preparação do IV Congresso Nacional da L.C.I.

ELEIÇÕES

Uma reunião dos secretários dos Governos Civis dos ex-distritos autónomos dos Açores, acaba de ser levada a efeito na Secretaria Regional da Administração Pública. Objectivo: estudar e assentar aspectos organizativos e de apoio ao processo eleitoral que se avizinha para as autarquias locais.

Procede-se, desde já, à elaboração de anteprojectos de decretos-lei regionais: um sobre as estruturas das secretarias regionais e outro referente

aos delegados do Governo autónomo dos Açores.

TOUROS

Na Ilha Terceira, realizaram-se no passado dia 10 as últimas touradas à corda deste ano, em S. Carlos e no Porto dos Biscoitos.

Um telex da Direcção-Geral da Informação faz saber que desde 1 de Maio até agora, ou seja no período de 163 dias, o Governo Civil de Angra passou 202 licenças para divertimentos do género. Em relação ao ano passado, verificou-se um aumento de 66 corridas.

"Corrécio" amanhã em tribunal

PORTO, 12 — Está marcado para amanhã, às 14.30, no Tribunal Militar do Porto, o julgamento de Eduardo da Costa Oliveira, o «Corrécio», chefe do bando de marginais que actuava em Braga.

Conforme foi amplamente noticiado, até à prisão do «Corrécio» a cidade de Braga viveu dias de terror com os feitos da quadrilha e sob o olhar complacente das autoridades locais.

Detido há tempos em Custóias, o Eduardo «Corrécio» escreveu uma carta ao «Diário do Minho» na qual se afirma «acérrimo defensor da democracia e do povo», «antifascista e anticomunista» e diz nada ter a ver com o terrorismo bom-

bista, acrescentando: «o Corrécio não pôs bombas, não atentou contra a vida de quem quer que fosse». Refere-se «aos falsos amigos do povo», «aqueles que tinham e ainda têm na manga o plano de destruição de Braga, da sua Igreja e do seu povo», declara-se decidido a lutar por um futuro «onde não haja lugar para o ódio, para a violência e para o oportunismo vermelho» e lamenta que, através de si, algumas pessoas tenham sido alvo de «asquerosas acusações».

Entretanto, e com o fim de recolher novos depoimentos relacionados com o processo de rede bombista, é esperado hoje no Porto o juiz de instrução dr. Dário Rainho.

1500 palavras

é tudo o que precisa... se forem as adequadas. É interessante saber os nomes das flores e dos animais, mas no actual mundo dos negócios discutem-se assuntos relacionados com produtos, planeamento e vendas. Por isso, o importante é analisar a estrutura de qualquer curso de línguas que tencione frequentar. Sabe que existem cursos especialmente destinados a homens de negócios?

Cambridge School

dá a última palavra.

LISBOA: Av. GUERRA JUNQUEIRO, 8-1.º DIR. - TEL. 724544 - 899601
AV. DA LIBERDADE, 173-1.º - TEL. 554780 - 554789
BENFICA: EST. DE BENFICA, 729-5.º DIR. - TEL. 704329 - 703638
ALMADA: R. SOC. FILARMÓNICA INCRÍVEL ALMADENSE, 14-2.º ESQ. - TEL. 2760234
PORTO: R. DUQUE DA TERCEIRA, 381-1.º - TEL. 560380 - 561130

**Oberammergauer-
passionsfestpiel-
alpenkräuterklos-
terfrühstückskase-
schnittchen**

Envie este cupão devidamente preenchido

Nome

Empresa

Morada



Nacional

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETUBAL

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Plenário no dia 9/10/76, decidem:

- 1 — Responsabilizar as Direcções Sindicais subscritoras da «Carta Aberta», pelas tentativas de divisão no Movimento Sindical, as quais em nada contribuem para o reforço das classes trabalhadoras e exploradas deste País.
- 2 — Apoiar a Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses.
- 3 — Apoiar e exigir a realização do Congresso de todas os Sindicatos Portugueses, no mais curto espaço de tempo.

APROVADA POR UNANIMIDADE
E ACLAMAÇÃO

PROPOSTA

Os Delegados Sindicais dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Plenário no Barreiro, no dia 9/10/76, considerando:

— Que o projecto de Regulamento para o Congresso de todos os Sindicatos, foi elaborado pela Intersindical;

— que os Delegados Sindicais aqui reunidos estão com a Intersindical como o demonstraram na 1.ª Moção aprovada por aclamação.

PROPÕEM-SE

Que esta Assembleia de Delegados Sindicais apoie o projecto proposto pela Intersindical Nacional.

APROVADA POR UNANIMIDADE
E ACLAMAÇÃO

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do Art.º 33.º dos Estatutos, convocam-se todos os associados deste Sindicato a reunir em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de Outubro de 1976, pelas 21 e 30, no cinema Voz do Operário, sito na Rua Voz do Operário, n.º 9 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º Análise, discussão e aprovação do Projecto de Regulamento do Congresso dos Sindicatos.
- 2.º Análise da situação das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical dos Transportes.

CAMARADAS:

Enquanto nós trabalhamos, os patrões tramam a melhor maneira de nos cortar nas regalias e direitos que a muito custo conquistámos.

A luta pela defesa dos nossos interesses, é cada vez mais difícil.

Mais que nunca é preciso que os trabalhadores se mantenham unidos e informados.

NÃO FALTES!

NOTA: Dada a natureza da Ordem de Trabalhos, esta Assembleia vai funcionar conjuntamente com a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa.

Lisboa, 11 de Outubro de 1976

O Presidente da Assembleia Geral
JOSE DUARTE

CONSELHO DE IMPRENSA CRITICA

“Jornal Novo” não dignifica função da crítica

O direito de resposta consignado na lei da Imprensa pode ser exercido contra quaisquer escritos publicados como publicidade paga devendo os respectivos órgãos de Informação publicar gratuitamente a resposta bem como a título de correspondência dos leitores segundo deliberação do Conselho de Imprensa ontem reunido.

O Conselho de Imprensa deliberou, ainda, informar a companhia de Teatro da Cornucópia que a linguagem utilizada pelo «Jornal Novo» numa das suas críticas a espectáculos daquela companhia «não dignifica a função da crítica», ao mesmo tempo que recorda o direito de resposta consignado no artigo 16.º da Lei da Imprensa que é independente da instauração de procedimento criminal.

Foi deliberado solicitar à Secretaria de Estado da Comunicação Social a criação de um serviço de controlo de tiragens de jornais que nem todos publicam como é de lei.

SOCIALISTAS APOIAM MANUEL ALEGRE

O Secretariado do Núcleo do

Partido Socialista na RTP emitiu um comunicado em que afirma «estar» com o Governo e apoiar Manuel Alegre e Soares Louro que são, como se sabe, secretário e subsecretário da Comunicação Social e membros do P. S.

Depois de falar em «insinuações sem o mínimo fundamento» o Secretariado afirma que alguns jornais vêm fazendo do crer que a política seguida pelo Governo, e nomeadamente pela S. E. C. S., encontraria alguma resistência por parte dos socialistas da RTP, para garantir:

«Estamos com a S. E. C. S., em todas as decisões que foi obrigada a tomar nestes últimos tempos: no caso da greve dos ardinas, no auxílio à Imprensa regional no processo intentado ao semanário fascista «A Rua», nas nomeações e demissões que teve de efectuar na RTP.»

Reconhece, depois, que os socialistas da RTP tinham «pedido explicações» aos responsáveis da Secretaria de Estado (deve referir-se a uma reunião havida, recentemente, no Palácio Foz, com o próprio Ma-

nuel Alegre), conclui que «diante da consolidação do poder democrático» só restaria «aos adversários da liberdade e do socialismo a hipótese de minar o P. S.» para avisar solenemente o nosso jornal e um semanário lisboeta nos seguintes termos:

«Senhores do «Diário de Lisboa» e de «O Jornal», desenganem-se, não atingiram os vossos objectivos. Estamos unidos, apoiamos com todas as nossas forças o projecto e a acção do Governo, sejam quais forem as intrigas fabricadas pelos vossos escribas.

Não conseguirão abalar-nos. Por muito que lhes pese, o exemplo do Chile e da 1.ª República foi por nós entendido. Os socialistas não serão joguete de causas ideologicamente puras ou impuras, mas concretamente, e provavelmente, impossíveis no país que somos.»

O comunicado é omissivo quanto à expulsão dos 23 funcionários por acusações relacionadas com o 25 de Novembro e que o próprio ministro do Trabalho, Marcelo Curto (P. S.) reconheceu serem susceptíveis de revisão. Fica sem saber-se se também neste caso o núcleo do P. S. na televisão está com a S. E. C. S.

ANOP

A manutenção da suspensão de dois jornalistas da ANOP, o chefe da Redacção, Fernando Cascais, e o subchefe, Renato Soares, foi ontem denunciada pelos trabalhadores da Agência Noticiosa Portuguesa numa reunião do seu plenário.

Conforme acentua a moção aprovada por maioria, estes dois trabalhadores foram «punidos ilegalmente por uma administração justamente destituída pelas ilegalidades que cometeu na sua nefasta activi-

dade». Por via disso, solicitam os trabalhadores que a nova administração reintegre ao serviço os jornalistas Fernando Cascais e Renato Soares ao mesmo tempo que «registam como medida positiva a recondução do trabalhador João Quintas no cargo de chefe da secção de pessoal do qual havia sido destituído ilegalmente».

SOUTO CRUZ PARTIU ONTEM PARA A R.F.A.

A convite do chefe do Estado-Maior da Marinha da República Federal Alemã, partiu para aquele país o almirante Souto Cruz, chefe do Estado-Maior da Armada, numa visita que considerou ser «de cortesia e técnica».

Falando aos jornalistas no aeroporto Souto Cruz referiu que terá vários contactos com autoridades da marinha alemã, com quem discutirá problemas de cooperação, de formação de pessoal e de estreitamento das relações entre os dois ramos das Forças Armadas portuguesas e alemãs.

Souto Cruz declarou ainda ir visitar a Escola Naval alemã, em Flensburg, e várias bases navais daquele país, não estando previstas quaisquer negociações ou contactos relacionados com a formação da brigada especial portuguesa no âmbito da NATO.

O chefe do Estado-Maior da Armada e conselheiro da Revolução salientou que se desloca expressamente como chefe do Estado-Maior da Armada pelo que os contactos políticos que vier a ter revestir-se-ão de um carácter puramente formal e de cortesia.

publicidade

ABASTECIMENTO DE RAÇÕES

Em presença da rotura no fornecimento de cereais forrageiros que constituem matéria-prima essencial à Indústria de Alimentos Compostos para Animais, a I. A. C. A., perfeitamente consciente dos graves prejuízos que essa circunstância poderá causar, vem junto da Pecuária Nacional informar:

- 1) Não recai sobre esta Associação nem sobre os Industriais individualmente, a menor responsabilidade no abastecimento de cereais forrageiros do qual está legalmente incumbido o Instituto dos Cereais.
- 2) Apesar disso, esta Associação tem procurado por todos os meios ao seu alcance colaborar para o desanuviamiento da situação.
- 3) Assim, logo que lhe sejam entregues os cereais de que carece, esta Indústria estará apta a satisfazer as necessidades do mercado.
- 4) Nestas condições, espera-se da Pecuária a atitude calma e confiante que, de alguma maneira, possa não agravar tão lamentável situação.

Lisboa, 11 de Outubro de 1976

I. A. C. A. — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE ALIMENTOS
COMPOSTOS PARA ANIMAIS

Trabalho

Eleições na Função Pública

Aprovada proposta do C.D.R.P. para 18 de Dezembro

A Comissão Directiva Regional Provisória (CDR) do Sindicato da Função Pública (Zona Sul) anunciou, ontem, em conferência de imprensa, que as eleições dos corpos gerentes se efectuará no dia 18 de Dezembro. Na mesma reunião, em que também foi focada a política laboral do MEIC, os representantes do CDR (Adalberto Ribeiro, Rosa Maria Silva, Maria de Aires e Adriano Azevedo) anunciaram que «o Sindicato da Função Pública está a participar activamente na preparação do Congresso dos todos os Sindicatos portugueses».

Na sequência da legalização do sindicato, segundo informou o CDRP, foi necessário pôr à discussão e votação da classe propostas de regulação e calendário eleitorais,

medida que veio a concretizar-se com a apresentação de seis propostas. Foi aprovada com 3537 votos a favor, a proposta número 1, apresentada pela própria comissão Directiva. No plebiscito, a proposta n.º 2, obteve 53 votos; a n.º 3, obteve 755; a n.º 4 somou 97; a n.º 5 chegou aos 2957; e a n.º 6, aos 73. Registraram-se 174 abstenções e 27 votos contra todas as propostas.

Deste modo, tendo em vista a eleição dos corpos gerentes do Sindicato da Função Pública, deve formar-se uma comissão fiscalizadora paritária, com um representante de cada uma das listas concorrentes aos corpos directivos.

Sobre quem pode votar, e de acordo com a proposta que foi aprovada, têm direito a fazê-lo todos os sócios inscritos,

contra uma proposta que incluía todos os trabalhadores da função pública. A sindicalização, num organismo que abrange 70 mil trabalhadores dos quais mais de metade já procedeu a essa operação, pode efectuar-se mediante o preenchimento de uma ficha e o pagamento da quotização provisória mínima de dez escudos e tem por data limite o próximo dia 25.

Do calendário eleitoral há algumas datas a salientar: até ao dia 22 deverão ser apresentadas as candidaturas e programas; até ao dia 23 entrará em funcionamento a Comissão de Fiscalização; no dia 29, serão afixados os cadernos eleitorais definitivos, cujas reclamações podem ser feitas até ao dia 8 de Novembro; de 19 de Novembro a 17 de Dezembro decorre-

rà a campanha eleitoral.

O CONGRESSO E NÃO SÓ

Sobre a participação do Sindicato da Função Pública (Zona Sul) na organização do Congresso de todos os sindicatos, afirmou-se na conferência de imprensa, que já foi realizada uma sessão de esclarecimento na «Voz do Operário» e que o respectivo Regulamento vai ser amplamente discutido e votado nos diversos locais de trabalho. As votações relativas a este Regulamento serão precedidas de sessões de esclarecimento em que estarão presentes direcções sindicais subscritoras de alternativas para o que actualmente está em discussão, e direcções afectas à «Carta Aberta». No dia 18 os resultados dessas votações deverão estar concluídos e no dia 19 deverá realizar-se uma Assembleia Regional de Delegações que apurará a posição da Função Pública face ao Congresso.

Na conferência de imprensa, Adalberto Ribeiro alertou para a hipótese de estar a ser «cozinhada» em S. Bento uma lista candidata à direcção do Sindicato o que foi enquadrado no espírito «de ingerência já antiga de certas forças partidárias na nossa vida sindical».

O mesmo representante recordou a atitude do actual Primeiro-Ministro quando impugnou as eleições que deram a vitória ao projecto de estatutos sindicais apresentado pelo CDRP. A propósito, foi referida a presença do dr. Mário Soares no recente Encontro de Trabalhadores Socialistas da Função Pública.

«Mais grave ainda» foi considerada a presença nesse encontro do secretário de Estado da Administração Pública que ignorou, desse modo, as estruturas sindicais e dialogou com os trabalhadores da Função Pública inscritos no seu partido.

PADEIROS AGUARDAM PROPOSTA DA COMISSÃO TÉCNICA

— Patrões querem «furar» greve

Os trabalhadores da panificação entrarão em greve no próximo dia 15, como decidiram, se a comissão técnica encarregada de elaborar a sua portaria não apresentar hoje ainda ou quando muito amanhã, uma proposta de horários e salários, de modo a que possa ser discutida nos plenários que os 15 sindicatos da panificação promovem no dia 14.

A comissão técnica, cujos trabalhos se estavam a desenvolver com muita demora, foi ontem chamada ao secretário de Estado do Trabalho para apresentar o mais rapidamente possível a proposta das condições de trabalho mais importantes para os trabalhadores, de modo a evitar a greve. Estes decidiram-se, em plenário, por esta forma de luta, porque dois elementos da comissão técnica, representantes do patronato, através de intervenções longas e declarações de voto, foram protelando a elaboração da portaria, tendo-se aprovado em 16 reuniões apenas 39 cláusulas, das mais insignificantes.

Mesmo dentro dessas cláusulas, os trabalhadores foram derrotados por votação em questões que consideram importantes como, por exemplo, a inclusão no CCT da proibição do «lock-out», o que o patronato recusou alegando que se daqui a alguns meses esse princípio for revogado da Constituição os patrões ficariam amarrados a uma norma, pelo menos, durante um ano. Nesta posição anticonstitucional foram secundados pelos representantes do Governo, sendo a votação portanto a seu favor. Conscientes de que só pela força poderiam fazer valer os seus direitos, os trabalhadores decidiram-se pela greve.

Os industriais de panificação do Norte deram ontem uma conferência de imprensa para «esclarecer» a sua posição, tendo afirmado, entre outras coisas, esperar «que o Governo governe e faça cumprir a lei» e que o agravamento das tabelas salariais elevaria o preço do quilo do pão para 30\$00, pelo que cada pão passará a custar 1\$50.

O patronato nortenho anunciou ainda que, com a colaboração dos seus familiares, fará o possível por garantir o maior número de pão a partir do dia 15, se o Governo fizer cumprir a lei da greve e defender a integridade física dos industriais e as instalações do fabrico, bem como outro material. Sobre isto, um porta-voz da Federação dos Sindicatos da Panificação por nós contactado, afirmou que a intenção do patronato é apenas voltar o público contra os trabalhadores, pois de uma tabela salarial em que o maior salário é de 9000\$00 — o correspondente a encarregado, cargo que na sua maior parte é ocupado pelos patrões vindo a auferir desse vencimento apenas 3 por cento dos trabalhadores, e os restantes de 7000\$00, não pode nunca haver um agravamento do aumento do pão como o anunciado pelos patrões do Norte.

«Eles o que não querem é reduzir os lucros» — afirmam. Por outro lado, os industriais-trabalhadores são 35 por cento dos trabalhadores da panificação, não podendo como se propõem, fazer o trabalho dos restantes 65 por cento.

O elemento da Federação dos Sindicatos da Panificação chamou ainda atenção para o significado do incitamento ao Governo para aplicar a lei da greve, visto que como indústria de utilidade pública, a panificação pode, ao abrigo daquela lei e se o Governo decidir, ficar sob regime militar.

PLENÁRIO DA INTER EM BALANÇO

Confirmada a capacidade do movimento unitário

«O plenário confirmou exuberantemente, a unidade, a capacidade de mobilização, a força de massas do Movimento Sindical Unitário, que deverão ser tidas em conta por todos aqueles que estão apostados em dividir os trabalhadores e a sua organização sindical» afirmou um dos elementos do Secretariado da Intersindical Nacional durante a conferência de imprensa que decorreu, na manhã de hoje, na sede daquela organização.

Adiantou o mesmo dirigente sindicalista que as posições tomadas no plenário das delegações sindicais recentemente realizado no Instituto Superior Técnico, posições a que o «D.L.» se referiu já nesta mesma página, têm em conta as conclusões do amplo debate entre os trabalhadores e nas estruturas do Movimento Sindical e das comissões de trabalhadores, representando uma poderosa demonstração de repúdio pela legislação antioperária que o Governo prepara nas costas dos trabalhadores.

Um outro elemento da mesa da conferência de imprensa re-

feria que os «trabalhadores saberão dizer «não» a todas as manobras divisionistas. Depois da revogação da Lei da Unidade Sindical» — lembrou o mesmo sindicalista «torna-se possível dois trabalhadores constituírem um sindicato e dois sindicatos constituírem uma Federação, coisa que, a acontecer, muito agradaria à C. A., à C. I. e companhia».

Foi recordado, a este propósito, que a «Carta Aberta» acabaria por ser o cavalo de Tróia da pulverização sindical, tal como vão entendendo os trabalhadores e muitos sindicatos que haviam subscrito a «Carta».

Um jornalista perguntou como elabora o Intersindical a nota oficiosa do Ministério do Trabalho (que publicamos no outro local), prorrogando até ao dia 26 a discussão de projectos de diplomas em elaboração. Foi respondido que o «novo prazo continua a ser insatisfatório, pois as organizações sindicais devem o máximo respeito aos trabalha-

dores e não podem consentir que eles se pronunciem sobre matérias que fundamentalmente lhes interessam sem um debate, profundo nos seus organismos de classe».

Durante a conferência de imprensa foi referida, também, a importância especial que reveste a moção aprovada por unanimidade e aclamação, na qual «o plenário da Intersindical aberto a todos os sindicatos expressa a solidariedade das organizações de trabalhadores presentes e do Movimento Sindical à justa luta desenvolvida pelos trabalhadores do sector da educação contra a política reaccionária do M. E. I. C.»

NOTA OFICIOSA

O Ministério do Trabalho enviou-nos, para publicação ao abrigo da Lei de Imprensa, a seguinte nota oficiosa em que determina um prazo, até ao dia 26, para que lhe sejam apresentadas sugestões, propostas e pareceres referentes à regulamentação laboral:

O Ministério do Trabalho tem em elaboração vários projectos de decreto-lei sobre as seguintes importantes matérias:

Criação de uma Comissão Intermunicipal Permanente para se pronunciar sobre assuntos referentes à Contratação Colectiva (Ministério do Trabalho, Ministério do Plano e da Coordenação Económica, Ministério dos Assuntos Sociais e Ministério da Administração Interna).

(Ponto número 21 da Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976).

Suspensão total ou parcial de concessões colectivas em relação a empresas intervenientes ou com avales do Estado em situação de dificuldade económica grave, visando sempre a sua recuperação e manutenção dos postos de trabalho.

(Ponto número 16 da Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976).

Condição colectiva de trabalho por forma a limitar o quantitativo a atingir pelas remunerações complementares em relação ao vencimento-base, por forma a que o acréscimo não seja superior a 50 por cento do salário e o total não ultrapasse, em caso algum, o vencimento máximo nacional e sobre os aumentos salariais a fixar na mesma regulamentação.

(Ponto número 17 da Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976).

Actualização do salário mínimo nacional e sua extensão a algumas categorias de trabalhadores até agora não

abrangidos por qualquer salário mínimo.

Regulamentação de horário de trabalho.

(Ponto número 19 da Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976).

Regulamentação sobre férias e feriados.

Revogação do Decreto-Lei n.º 292/75 de 16 de Junho.

Respeitando a letra e o espírito da Constituição, é intenção do Ministério do Trabalho ouvir, sobre as grandes linhas de orientação a seguir, as organizações representativas dos trabalhadores, designadamente os sindicatos e as comissões de trabalhadores.

Conhecida, porém, a multiplicidade das organizações que representam os trabalhadores — e sem prejuízo de certas consultas específicas que as circunstâncias aconselhem — dados, também os limites de prazo para a promulgação de certos diplomas, imprerivelmente fixados no Programa do Governo, aprovado sem qualquer oposição na Assembleia da República, o Ministério do Trabalho resolveu fixar o dia 26 de Outubro de 1976, como prazo limite para lhe serem apresentadas as sugestões, propostas e pareceres referentes às matérias indicadas.

Cumpra-se, assim, o disposto nos artigos 56.º da Constituição que apontam para a participação das organizações de trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho — ao mesmo tempo que, por forma prática e exequível, se dá satisfação à necessidade sentida pela grande maioria dos trabalhadores de definirem, rapidamente, as medidas concretas que deverão regularmente e eficazmente disciplinar as relações de trabalho.

Conclui-se que os contactos que se vão estabelecer entre os trabalhadores e o Estado, em que o Estado se vai integrando na melhoria do quadro de trabalho dos trabalhadores e na melhoria da qualidade dos diplomas legais e regulamentares.

GROSSISTAS TÊXTEIS

Ainda não há acordo e a greve alastra

Enquanto na delegação do Porto o Ministério do Trabalho presseguiam esta manhã as negociações com vista à assinatura do primeiro Contrato Colectivo de Trabalho dos empregados do Comércio Grossista de Têxteis, mantinha-se naquele distrito a greve total que assim já entrou na primeira semana de duração.

A adesão a esta luta já se efectivou nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Viseu e Leiria. Em Lisboa, os trabalhadores do sector, reunidos no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, decidiram entrar em greve total a partir de amanhã, dia 13. Noutros distritos, como Guimarães e Coimbra a pro-

cesso deverá ter semelhante desfecho.

No Porto, os trabalhadores concentraram-se, ontem, junto às instalações do Sindicato do Comércio e desfilarão até à delegação do M.T., onde cerca das 12 e 30 se verificou uma reunião entre dirigentes sindicais e responsáveis daquele Ministério. Na parte da tarde as negociações foram retomadas sendo aceite na íntegra e sem discussão a proposta ministerial. Contudo, como se não verificou conciliação quanto a esta proposta, entre os representantes patronais, a assinatura do C.C.T. não chegou a concluir-se.

Portaria dos conserveiros publicada ainda este mês

Os trabalhadores conserveiros vão finalmente gozar de regalias que há muito vinham reivindicando, as quais passarão a ser cumpridas logo que seja publicada no Boletim do Ministério do Trabalho a portaria regulamentadora da suas relações de trabalho, ontem concluída.

A publicação deverá ser feita por todo este mês, conforme garantia do Ministério do Trabalho, sendo a partir de então o patronato legalmente obrigado a conceder as novas regalias, entre as quais se contam; garantia de 45 horas de trabalho semanal para 86 por cento dos trabalhadores que dela estavam marginalizados; 30 dias de férias e 100 por cento de subsídios; subsídio de estudo e redução de 1 hora diária de actividade, sem perda de retribuição para os trabalhadores estudantes; melhores regalias para as mulheres trabalhadoras; décimo terceiro mês por inteiro e aumentos salariais com efeitos retroactivos desde 1 de Maio passado, o que significará aumentos de 700 e 800 escudos para as operárias e operários, respectivamente.

O texto da portaria foi elaborado por uma Comissão Técnica que desde 31 de Agosto tem funcionado no Ministério do Trabalho, depois de se terem gorado as tentativas de conciliação entre os trabalhadores e o patronato.

«Estamos, portanto, no limiar de uma nova fase que possibilitará um nível de vida mais desafogado a milhares de conserveiros que, mercê desta convenção, se aproximarão, um pouco mais, do nível social de outras camadas de trabalhadores», afirmam em comunicado os sete sindicatos da Indústria Conserveira, que salientam também a força dos trabalhadores e a sua união nesta luta, bem como o apoio dado por trabalhadores de outros sectores (electricistas, escriptorios, metalúrgicos, rodoviários) e pela Intersindical.



Nacional

Às fortes indícios para crer que as forças da direita e do capital se reagrupam nas ilhas, donde, coligados com grupos internacionais, poderiam lançar uma ofensiva no domínio económico, mas também político, sobre o Continente, pondo em causa a Constituição da República e as conquistas fundamentais do 25 de Abril.

Este objectivo passaria pela contestação da política do Governo Central, em Lisboa. Já no passado fim-de-semana foi conhecido um comunicado do Governo Regional dos Açores onde este responsabiliza a «desorganização económica» que existia no Continente pela falta de alguns géneros essenciais nos Açores, que tudo indica, de resto, rarearem devido à prática do açambarcamento, cujos fins poderiam não ser apenas económicos.

Os perigos imediatos desta ofensiva residem, sobretudo, no facto de ela se conjugar com a que vem a ser alimentada contra o Governo Constitucional em certos meios políticos civis, e não só no Continente, pelo PPD, CDS, CAR e outros, que procuram fazer crer que o «Governo não governa suficientemente» e «não se mostra capaz de resolver os problemas». O dr. Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, por exemplo, que visitou neste último fim-de-semana o comandante da Região Militar do Norte, brigadeiro António Veloso, concedeu logo após uma entrevista ao «Comércio do Porto», onde criticou o Governo socialista por «os pro-

blemas fundamentais do Povo português continuarem por resolver», como se no espaço de pouco mais de dois meses o Governo pudesse solucionar esses mesmos problemas. Sá Carneiro criticou ainda o Governo Constitucional pela «sua falta de dinamismo» e pela «degradação de muitos problemas que se vêm arrastando, sem que a sua resolução se vislumbre».

Neste contexto, a entrevista que Jaime Gama, deputado à Assembleia da República, e membro do Secretariado Nacional do PS particularmente ligado aos problemas dos Açores e da Madeira, nos concedeu, reveste-se de uma inegável oportunidade. Com efeito, Jaime Gama denuncia vigorosamente os grupos económicos portugueses, afectados pelas transformações ocorridas em Portugal após o 25 de Abril, por estarem a reagrupar-se nas ilhas, e particularmente nos Açores, no que são apoiados por alguns grupos financeiros internacionais.

Na entrevista que nos concedeu, Jaime Gama denunciou ainda o perigo da Constituição da República vir a ser frontalmente desrespeitada pelos governos regionais, constituídos sob a égide do PPD nos Açores e na Madeira, e que aparecem profundamente ligados a grandes grupos capitalistas.

No decorrer desta entrevista, Jaime Gama referiu-se longamente às relações entre o PS e o PCP, fazendo, a este propósito, declarações cheias de actualidade e interesse.

DL — A actuação que terão os governos regionais da Madeira e dos Açores, recentemente constituídos pelo PPD (agora, PSD), partidos maioritários naquelas regiões autónomas, quer no domínio propriamente político quer no âmbito da economia, esta a causar serias apreensões em alguns sectores da opinião pública. Como dirigente do PS particularmente ligado às ilhas, que se lhe afigura dizer sobre o assunto?

Jaime Gama — Em relação à Madeira passa-se um fenómeno perfeitamente insólito: eu não sei, e ninguém sabe, que medidas vai o Governo regional tomar. O PPD na Madeira candidatou-se nas eleições sem um programa de governo, e até hoje nunca o elaborou; portanto, trata-se de uma situação de desconhecimento absoluto, em que há um partido que obtém a maioria dos sufrágios mas que não tem nenhum programa de acção regional. É um absurdo político a que os órgãos de informação não têm dado o relevo suficiente.

Assim, eu não posso sequer criticar as intenções do PPD

em relação à Madeira. Penso que o governo regional PPD na Madeira vai deparar com muitas dificuldades e receio que não esteja à altura de resolver a maior parte dos problemas porque as pessoas que foram destacadas para o desempenho de certas funções a nível do governo regional não estão manifestamente habilitadas para equacionar os problemas e encontrar-lhes soluções. O PPD teve a infelicidade de prestar as suas primeiras provas nacionais de fidelidade aos princípios da social-democracia e de demonstração de capacidade governativa através das suas extensões regionais, que são as menos habilitadas. Daí que, neste momento, o PPD nacional tenha de constituir muito rapidamente grupos de apoio continentais aos governos regionais, o que é a prova de que a direcção nacional do PPD está extremamente receosa com aquilo que se pode vir a dar com os governos regionais que constituiu nos Açores e na Madeira.

Creio que a incapacidade dos governos regionais do PPD se vai fazer sentir de uma ma-

neira flagrante e imediata no caso da Madeira; e o meu receio é que isso ponha em causa, por um lado, o próprio sistema de autonomia político-administrativa; e que, por outro lado, vá criar na Madeira situações de graves tensões sociais, para as quais terá de ser encontrada uma solução, mas sinto que o PPD local não está à altura de a obter.

A CONSTITUIÇÃO EM PERIGO

DL — E relativamente aos Açores?

Jaime Gama — Quanto aos Açores, receio que a Constituição, não venha a ser aplicada no que se refere aos seus princípios económico-sociais e mesmo no que diz respeito a alguns direitos, liberdades e garantias. O governo regional PPD que não apresentou à Assembleia Regional nenhum programa de governo, por em prática uma política económica e social de orientação conservadora, contrária ao preceituado no texto constitucional e bastante afastada dos próprios modelos da social-democracia.

Grupos finais ofensiva sol

ENTREVISTA DE J. CÂNDIDO DE AZEVEDO

Não se pode de forma alguma afirmar, com efeito, que os principais responsáveis pela política do PPD a nível das ilhas açorianas sejam, sequer, indivíduos com uma opção de tipo social-democrata. Portanto, a acção política que eles serão levados a conduzir irá necessariamente no sentido da satisfação da estrutura económica tradicional do arquipélago.

Por outro lado, creio que o PPD não irá seguir uma política de desenvolvimento harmonizado da economia local, antes centrará a sua acção no apoio à iniciativa privada, que operará sem nenhum critério de racionalidade. O Governo regional PPD nos Açores estimulará a colocação nos Açores de determinado tipo de investimento capitalista, quer nacional quer internacional. Chamo a atenção para o facto de que alguns dos grupos económicos afectados no Continente com as transformações ocorridas desde o 25 de Abril, transferiram uma parte da sua actividade para os Açores, e outros pensam fazê-lo o mais rapidamente possível. Isto, evidentemente, em virtude da confiança política que lhes merecem as figuras que encabeçam o Governo Regional dos Açores.

Para mim, este facto é sintoma de que os Açores vão seguir um determinado modelo de desenvolvimento, que nós conhecemos noutras regiões, e se é certo que poderá contribuir para elevar o nível de vida de umas escassas centenas de habitantes, não é menos exacto de que o fará à custa da degradação das condições de vida e dos padrões de vida dos restantes. Com esse tipo de desenvolvimento, os problemas da maioria da população não serão de forma alguma resolvidos, antes serão agravados, e as disparidades sociais tenderão a aparecer com muito maior intensidade do que aquela com que hoje aparecem.

Não se trata, como qualquer pessoa poderá constatar, sequer de uma gestão política de tipo social-democrata, fundada na repartição do rendimento pela via fiscal ou outra; trata-se pura e simplesmente de realizar a acumulação capitalista no quadro de uma democracia meramente formal.

A BANCA PRIVADA REORGANIZA-SE

DL — Em que medida é que os grupos económicos e financeiros que se transferiram para os Açores, apoiados por grupos económicos e financeiros internacionais e pelos governos regionais PPD, não irão contra-atacar, no domínio económico como no político, no sentido de anularem os avanços realizados em Portugal após o 25 de Abril?

Jaime Gama — Creio que

nesta questão nós temos que distinguir entre o aspecto político e o aspecto económico.

Quanto ao aspecto político, penso que não poderá surgir daí directamente um grande perigo para a democracia portuguesa e para os avanços socialistas da nossa revolução,

pectacular» arranque económico nos Açores. Esse arranque terá lugar? A equipa do governo regional carece de técnicos competentes em muitos sectores. E qual será o modelo económico que vai ser posto de pé? E a que preço político? Sairá reforçado um desenvolvimento integral da economia



Jaime Gama: «O dr. Álvaro Cunhal tem mudado frequentemente o sentido do PCP, num sentido ou noutro, estão sempre contra o dr. Álvaro Cunhal. Daí que me pareça que qualquer liberalização será contra o seu secretário-geral».

dada a exiguidade da influência política local a nível nacional.

Quanto ao aspecto económico, julgo que alguns grupos económicos e alguns grupos financeiros pretendem utilizar os Açores como base de reorganização para, a partir daí, efectuarem recuperações sectoriais no Continente. Por exemplo, em relação à Banca, alguns capitalistas continentais, açorianos e estrangeiros veriam com bons olhos que o Governo Regional dos Açores ultrapassasse a autonomia político-administrativa tal como está consagrada na Constituição e autorizasse a formação de um banco privado nos Açores, a fim de, a partir dessa instituição bancária, aqueles grupos poderem conceder créditos a actividades económicas privadas não apenas a nível regional açoriano, mas sobretudo a nível nacional, Continental.

Esse esquema assentaria fundamentalmente no desvio das poupanças que aqui têm sido canalizadas para a Banca nacionalizada, e que poderiam passar a sê-lo para esses grupos financeiros privados, recorrendo sobretudo a uma penetração junto dos emigrantes nos EUA e no Canadá, em particular.

O PPD a nível nacional procurará tirar efeito de um «es-

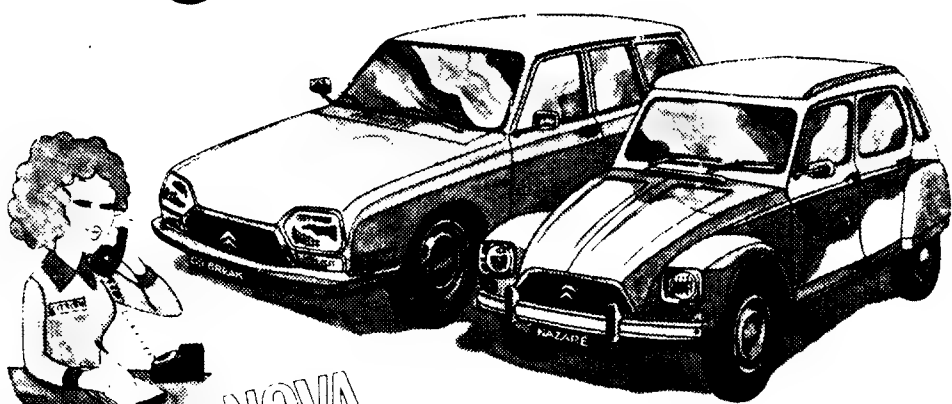
açoriana ou apenas o crescimento de alguns polos industriais e de serviços? Aumentar-se-á o volume das trocas comerciais com o continente e com a Europa ou canalizar-se-á o quadro das relações económicas para os EUA? O teste PPD nas ilhas arrisca-se, assim, em minha opinião, a demonstrar que a social-democracia invocada pelo dr. Sá Carneiro, neste aspecto, está muito mais próxima de Washington, Nova Iorque ou... Fall River do que de Londres, Bona ou Viena.

POLÍTICA PS IGUAL À DO PPD/CDS?

DL — O Jaime Gama manifestou-se recentemente contra uma aliança do PS com os partidos do centro e da direita, por uma política desse tipo levar a breve prazo o PS a perder a sua influência junto das classes trabalhadoras, o que iria reforçar o PC e a extrema-esquerda. Acontece que alguns sectores da opinião pública põem hoje abertamente esta questão: em que medida é que o PS, recusando embora aquele tipo de aliança, não procura aplicar, em contrapartida, uma parte da política que aqueles partidos se propõem fazer se fossem governo?

Jaime Gama — Discordo

de 1 a 15 de Outubro
Ensaie
a gama CITROËN



NOVA
SOVENDO
AGENTE CITROËN
Marcações pelo telefone 607117

Av. Infante Santo, 15 A/C - Telf.: 607117 - Lisboa

AGENTE CITROËN

JAIME GAMA AO "D.L."

Inceiros preparam nos Açores
sobre o Continente

profundamente. O 'S de forma alguma está a pôr em prática a política, ou apenas uma parte da política que o CDS e o 'PD executariam se governassem Portugal. Nós temos de facto a vantagem de ainda não ter feito na prática essa experiência, e eu desejo que não a venhamos a fazer. A política

do 'C', que notam uma contradição flagrante entre aquilo que os seus dirigentes dizem sobre o Governo e aquilo que na prática este tem vindo a realizar.

DL O Jaime Gama referiu-se, há dias, publicamente, a pressões internacionais no sentido de levar o PS a fazer uma aliança com o PPD e o CDS, não é assim?

Jaime Gama Eu não disse bem isso. O que eu disse é que teria havido contactos internacionais da parte de dirigentes políticos portugueses no sentido de demonstrar a vantagem de um determinado tipo de coligação em Portugal, e de fazer uma campanha externa tendente a impor em Portugal uma coligação 'S/'PD.

Que eu tenha conhecimento, nunca houve, porém, até aqui nenhuma espécie de pressão internacional pelo menos sobre o 'S nunca houve no sentido de nos orientar para determinado tipo de coligação com outras forças políticas, e nós nesse aspecto manifestaremos um inteiro repúdio sempre que isso se vier a verificar.

AS RELAÇÕES
PC/PS

DL Gostaria de saber se, quanto a si, se operou alguma mudança significativa na posição do PCP relativamente ao PS, e também, naturalmente, em relação ao governo socialista.

Jaime Gama O 'C' teve várias linhas de actuação desde o 25 de Abril. Noto que logo a seguir ao 25 de Abril a linha oficial do 'C' era a de uma ampla unidade democrática envolvendo o 'S e grupos políticos à direita do 'S e, até, o próprio general Spínola.

A seguir ao 28 de Setembro e, fundamentalmente, após o 11 de Março, o 'C' substituiu essa política de aliança democrática por uma política de aliança revolucionária, de que foram marginalizados os grupos políticos à sua direita, isto é, o 'S, o 'PD e certos militares.

DL Noto que se esta a situar à direita do PCP...

Jaime Gama Nós costumamos dizer que a esquerda somos nós, mas no vocabulário tradicional aquela é que é a realidade...

DL Prossigamos.

Jaime Gama Ois nessa altura o 'C' privilegiou a unidade com a extrema-esquerda. Isso é que esteve na origem da chamada aliança 'Povo-MFA, que no fundo era uma aliança entre o 'C' e grupos civis e militares da extrema-esquerda, dirigidos pelo 'C'.

O 25 de Novembro e a derrota eleitoral do 'C' nas eleições presidenciais levaram o que eu penso ser uma nova política por parte do 'C', e que me pareceu definida no último discurso, proferido na FIL, do

seu secretário-geral, o dr. Álvaro Cunhal. Trata-se de voltar à política de aliança democrática. Noto que o dr. Álvaro Cunhal deixou de falar na unidade de esquerda, isto é, deixou de referir a aliança 'S/'PD e passou a falar na unidade democrática ampla, o que faz pressupor que para o 'C', neste momento, é importante alargar o leque das suas alianças a grupos políticos à direita do próprio 'S, e eu não sei em que medida essa concepção não se destina a abranger, por exemplo, o MSD ou mesmo certos sectores democráticos do 'D.

O 'C' define sempre a sua actuação política em função do que chama a análise da relação de forças, e eu admito que neste momento o 'C' entenda que a relação de forças é extremamente desfavorável às forças democráticas, à esquerda e ao 'C', e, nesse sentido, que o fascismo seja o inimigo principal e daí que a tática política correcta seja a de alargar o leque das alianças a forças políticas do próprio centro, e até do centro-direita.

NENHUMA MUDANÇA
SEM
ÁLVARO CUNHAL

DL Que pensa relativamente às especulações que se fazem sobre a existências de alas no seio do PCP?

Jaime Gama Em relação ao 'C' fazem-se efectivamente muitas especulações, derivadas sobretudo de transpirem poucas informações sobre a sua vida interna. Especula-se sobre a existência de uma ala aventureira, radical, leninista, contrapondo-a a uma ala moderada, «berlingueriana», euro-comunista. Eu não penso que isso seja uma realidade tão clara como a que muitos jornais deixam transparecer, e penso que o homem forte dentro do Partido Comunista Português, mesmo na eventualidade de uma mudança de linha política, é o seu secretário-geral, O dr. Álvaro Cunhal, e para o constatar basta ler os seus discursos, tem mudado frequentemente, ao longo dos tempos, de linha política, e as grandes mudanças na orientação da política do 'C', num sentido ou noutro, estão sempre centradas na figura e na posição do dr. Álvaro Cunhal. Daí que me pareça que qualquer liberalização do 'C', a fazer-se nunca o será contra o seu secretário-geral.

OS TRABALHADORES
E O GOVERNO

DL Como e que os trabalhadores socialistas têm reagido à política do Governo socialista, nomeadamente às medi-

das tomadas no domínio do trabalho?

Jaime Gama As medidas tomadas pelo Governo em determinados sectores são vivamente discutidas ao nível das empresas. Os nossos camaradas que aí trabalham trazem para o partido e para as estruturas orgânicas do partido esses problemas, assim como a opinião pública com que eles se confrontam. Geralmente nós seguimos um processo de discussão democrática desses problemas, e os responsáveis governativos são muitas vezes chamados a dialogar com os camaradas que se encontram nas empresas. É muito interessante verificar que nessas discussões o ponto de vista imediato e sectorial que reflectem os nossos camaradas inseridos no mundo do trabalho, confrontados com as razões de Estado e com as soluções de conjunto do Governo, muitas vezes, a maioria das vezes, geram uma nova maneira de enfrentar os problemas, quer por parte dos nossos militantes operários, quer por parte dos nossos responsáveis governativos. Esse debate é um debate utilíssimo e tem sido muito importante em certas ocasiões para a própria actuação do Governo.



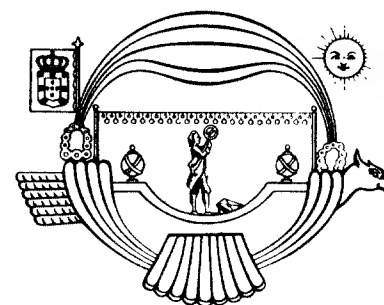
«Quanto aos Açores, receio que a Constituição no que se refere aos seus princípios económico-sociais e mesmo no que diz respeito a alguns direitos, liberdades e garantias, não venha a ser aplicada»

MARROCOS
...país exótico ao pé de casa!

FINIS de SEMANA (cidades imperiais)
1 SEMANA
desde 2 390\$

maroc **EUROPE**
royal air

AV. LIBERDADE 232 TEL. 54021 - LISBOA



PASSAROLA

UM RESTAURANTE DIFERENTE

Ambiente moderno, acolhedor, requintado. Ementa escolhida de entre as mais apreciadas da cozinha portuguesa e internacional.

Localizado no LISBOA PENTA HOTEL.

Com parque de estacionamento privativo, o Restaurante Passarola oferece-lhe sempre mais do que aquilo que você paga.

RESERVE A SUA MESA PELOS TELEFS.: 740141 / 787141
Av. dos Combatentes, à Praça de Espanha.

VÁ AO PASSAROLA
UM RESTAURANTE DIFERENTE

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

PLENÁRIO DE DELEGADOS SINDICAIS DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA M O Ç A O

Ao emitir esta folha informativa não poderíamos deixar de nos referir ao último Plenário de delegados sindicais realizado na Voz do Operário.

Não faremos um relato exaustivo tipo acta do que foi esse Plenário. No entanto faremos uma apreciação que reflectirá o nosso parecer sobre essas «Pseudo» sessões de trabalho.

E reconhecido que para aproveitamento da desmobilização que se começa a verificar depois das 24 horas há interesse em prolongar pela noite fora estes Plenários. Se houvesse a exclusiva intenção de se trabalhar haveria até às 24 horas tempo, mais que suficiente, para se produzir trabalho útil e os delegados regressarem a suas casas a horas decentes de poderem descansar e iniciarem, no dia seguinte um novo dia de trabalho.

Demonstrando um espírito pouco isento e um desconhecimento total da prática democrática, frequentemente os oradores vêem as suas intervenções interrompidas por aplausos ou apupos como se a Assembleia estivesse a assistir a um espectáculo desportivo em que cada um apoia o clube da sua simpatia. Não é admissível que, numa sessão de trabalho se ponha em prática tal sistema que, invariavelmente, cria um ambiente de agressividade mútua entre os que apoiam e os que contestam as diversas posições. Não será assim que se consegue a tão apregoada e desejada unidade. Por ironia todas as intervenções são caracterizadas por sucessivos apelos à UNIDADE.

E óbvio que os delegados não estão mandatados pelos trabalhadores que representam para votar moções cujo teor não tenham tomado conhecimento prévio e como tal, estes Plenários não podem ser deliberativos. Mesmo assim, chegaram à mesa moções em catadupas que normalmente apresentam conteúdo muito semelhante. Apesar destes Plenários não serem deliberativos as votações sucedem-se com o particular de o voto de um delegado que representa meia dúzia de trabalhadores valer tanto como o voto do delegado que representa cinquenta ou mais trabalhadores.

Quem assiste a estes Plenários e, desassombradamente, faz a sua análise, não pode deixar de se aperceber que existe, por parte de alguns participantes, uma certa táctica preconcebida de actuação global. A linha de acção seguida por determinados delegados sindicais é pautada por um elemento por eles facilmente referenciável. No decurso dos «trabalhos», recorrem a esse elemento delegados de firmas ou empresas diversas, para ajustar condutas o mesmo redigir apressadamente mais um documento a dar entrada na mesa.

Sindicatos de outras actividades conseguem de uma forma extremamente hábil, que não deixa de ser legal, intervir nos Plenários, através dos delegados sindicais representantes dos trabalhadores desses sindicatos. O que é curioso é que, em alguns momentos, eles esquecem que representam apenas os trabalhadores do seu sindicato e falam numa ampla representação, como se efectivamente representassem os sócios filiados no Sindicato onde trabalham.

Como nota final à nossa apreciação temos de nos manifestar contra aqueles que, ostensivamente, varrem a Assembleia com o olhar para detectar quem vota contra. Quando será que nos habituamos a participar em democracia respeitando as posições antagónicas.

OS DELEGADOS SINDICAIS DAS C.R.G.E. — E.P.

Estrangeiro

“Euro-socialismo” carece de conteúdo político

JUAN MANUEL FRANCA

PARIS (IPS) — Na primeira semana deste mês o secretário do Partido Socialista Italiano (PSI), Bettino Craxi, veio a Paris entrevistar-se com a direcção do socialismo francês, a fim de discutir os fracos resultados eleitorais obtidos pela social-democracia na Suécia e na Alemanha Federal.

A viagem de Craxi a Paris, tal como a que pouco antes fizera a Bona, e a sua proposta de eleger Willy Brandt, secretário do Partido Social-Democrata da Alemanha Federal (SPD), presidente da Internacional Socialista (II Internacional), serviram, entre outras coisas, para que a imprensa do Velho Continente cunhasse a expressão «euro-socialismo».

Trata-se de um termo que tem a vantagem de indicar, com brevidade, o conjunto dos partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas da Europa, mas, contrariamente à expressão «euro-comunismo», politicamente não quer dizer nada, ou quase, e está a um passo da redundância.

Entende-se por eurocomunismo, muito mais do que um mero conjunto de partidos — os PC de Itália, França e Espanha —, uma modificação radical da óptica com que essas organizações assumem o marxismo e, por consequência, uma formulação de políticas e modos de chegar ao socialis-

mo que nada têm a ver com as estruturas dos países de leste.

Os chefes comunistas George Marchais (França), Enrico Berlinguer (Itália) e Santiago Carrillo (Espanha) afirmaram, das mais altas tribunas do movimento comunista internacional, que preconizam sociedades que respeitem as liberdades democráticas, o pluralismo político, que não sejam anti-soviéticas nem anti-americanas, que os seus países não têm razões para sair da NATO, que a NATO é uma garantia para o equilíbrio de que necessitam os eventuais modelos socialistas nesta parte do mundo e que o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) não tem mais voz, votos ou direitos do que qualquer outro.

A Internacional Socialista, os partidos europeus que a integram, são parte substancial da história contemporânea do Velho Mundo — essa Internacional, cisão da primeira, fundada por Carlos Marx, foi uma das consequências da guerra que assolou a Europa em 1914/19 — e os seus pontos de referência ideológico-políticos são, precisamente, as formas institucionais democráticas vigentes em quase toda a Europa Ocidental, de modo

que o prefixo «euro» para designar os partidos de Nenni, Mitterrand, Brandt, Palme, Callaghan, Soares, Kreisky é quase uma redundância.

A grande imprensa europeia cunhou uma expressão que parece não desagradar a Craxi e Mitterrand, sobretudo porque dá a impressão de operar uma inovação de calibre semelhante à que resultou na criação do termo «eurocomunismo», mas, se querem estabelecer as necessárias distinções no seio do movimento socialista mundial, terão de cunhar também expressões como «afro-socialismo».

Ela teria a utilidade de indicar a diferença entre as formações socialistas da Europa Ocidental e as lideradas em África por homens como Gaddafi, Sadat ou Roumiedienne, em cujos países, que ganharam a independência mais ou menos recentemente, as condições reais de desenvolvimento dificultam as formas políticas de carácter pluralista.

Seria, além disso, uma maneira de reconhecer as condições específicas da prática política em algumas áreas do Terceiro Mundo e um modo de começar a afastar-se do perigoso «eurocentrismo».

Oficial preso em Espanha por não ter reprimido uma manifestação pacífica

Cinco minutos bastaram para que o «Ayuntamiento» da cidade basca de Tolosa se demitisse em bloco das suas funções, nos fins do mês passado. A demissão foi a resposta que o presidente da Câmara e os vereadores deram à prisão do capitão da Guardia Civil, Luis Alonso Vallés, detido e suspenso das suas funções por não ter reprimido uma manifestação pacífica a favor da amnistia.

Para além do gesto de solidariedade com um oficial injustamente perseguido, outro problema se levanta com esta demissão colectiva: o da competência do poder local em relação às forças da ordem.

O alcaide de Tolosa, Pedro Recalde, foi um dos dirigentes municipais que assinaram uma petição dirigida ao Ministério da Governação para que seja reconhecida aos presidentes da Câmara a autoridade sobre as forças da ordem, que actuam nos limites dos concelhos.

Este problema tem gerado bastantes situações de tensão na região de Guipuzcoa, e o próprio ministro do Interior, Martín Villa, durante uma recente visita ao País Basco, abordou a questão.

A manifestação que está na origem destes acontecimentos tinha sido previamente autorizada pelo alcaide de Tolosa, o qual negociou com a Guardia Civil a sua não intervenção, no caso de não se registarem inci-

dentos. O capitão Alonso Vallés limitou-se assim a cumprir o seu dever, acatando as decisões do presidente do município.

Em todas as igrejas da localidade foi lido, na missa do meio-dia desse domingo, dia 26 de Setembro, o manifesto convocatório da marcha pró-amnistia, tendo sido os fiéis advertidos de que, se procedessem pacificamente, não seriam molestados pela Guardia Civil.

Cinco mil pessoas se concentraram e percorreram as ruas de Tolosa até à sede do «Ayuntamiento» sem que um único incidente surgisse entre manifestantes e forças da ordem, cujos efectivos foram localizados em certos pontos do itinerário.

Chegados ao edifício do «Ayuntamiento» os manifestantes ouviram ler o comunicado de pró-amnistia, que foi depois entregue ao alcaide. A manifestação dispersou sem a mínima intervenção da Guardia Civil, não se registando quaisquer incidentes.

Depois disto, os habitantes de Tolosa foram surpreendidos com a notícia da prisão do capitão Vallés, e a sua suspensão de funções com inerente perda de vários graus na hierarquia militar.

Sentindo-se desautorizados os dirigentes municipais de Tolosa reuniram-se de emergência,

e, cinco minutos depois de começar a reunião, anunciaram a sua demissão colectiva.

O capitão Vallés fora transferido há cinco meses para Tolosa, a pretexto de «conveniência de serviço», mas, no fundo como castigo pelas suas ideias democráticas.

Vallés foi substituído por um oficial que em Tolosa fora acusado de exercer pessoalmente sevícias nos detidos e muito em especial contra a jovem Amparo Aragoa, cujo caso foi muito falado tanto em Espanha como no estrangeiro.

Desde que o capitão Vallés se encontra em Tolosa têm diminuído sensivelmente as actuações terroristas de comandos de extrema-direita, e vários agentes da Guardia Civil foram castigados por pertencerem aos referidos comandos.

Sabe-se que o capitão Vallés tem sido pressionado pelos seus superiores para modificar o seu comportamento e empregar meios repressivos contra a população civil basca.

A população de Tolosa, que realizou já uma manifestação de apoio ao capitão Alonso, solidarizou-se imediatamente com o oficial e os dirigentes municipais. Um grupo de tolosanos dirigiu uma carta aberta ao jornal «Diário Vasco», na qual os signatários destacam a digna atitude da força pública durante a manifestação e se dizem profundamente entristecidos com a notícia da prisão de Luis Alonso Vallés.

PUB

SINDICATO DOS PESCADORES DE SETÚBAL PEQUENOS E MÉDIOS BURGUESES ENFASTIADOS

EXMO. SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO

Teve o Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal conhecimento, há já alguns dias, quando da sua comunicação ao País através das câmaras da TV, das afirmações por V. Exa. proferidas, de que alguns trabalhadores portugueses, nomeadamente os da Siderurgia, Setenave e também os pescadores, faziam parte de um grupo, por si denominado de pequenos burgueses.

Pois sr. Primeiro-Ministro, custa a crer que presidindo a um Governo (o primeiro Constitucional) que se diz defensor das classes trabalhadoras, faça afirmações deste género, de que apenas lucra a reacção direita e fascista.

Os pescadores dizem, sr. Primeiro-Ministro, como aliás já o têm feito outros trabalhadores, que foram enganados pelas últimas votações, possivelmente por terem embarcado no seu dinamismo, etc., etc., etc.

Convidamos o sr. Primeiro-Ministro a vir vestir fatos de oleado e a calçar botas de borracha, para conjuntamente connosco comer uma vez ao dia, quando isso é possível, ausentar-se de sua família lá pelos mares de Marrocos e Açores, aos quinze e vinte dias, a apanhar mar pela proa e a cair dentro das bandejas onde se come, a dormir três ou quatro horas por dia, quando não lhe toca a vigia, iscar aparelhos com anzóis a picar as mãos, largando-os depois à moda de avião, sujeito a ir pela borda fora e assim já V. Exa. sabia quanto custa a vida de um pescador e a sua ausência da família neste tempo, pensando sempre que os nossos filhos podem de um momento para o outro ficar sem pai.

Venha sr. Primeiro-Ministro e traga consigo uma boa equipa de reportagem, para que fique sempre na sua história a pequena burguesia que são os pescadores e então sim. Pode ir à RTP, e a outros órgãos de informação mandar apertar o cinto, mas cremos que nessa altura e depois de saber os sacrifícios feitos pelo povo trabalhador, já o nosso Primeiro-Ministro não o mandava apertar aos que trabalham, mas sim tomaria essa atitude para com os burgueses e capitalistas.

Pedimos-lhe sr. Primeiro-Ministro que não brinque connosco que não diga coisas dessas que só o deixam ficar mal perante os olhos daqueles que possivelmente ainda acreditam em si.

Referimo-nos aos trabalhadores, porque os outros já nós sabemos que o encaram bem.

Ficamo-nos por aqui, porque muitas coisas mais haveria a dizer.

Sem mais de momento

A DIRECÇÃO DO SINDICATO
Francisco António Lourenço de Andrade
Filipe Carvalho

Estrangeiro

SUPOSTA CONSPIRAÇÃO NA CHINA

Chiang Ching: ascensão espectacular durante a Revolução Cultural

PEQUIM, 12 (F.P.) — Chiang Ching, que terá sido presa em Pequim, é a viúva do presidente Mao. Apareceu pela primeira vez na cena política chinesa pronunciando em 1962 um violento discurso contra as «tendências reaccionárias» na Ópera de Pequim, que se encarregaria de reformar no ano seguinte.

Deve a sua ascensão espectacular à Revolução Cultural, durante a qual se tornou a mais próxima colaboradora do presidente Mao, e o seu porta-voz junto das novas forças extremistas. Nomeada conselheira cultural do Exército Popular de Libertação em Dezembro de 1966, tornou-se, no mês seguinte, chefe-adjunto do comité encarregado da Revolução Cultural no seio do comité central do P.C.

Inscrita no P.C.C. em 1933, membro do Politburo desde 1959, a senhora Chiang Ching tem sido sempre associada aos dirigentes mais «radicais». Apareceu por exemplo como uma das animadoras da campanha contra o antigo vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-ping.

Chiang Ching casara com Mao Tsé-tung em 1938, apesar das objecções de certos dirigentes do partido que hesitaram muito tempo antes de conceder-lhe autorização para repudiar a sua terceira mulher, Ho Tsé-cheng, uma heroína da Longa Marcha.

Natural da província de Shantung, onde nasceu em 1913, a senhora Chiang Ching chamava-se então Li Yun-ho. Deu os seus primeiros passos no cinema em Xangai nos anos 30. Para fugir à invasão japonesa, deixou Shantung indo para Yenan, onde encontraria Mao, em 1937. A partir do seu casamento, e até Dezembro de 1962, apenas exerceu funções honoríficas, longe da vida política.

Entretanto, Wang Hung-wen,

vice-presidente do Partido Comunista Chinês, que terá sido detido em Pequim ao mesmo tempo que a mulher de Mao



1969, quando do novo congresso do partido, e sendo nomeado comissário político da guarnição de Xangai, em Abril de



Wang Hung-Wen e Chang Chun-Chiao, dois componentes do «grupo do Xangai», que teriam sido presos com a viúva de Mao em ligação com a suposta tentativa de golpe de Estado.

e dois outros dirigentes, é o número 2 da hierarquia do partido, logo a seguir a Hua Kuo-feng.

Apenas com 40 anos de idade é considerado como um dos chefes de fila da «esquerda», no seio do comité político. Wang Hung-wen apareceu na cena política por ocasião da Revolução Cultural, passando de antigo operário de uma fábrica de têxteis de Xangai, para o primeiro plano da actualidade do país em Janeiro de 1967, ao fundar o «quartel-general dos rebeldes revolucionários operários de Xangai».

Encontra-se, portanto, no famoso «grupo de Xangai», a que pertencem, além da senhora Mao, dois outros membros do comité político: Chang Chun-chiao e Yao Wen-yan.

Em Fevereiro de 1968, Wang Hung-wen tornou-se vice-presidente do comité revolucionário de Xangai, sendo eleito para o comité central em Abril de

1972. Finalmente, em Agosto de 1973, por ocasião do décimo congresso, é encarregado de apresentar o relatório sobre os estatutos do partido, do qual se torna um dos vice-presidentes e um dos membros do comité permanente.

Dois anos mais tarde, em Agosto do ano findo, é nomeado vice-presidente da comissão militar do partido.

Por último, Chang Chun-chiao, primeiro vice-primeiro-ministro chinês e membro do comité permanente, outro dos dirigentes que terá sido preso, é um dos principais elementos da ala «radical» que actualmente dirige a campanha contra os dirigentes direitistas do regime e respectivo chefe de fila, o antigo vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-ping.

Com 65 anos, Chun-chiao é, ele também, de Xangai, onde durante algum tempo dirigiu o jornal «Diário da Libertação» e a revista «China Nova». Paralelamente com esta actividade jornalística, participou na organização do Partido Comunista em Xangai, bem como na direcção dos serviços de propaganda.

Contudo, seria a Revolução Cultural que viria a colocá-lo

na primeira fila da cena política chinesa. Amigo de Mao e colaborador da sr.^a Chiang Ching, fazia parte do «grupo da Revolução Cultural», de tendência radical, tendo ocupado sucessivamente os postos de comissário político da guarnição de Xangai, de presidente do comité revolucionário da mesma cidade e, a partir de Setembro de 1967, de comissário político da Região Militar de Nanquim.

Em 1969, foi eleito membro do comité central do P.C.C. para, um ano mais tarde, ser nomeado secretário-geral do partido em Xangai. Em 1973, subiu ao comité permanente do partido, antes de se tornar director do importante departamento político do exército popular de libertação, em Janeiro de 1975.

Li Hsien-Mien: provável primeiro-ministro chinês

PEQUIM, 12 (F.P.) — Os meios diplomáticos de Pequim têm hoje como quase certo que o actual vice-primeiro-ministro Li Hsien Nien será o sucessor de Hua Kuo Feng como primeiro-ministro, logo que este último seja oficialmente anunciado como sucessor de Mao.

Efectivamente, depois de receber ontem no aeroporto de Pequim, o primeiro-ministro da Papua Nova Guiné, Michael Somare, Hua Kuo Feng não acompanhou o seu hóspede até a residência onde este ficou hospedado, confiando a tarefa ao vice-primeiro-ministro Hsien Nien, que o acompanhou ao aeroporto.

Trata-se da primeira vez que o primeiro-ministro chinês,

ao receber um hóspede estrangeiro, não sobe com ele para o carro oficial posto à disposição do visitante, de acordo com o protocolo estabelecido.

Entretanto, um porta-voz do Departamento de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, interrogado sobre o significado desta aparente «quebra de protocolo» recusou-se a fazer qualquer comentário, limitando-se a afirmar que Hua Kuo Feng se deslocou ao aeroporto na sua qualidade de primeiro-ministro.

Por outro lado, fontes geralmente bem informadas de Pequim garantem que Hua Kuo Feng não presidiu ao banquete da próxima terça-feira, em honra de Michael Somare.

Continua a luta no Líbano apesar de novo acordo

SHTAURA (LÍBANO), 12 — (ANOP e R) — O delegado da Liga Árabe, Hassan Sabri Kholi, anunciou ontem que as conversações entre representantes da Síria, do Líbano e dos palestinos realizadas em Shtaura tinham tido como consequência o estabelecimento de um novo acordo de cessar-fogo no conflito libanês.

Todavia, a continuação da luta e o facto de não terem estado presentes algumas facções reduzem as perspectivas deste novo acordo ser mais eficaz que os anteriores.

Entretanto em Beirute um porta-voz palestino acusou ontem as forças sírias e libanesas cristãs de colaborarem com Israel num bloqueio naval para pôr fim à guerra no Líbano, matando de fome as tropas muçulmanas.

O porta-voz frisou que a Marinha israelita estava a intensificar a apreensão de navios que se dirigem aos portos de Sidon e Tiro controlados pelos muçulmanos. Nos últimos três dias, canhoneiras israelitas interceptaram quatro navios libaneses e cipriotas que se apro-

ximavam ou afastavam daqueles portos.

«Não é só um boicote às armas, mas também uma guerra de fome», acrescentou. «Os israelitas estão a fazer com que os viveres destinados a Sidon e Tiro sejam descarregados em portos cristãos a norte de Beirute».

Por outro lado, três palestinos que assaltaram a Embaixada síria em Roma para denunciar a intervenção de Damasco na guerra civil libanesa enfrentavam hoje acusações criminais e uma possível extradição para a Síria.

Um colaborador da Embaixada foi gravemente ferido depois de ter sido atingido a tiro

nas pernas durante o cerco de 90 minutos, que terminou quando os guerrilheiros se entregaram ao cordão de polícias colocado em frente do edifício.

O ataque de ontem, que coincidiu com um ataque semelhante à Embaixada síria em Islamabad, no Paquistão, parecia ser uma tentativa para capturar o embaixador Farouk Al Shara, disse a Polícia. Este não se encontrava na Embaixada na altura.

O departamento de Libertação da Palestina em Roma condenou o ataque classificando-o como uma «acção terrorista».

Avião cai na Índia morrendo 95 pessoas

NOVA DELÍ, 12 (R e DL) — Morreram 95 pessoas quando um Caravelle da Air India caiu, em chamas, ontem no Aeroporto de Santa Cruz, em Bombaim, após o incêndio de um dos motores, logo depois da decolagem. Testemunhas oculares disseram que um dos motores ardia e o aparelho começava a desintegrar-se enquanto o seu comandante tudo fazia para regressar ao aeroporto e aterrar nas melhores condições possíveis. Entretanto, o avião

embateu numa das pistas. Funcionários da Air India informaram não haver sobreviventes entre os 89 passageiros e seis tripulantes.

No passado dia 12 de Junho um Jumbo da Air France foi devorado pelo fogo momentos antes de descolar do Aeroporto de Santa Cruz, mas os seus 398 passageiros foram salvos.

O ministro da Aeronáutica Civil, Raj Bahadur seguiu em avião especial, de Nova Delhi para Bombaim.

Teng Hsiao-ping regressou a Pequim

HONG-KONG, 12 (ANO, F.P. e R) — Segundo o «Ming Pao» de Hong-Kong, encontra-se em Pequim o ex-vice-primeiro-ministro chinês, Teng Hsiao-ping, destituído de todas as funções em 7 de Abril passado e desde então alvo principal de violenta campanha «antirevisionista» na China.

O jornal acrescenta que Hsiao-ping regressou a Cantão, pouco depois de morte de Mao Tsé-tung, encontrando-se actualmente na capital chinesa, aonde voltou em companhia do comandante da Região Militar de Cantão, Hsu Shih-yu.

O vespertino de Hong-Kong salienta a coincidência do regresso com os rumores acerca de uma tentativa de golpe de estado da China, a qual terá levado à prisão de quatro dirigentes radicais, entre os quais a própria viúva de Mao Tsé-tung, Chiang Ching.

Recorda-se que Teng Hsiao-ping é representante da tendência «moderada» chinesa.

Correspondentes japoneses em Pequim informam para

Tóquio que não há ainda qualquer confirmação das notícias referentes às referidas detenções.

Estes correspondentes fazem todavia notar que nenhuma das quatro pessoas dadas como presas se encontrava ontem no aeroporto de Pequim para a cerimónia de boas-vindas ao primeiro-ministro da Papua-Nova Guiné, Michael Somare.

Estas notícias provenientes de Pequim reafirmam também a escolha de Hua Kuo-Feng para o cargo de presidente do Partido Comunista e sublinham que a demora da confirmação oficial se deve a dificuldades na escolha de um substituto para a sua no cargo de primeiro-ministro.

A prisão de Chiang e dos seus três companheiros, grupo já baptizado de «Mafia de Xangai» constitui o maior acontecimento deste género na China desde a alegada tentativa de golpe levada a cabo pelo ex-ministro da Defesa Lin Biao, em 1971.

Atraso na nomeação de Hua Kuo-feng

PEQUIM, 12 (F.P.) — A população chinesa espanta-se, tal como os estrangeiros, por não ter sido ainda anunciada oficialmente a decisão de nomear Hua Kuo-feng sucessor de Mao Tsé-tung na presidência do P.C. Chinês.

Em Xangai houve quem visse um cartaz com grandes ideogramas (dazibao) perguntando: «Por que razão não são publicadas as decisões da Comissão Central do Partido (acerca da nomeação de Hua Kuo-feng)?»

Este «dazibao», assinado pelas «massas revolucionárias do Instituto de Electricidade do Leste», e colocado diante da entrada deste estabelecimento,

foi arrancado horas após ter sido colocado.

Segundo um estrangeiro que o leu, atraía muitos leitores e figurava no meio de dezenas de outros cartazes e frases aclamando a nomeação de Hua para a presidência do Partido.

O atraso na divulgação oficial desta decisão continua sem explicação e está a provocar muitas especulações na colónia estrangeira de Pequim.

Em Ahng Chow, cidade turística da região de Xangai, viajantes estrangeiros viram milhares de pessoas nas ruas a rufar tambores e a fazer soar gongos para assinalar a nomeação do sucessor de Mao.

Caleidoscópio

NOVA IORQUE, 12 (FP) — O assassinio de Orlando Letelier antigo ministro Chileno dos Negócios Estrangeiros, em 21 de Setembro, teria sido obra de um comando terrorista cubano anticastristas, segundo o F.B.I., polícia federal norte-americana — afirma o «New York Times».

KINSHASA, 12 (FP) — Em escassas semanas, ascende já a 800 o número de casos mortais provocados pela estranha epidemia que grassa na região

norte do Zaire, onde as autoridades médicas e administrativas usam nenhum outro recurso possum senão o de isolar as regiões atingidas, pondo-as de quarentena.

LONDRES, 12 (FP) — O Governo britânico obteve ontem na Câmara dos Comuns uma confortável maioria de 13 votos a favor da sua política económica e da estratégia que decidiu empregar para defender a libra esterlina.

PUB

MENINA

TEM INTERESSE?

em estudar

INGLÊS em LONDRES?

...e ganhar dinheiro enquanto aprende?

International Association oferece-lhe facilidades únicas — educacionais, culturais e sociais — a senhoras com idade compreendida entre 17 e 28 anos.

- Oferecemos estadia gratuita como AU PAIRS.
- Para obter pormenores, escreva por favor e sem qualquer encargo monetário para

Association of FRIENDS INTERNATIONAL

Rua Borges Carneiro, 59
LISBOA-2

PUB

SINDICATO NACIONAL

DO PESSOAL DE VOO

- DA AVIAÇÃO CIVIL

— POSIÇÃO DO PESSOAL NAVEGANTE DA TAP REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL DE EMERGÊNCIA NO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO EM 10/10/76 SOBRE A OPERAÇÃO KANO-JEDDAH

Tendo sido solicitado ao Pessoal Navegante da TAP a fim de dar cumprimento a um conjunto de medidas excepcionais que permitam honrar os compromissos assumidos pelo Governo Português nas negociações que culminaram com a inclusão dos dois aviões Boeing-707 da Força Aérea Portuguesa na frota da TAP.

O Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil torna pública a Proposta aprovada em Assembleia, dando assim cumprimento ao Ponto 6 da referida Proposta.

PROPOSTA

Considerando que a vinda dos aviões da FAP para a TAP está dependente da abdicação pelos trabalhadores do Voo TAP dos pontos 1 e 2 da Cláusula 85.º do ACT, os trabalhadores do Voo TAP reunidos em Assembleia Geral de Emergência convocada para o efeito decidem:

- 1 — Aceitar o pedido do Conselho de Gerência da TAP.
- 2 — Deixar bem expresso que tal concordância é excepcional e se deve apenas ao facto de estar em causa a vinda de 2 aviões necessários ao País e à TAP.
- 3 — Lamentar e manifestar a sua indignação pelo facto de na ocasião em que foi anunciado ao País que os aviões da Força Aérea vinham para a TAP, ter sido escamoteada a informação de que os mesmos aviões se encontravam já prometidos a uma empresa estrangeira a qual os havia comprometido numa operação que a TAP se vê agora obrigada a fazer, de certo em termos de pouco interesse económico sob pena de ficar sem os aviões.
- 4 — Lamentar igualmente que para evitar a alienação de bens necessários à economia do País, haja que se recorrer à abdicação pelos trabalhadores de conquistas elementares consagradas em Acordo Colectivo de Trabalho o que só por si parece ser elucidativo da forma como são efectuadas determinadas negociações por entidades responsáveis.
- 5 — Salientar também que já na Ponte Aérea Lisboa/Luanda, esta foi feita a título excepcional e de emergência, o que redundou em sacrifício para o Pessoal de Voo e resultou também em atropelos ao Dec-Lei N.º 31/74 (Regulamento de Tempos de Trabalho e Repouso) e por isso se salienta que para nenhum efeito a aceitação da operação KANO-JEDDAH por parte do Pessoal Navegante da TAP constituirá precedente seja para que entidade for.
- 6 — Esta Proposta deve ser levada ao conhecimento do Conselho da Revolução, Conselho de Gerência TAP, Comissão de Trabalhadores TAP, para divulgação aos grupos de ligação, Comissão Sindical TAP, Ministério do Trabalho, Ministério dos Transportes e Comunicações, Ministério do Comércio Externo e principais Órgãos de Informação.

Lisboa, 11 de Outubro de 1976

Nacional

QUANDO UM GOVERNO VENDE ARMAMENTO

Os senadores americanos criam dificuldades sempre que examinam os contratos de armamento que lhes são submetidos antes de qualquer conclusão definitiva entre os Estados Unidos e um cliente estrangeiro. É decerto por isso que os industriais americanos de aeronáutica acabam de pedir ao governo federal que os ajude a manter a sua superioridade tecnológica em face dos construtores que, nas outras nações, tentam concorrer com eles. «Se os Estados Unidos não fornecem os materiais pedidos para exportação, explicou recentemente em Houston (Texas), o vice-presidente da Vaught Corporation, Spiegel, fá-lo à outro país e será esse país que embolsará os lucros políticos e comerciais de tal operação.»

Em 1975, uns quatrocentos mil trabalhadores da indústria americana da aeronáutica, isto é, 42,5 por cento dos efectivos totais do sector, estiveram directamente ocupados nos mer-

cados de exportação. Segundo os peritos é preciso acrescentar sete mil e setecentos empregos indirectamente criados para a exportação em fábricas ligadas à indústria especificamente aeronáutica.

Desde 1960-1961 as exportações aeronáuticas representaram anualmente, em média 7 a 8 por cento do montante global das exportações americanas. Com um volume de negócios total da ordem dos 28 400 milhões de dólares em 1975 a construção americana, civil e militar, exportou à volta de 8 biliões de dólares, enquanto que a indústria aeronáutica francesa se limitou a entregar ao estrangeiro 7,2 biliões de francos.

Quando se dirigiu ao governo federal, Spiegel apresentou uma série de argumentos que, em conclusão, levam a exigir um apoio importante do Estado, tanto para a produção de material como para a inovação tecnológica. «É absolutamente necessário, explicou, que as

nações em vias de desenvolvimento não sejam obrigadas, devido à nossa recusa em cooperar, a negociar contratos de armamento com os países comunistas. Ao fornecer material bélico para exportação, os Estados Unidos contribuem para reforçar o sistema de defesas dos seus aliados, e podem também controlar o emprego dessas armas pelos outros clientes, vigiando as entregas de peças de substituição. Assim, essas entregas de material militar e a assistência técnica fornecida reforçam os elos entre as nações, ao mesmo tempo que se ajuda a preservar a paz.»

Esta defesa, que tem por objectivo manter a corrida aos armamentos no mundo, fizeram-na todos os industriais de armamento quando pedem o auxílio dos seus governos. De cá e de lá do Atlântico, o discurso é idêntico. Os industriais franceses do armamento repetem muitos dos argumentos de Spiegel. Mas, ao contrário dos

seus homólogos e concorrentes franceses, que muitas vezes concordam com as conclusões do relatório da inspecção das finanças acerca da necessidade de distinguir as responsabilidades do Estado e as dos industriais, os construtores americanos de armamento, a acreditar em Spiegel, satisfazem-se com a constante intervenção do poder federal.

Ao contrário de uma opinião muito difundida, declarou o vice-presidente da Vaught Corporation, não são os industriais de aeronáutica que efectuam os contratos de venda no estrangeiro. Quem trata disso é o governo americano. E o exercício dessa prerrogativa é muito útil aos interesses da nação. «Num país que venera o livre empreendimento, o Estado não deve contentar-se com o controle dos mercados de armamento, ele deve também tornar-se sem complexos, o seu próprio negociante de canhões.»

© Le Monde

Omar Torrijos critica debate Ford-Carter

L.E. MARTÍNEZ CRUZ

facto são), o general Torrijos, em declarações formuladas através do Gabinete de Informação, criticou a pouca importância dada ao tema, que é um dos pontos críticos das relações dos Estados Unidos com a América Latina e os países empenhados na justa causa panamiana.

Torrijos assinalou na sua declaração que «o presidente Ford atribui a si próprio o mérito de que não haja nenhum jovem americano a lutar em nenhum posto do mundo, mas que, no Panamá, 20 000 soldados do Comando Sul dormem com botas de combate e espingarda ao lado, à espera que a América Latina reclame os direitos soberanos do Panamá que lhe têm sido negados nas negociações».

O chefe do Governo termina as suas declarações acentuando que gostaria de recordar ao sr. Carter «que a palavra nunca é um vocábulo que o dicionário político eliminou do seu inventário desde as lutas de libertação».

Embora seja certo que o debate sobre a presente ou futura política externa norte-americana no seu conjunto pode ser considerado medíocre pelo povo que esperava com ansiedade esta confrontação para decidir com fundamento qual dos candidatos é mais idóneo para ocupar a Casa Branca, também é verdade que se fizerem algumas declarações que com certeza não serão postas em prática.

Tal é o caso das declarações de um dos candidatos quando afirmou que a redução das despesas com a defesa seria uma das principais tarefas a levar a cabo logo que fosse eleito, e isto porque dificilmente os Estados Unidos deixarão de fornecer armamento aos países que, como o Irão e a Arábia Saudita, defendem os interesses norte-americanos no Golfo Pérsico e no Médio Oriente em geral.

Quanto ao terminar o apoio a países que, como o Chile, foram manipulados pelos ser-

ram e criaram bases militares e «bons governos» nos países das Caraíbas e nas Antilhas a fim de formar um cordão de segurança contra qualquer ataque por mar.

Os panamianos, conscientes de boa orientação da política de negociação do governo revolucionário panamiano, manterão essa posição até que se tenham esgotado todos os meios pacíficos de obter um acordo mas, como afirma o general Torrijos, «não há colonialismo que dure cem anos, nem povo que o tolere».

MOBÍLIAS E MÓVEIS SOLTOS DE ESTILO E MODERNOS POR ELEMENTOS, ESTOFOS, LOIÇAS, VIDROS, QUADROS, CRISTAIS, OBJECTOS DECORATIVOS, LANÍFÍCIOS, CONFECÇÕES, ETC.

PARA HABITAÇÃO

MOBILIÁRIO EM AÇO E MÁQUINAS

PARA ESCRITÓRIOS

ELECTRODOMÉSTICOS

PARA RESIDÊNCIAS, LOJAS, ETC.

MAQUINAS E UTENSÍLIOS P.º IND.º HOTELEIRA

ARTIGO NOVO — IMPORTANTÍSSIMO

LEILÃO

DAS ESPECIALIDADES EM EPIGRAFE, VENDEREMOS PELA MAIOR OFERTA E SEM BASE DE LICITAÇÃO

AMANHÃ E DIAS SEGUINTE AS 15 HORAS

AVENIDA CASAL RIBEIRO, 17-B

Sendo impossível descriminar os milhares de lotes a vender, aconselhamos uma visita à

EXPOSIÇÃO AMANHÃ, DAS 10 ÀS 13 HORAS



SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1
Telfs. P.P.C. (9 Linhas)
512929-51478-47018/9

AFRAFILHOS, Lda

Nacional

M.D.M. apela em Lisboa à paz e ao desarmamento

Alertar e apelar à opinião pública para que se mobilize contra a corrida mundial aos armamentos foi o objectivo de uma conferência de Imprensa promovida ontem pelo Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas.

Usando da palavra em primeiro lugar, Esmeralda Costa, da direcção nacional do M.D.M. referiu-se demoradamente à Conferência de Helsínquia durante a qual se efectuou uma mesa-redonda de mulheres sob o tema «Mulheres na Acção Unidas pela Paz e Desarmamento». Dessa iniciativa, disse Esmeralda Costa, ficou decidido utilizar todos os meios para pôr fim à corrida ao armamento, nomeadamente através da própria educação, utilizando-se os órgãos de comunicação social, principalmente a Rádio e a Televisão, a fim de mobilizar toda a opinião pública mundial.

«O fim da corrida aos armamentos é premissa indispen-

sável para o bem-estar e a felicidade dos povos e um futuro sorridente para os nossos filhos salienta o M.D.M. Como mulheres e mães, ao lado de todas as mulheres do mundo, devemos mobilizar as nossas forças para que a guerra seja banida de sobre a terra. Queremos que os nossos filhos cresçam livres e saudáveis e que jamais conheçam os horrores da guerra. Reclamamos a nossa adesão ao apelo de Estocolmo de 1975, convencida que a mobilização da opinião pública mundial é de uma importância fundamental para pôr fim à corrida aos armamentos.»

Outro elemento do M.D.M., dr.^a Laura Lopes, dedicou a sua intervenção à análise dos números terríveis da guerra. Estes números falam por si.

Cerca de 20 por cento da população dos países em vias de desenvolvimento (400 milhões de pessoas) sofria de

uma falta considerável de calorias e proteínas.

700 a 1000 milhões de pessoas encontram-se permanentemente subalimentadas 25 milhões de pessoas morrem anualmente de fome.

2 terços dos 20 milhões de crianças que nascem anualmente nos países da Ásia, da África e da América Latina sofrem de doenças e atrasam-se no seu desenvolvimento físico e intelectual por falta de alimentação suficiente.

Só nos países do Extremo Oriente mais de 100 000 pessoas são atingidas anualmente pela cegueira por falta de vitaminas na sua alimentação.

Em 1974 na Índia faltaram víveres para 40 milhões de indivíduos e mais de um milhão de pessoas estavam directamente ameaçadas de morrer de inanição.

No Bangladesh, em fins de 1975, faltavam 2 milhões de toneladas de cereais e milhões de pessoas estavam

ameaçadas de morrer de fome.

Em 1973, cerca de 10 milhões de pessoas em sete países africanos (Mauritania, Senegal, Alto-Volta, Mali, Níger, Chade e Etiópia) encontraram-se directamente ameaçadas de morrer de fome.

ENQUANTO ISTO

Na história da humanidade houve até hoje 14 500 guerras.

Morreram nessas guerras 3,6 mil milhões de pessoas (mais que a população actual do Mundo).

Calculando em ouro todo o valor do material destruído nessas guerras, poderíamos rodear a Terra, pela linha equatorial, com um cinturão de ouro com 8 metros de espessura e 10 metros de largura.

E quanto custa a morte de uma pessoa na guerra?

Na I Guerra Mundial custou mais de 3 milhões de escudos.

Na I Guerra Mundial custou mais de 3 milhões de escudos, e nesta guerra morreram mais

de 50 milhões de pessoas.

Na guerra da Coreia o custo da morte de uma pessoa atingiu 42 milhões de escudos e ali morreram 10 milhões de seres humanos.

Se houver uma III Guerra Mundial, e tendo em vista que se tal acontecer será uma guerra termonuclear, qual será o seu custo? E quantas pessoas morrerão?

Na produção bélica trabalham actualmente 50 milhões de pessoas, todas com grandes experiências industriais e grandes conhecimentos intelectuais. Quanto custou a formação dessas pessoas? Gastaram-se muitos milhares de contos para esses indivíduos estudarem, para se dedicarem à destruição do Mundo e dos seres humanos.

Meio milhão de cientistas estão em todo o mundo ocupados em trabalhos ligados à guerra.

Em 1974 todos os países juntos aplicaram em gastos militares a soma de 250 mil milhões

de dólares ou seja, aproximadamente, sete mil - 500 bilhões de escudos. Esta quantia chegava para construir 40 milhões de habitações com todo o conforto - guas quentes e frias, luz, electricidade, aquecimento.

Mas, actualmente, as despesas militares subiram já a 300 bilhões de dólares.

Em 1970 o regime brasileiro destinou 579 milhões de dólares para gastos militares - hantinha então 194 milhões nas suas forças armadas. E no entanto mais de 50 por cento da população recebia salários inferiores a 130 dólares anuais e 70 por cento da população subalimentada. E, ainda, em cada 1000 crianças morriam 124 antes de atingirem um ano de idade.

Em Portugal, em 1971 as despesas públicas extraordinárias aumentaram, em relação a 1970 de 2895 milhões e 800 mil escudos, verba especialmente destinada a gastos com a guerra colonial.

publicidade

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO CENTRO, SUL E ILHAS ADJACENTES E MOAGENS DO CENTRO E SUL

Os trabalhadores químicos reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, dia 9-10-76 na Voz do Operário, em Lisboa, para discussão do Congresso dos Sindicatos e aprovação do Projecto de Regulamento, entenderam manifestar o seu acordo à Direcção pela sua prática face à preparação do Congresso. Nesse sentido aprovaram Moções e Propostas das quais transcrevemos as mais significativas.

MOÇÃO

Trabalhadores químicos reunidos em Assembleia Regional em Évora, no dia 2-10-76. Considerando que a unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical é uma questão sagrada para todos os trabalhadores e condição para a vitória das classes laboriosas contra os exploradores;

Considerando que o Congresso de Todos os Sindicatos, pela Reestruturação da Intersindical Nacional - Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses é fundamental para consolidar e reforçar o Movimento Sindical;

Decidem:

- 1.º Que a CNOP desenvolva todos os esforços necessários à realização rápida do Congresso de Todos os Sindicatos;
- 2.º Que a CNOP continue a desenvolver todas as iniciativas para trazer para o seio do Movimento Sindical os Sindicatos autodenominados democráticos da «Carta Aberta»;
- 3.º Denunciar todas as manobras que falando de unidade, têm como objectivo a divisão do Movimento Sindical dos trabalhadores portugueses.

(Esta moção foi aprovada por aclamação em Évora e por maioria em Lisboa)

PROPOSTA

Considerando que perante a ofensiva cada vez maior das forças do capital, da direita e do Governo, é necessário cada vez mais o esforço da UNIDADE dos trabalhadores e das suas organizações de classe, condição principal para a vitória das classes laboriosas contra os exploradores, é necessário levar rapidamente à discussão dos trabalhadores as teses da Lei Sindical para o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, pela UNIDADE dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação dos Sindicatos Portugueses, fundamental para consolidar e reforçar o Movimento Sindical.

Considerando que a aprovação do Projecto de Regulamento e a eleição da C. N. O. C. é a base essencial desse avanço na próxima Reunião Geral de Sindicatos.

Os trabalhadores químicos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9.10.76 na Voz do Operário, deliberam:

- 1.º Apoiar as decisões da R. G. S. do dia 4.9.76 que reafirmou:
 - O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS
 - PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
 - PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL.
- 2.º Que na R. G. S. a convocar para a aprovação do Regulamento, seja eleita definitivamente a C. N. O. C., para que o Congresso não seja protelado por mais tempo.
- 3.º Denunciar e repudiar todas as divisionistas, antidemocráticas dos subscritores da «Carta Aberta» que não contribuem em nada para a defesa dos trabalhadores, para a consolidação da democracia e para a defesa da Constituição, mas permitem sim o avanço do capital e da direita.
- 4.º Onde houve consenso das várias expressões do Movimento Sindical, aprovar o Projecto de Regulamento.
- 5.º Que todas as alternativas seja rejeitadas, porque contradizem a estrutura democrática dos Sindicatos e do Movimento Sindical Unitário.
- 6.º Dar um voto de confiança à Direcção pela sua acção de defesa intransigente do Movimento Sindical Unitário e dos trabalhadores químicos.
- 7.º Apoiar todas as iniciativas, para a realização do Congresso dos Sindicatos, realizadas pelo nosso Sindicato.

(Proposta aprovada por maioria)

Lisboa, 9.10.76

MOÇÃO

Considerando que é um direito das Associações Sindicais, consignado pela Constituição, participar na elaboração da Legislação de Trabalho,

Considerando que o Conselho de Ministros registou sobre matérias que colidem directamente com os direitos e interesses dos trabalhadores, pretendendo, nomeadamente:

- limitar ainda mais o direito de contratação colectiva
- facilitar os despedimentos sem justa causa
- impedir a segurança no emprego, através da generalização dos contratos a prazo
- devolver ao patronato as empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica
- limitar a actividade sindical

Considerando que o Movimento Sindical tinha obtido do Ministério do Trabalho garantias de prolongamento do prazo para a apresentação e discussão de tais matérias.

Considerando que o Ministério do Trabalho nem sequer deu a conhecer os projectos de Decretos-Leis.

Considerando que, apesar disso, o Movimento Sindical já apresentou ao Governo, os princípios fundamentais dos projectos que contemplam toda a legislação de trabalho anunciada pelo Governo.

Os trabalhadores químicos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9.10.76, decidem:

- 1.º Repudiar as decisões do Conselho de Ministros referentes à legislação de trabalho
- 2.º Alertar o sr. Presidente da República, Assembleia da República e Comissões Permanentes para estes factos que são anticonstitucionais.
- 3.º Enviar esta Moção para o P.R., C. R. A. R., C. Constitucional, C. Parlamentar do Trabalho, e C. Parlamentar Constitucional.

Esta moção foi aprovada por maioria

Lisboa, 9.10.76

MOÇÃO

Trabalhadores químicos reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9.10.76 na Voz do Operário, tendo conhecimento do boicote às negociações por parte do patronato decidem:

- 1.º Denunciar todas as manobras do capital em não querer negociar o C. C. T. V., onde tentou diminuir regalias já adquiridas.
- 2.º Alertar todos os trabalhadores químicos para a necessidade de estarem unidos em defesa dos seus interesses de classe contra os exploradores.
- 3.º Chamar à responsabilidade o Governo pelo apoio e confiança que está a dar ao grande Capital explorador através das medidas antioperárias e em particular da contratação colectiva.
- 4.º Mandatar a C. S. N. para contactos a desenvolver junto dos órgãos do poder, para que este assumia as suas responsabilidades, obrigando o patronato a apresentar propostas para negociação.
- 5.º Se o patronato continuar a não querer negociar e o boicote continuar, a Direcção deve fazer Plenários nas fábricas para que sejam encontradas formas de luta que obriguem os grandes exploradores a ceder às justas reivindicações que os trabalhadores químicos exigem.
- 6.º Que a Direcção com o apoio de todos os trabalhadores químicos continue a lutar para que seja reposto o poder de compra que ultimamente tem sido perdido com os aumentos constantes que o Governo tem feito sair e ao mesmo tempo não permitir que o grande Capital recupere com o apoio do Governo o que este perdeu com o 25 de Abril.

(Aprovada por maioria)

MOÇÃO

Os trabalhadores químicos reunidos em Assembleia Geral no dia 9.10.76, decidem:

- Repudiar o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do tesouro, que significa mais um atentado ao seu já ameaçado nível de vida;
- Encarregar a Direcção do Sindicato de promover um abaixo-assinado nas empresas químicas, contra esse pagamento.

(Aprovada por maioria)

MOÇÃO

Considerando que a actividade contra-revolucionária e terrorista que se verifica no nosso país não pára e se desenvolve;

Considerando que esta actividade mais visa do que a destruição das conquistas dos trabalhadores e suas organizações de classe ao mesmo tempo que procura a desestabilização política com o inevitável aproveitamento pelas forças de direita;

Considerando que a violência com que os bombistas incendiários actuam é incompatível com as liberdades que se efectuaram e com as que estão em perspectivas;

Os trabalhadores químicos reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9.10.76 na Voz do Operário em Lisboa, exigem da parte do Governo, Conselho da Revolução e outras autoridades do País, uma actuação clara e inequívoca contra os conspiradores levando até ao fim as investigações e desmantelamento da rede bombista que só terminará com o castigo exemplar dos conspiradores.

(Aprovada por maioria)

PUB

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

DELEGAÇÃO DE ALMADA

Rua D. Francisco Xavier de Noronha, 5 - r/c. Dt.
ALMADA

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 33.º dos nossos Estatutos, convoco para o próximo dia 13 pelas 21 horas, no Salão do Inatel em Setúbal, a Assembleia Geral, para uma Sessão Extraordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 01 - Funcionalidade da Direcção
- 02 - Decisões sobre as posições a assumir pelo nosso Sindicato face ao Congresso dos Sindicatos.

Nota - Nos termos do Artigo 35.º dos nossos Estatutos, a reunião da Assembleia Geral terá início à hora acima referida com a presença de qualquer número de sócios.

Setúbal, 1 de Outubro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Artílio Vasco de Pinho Batista

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOURES AVISO

Fiz-se público que se acha aberto concurso público, pelo prazo de 20 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República», para adjudicação da empreitada de «Execução de pavimento de um troço da Rua Henrique Barba de Albuquerque, em Loures, e um troço do arruamento à sudeste».

A base de licitação é de 681 600\$00.

O processo da empreitada pode ser examinado todos os dias úteis durante as horas normais de expediente, nos Serviços Técnicos de Obras do Município.

Os concorrentes deverão possuir alvará de empreiteiro de obras públicas, correspondente à IV categoria ou da subcategoria da ... categoria e da classe que cubra o valor da proposta apresentada.

A caução provisória é de 17 040\$00.

A abertura das propostas realizar-se-á perante a Comissão Administrativa na primeira reunião ordinária que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio. A Comissão Administrativa reúne todas as quartas-feiras, pelas 10 horas no edifício dos Paços do Concelho.

Paços do Concelho de Loures, 6 de Outubro de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
José Augusto Gouveia

NO COLISEU

A PARTIR DE SEXTA-FEIRA
DIA 15, AS 21.30 HORAS
FABULOSA OLIMPIADA
INTERNACIONAL DE CIRCO!
Portugal - Espanha - França - Itália
Bélgica - Alemanha - Inglaterra
E. U. A. - Suíça - Holanda - Bulgária - Noruega - Cuba - México

14 PAÍSES NUMA GRANDE COMPETIÇÃO!

Espectáculos

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

CADA COR SEU PALADAR, de Francisco Ribeiro, Armando Cortez e Nicolau Breynner. Música: João Vasconcelos, Thilo Krasmann e Nuno N. Fernandes. Figurinos e Direcção de Montagem: Mário Alberto. Cenografia: Mário Alberto, Hernâni Lopes, Moniz Ribeiro e Helder Fernandes. Coreografia: Marilyn Clark. Interpretação: Nicolau Breynner, Nina Flores, Isabel Amaro, Lourdes Lima, Victor Mendes, Vera Mónica, Ribeirinho, Herminia Silva, Nuno Emanuel, Albino Santos. Produção: Sérgio de Azevedo. Teatro A.B.C. 18/9/1976.

Ou uma só cor: a da reacção; ou só paladar: o do anticomunismo. Ou uma só cor: a falta de profissionalismo; ou só paladar: a falta de graça. É normal as revistas estrearem antes de os artistas terem os papéis na ponta da língua. Alegava-se, antigamente, que era por causa dos números que a Censura cortava e era necessário substituir à última hora. Ignoramos quais as razões que agora se alegam, o que nunca vimos foi o que se passou na estreia do A.B.C.. Por várias vezes, os actores tiveram que passar por cima dos textos para não interromperem o espectáculo, apesar dos mais que audíveis esforços do ponto. Nesse aspecto os casos de Ribeirinho e de Herminia Silva

foram contrangedores embora não fossem únicos.

Falta de profissionalismo, pois, do empresário que estreou uma semana antes do que devia; falta de profissionalismo dos actores que com ele se cumpliciam.

Falta de humor; embora não pretendamos ter um paladar demasiado exigente no que se refere aos ingredientes humorísticos, confessamos que raramente teremos visto revista em que o humor estivesse tão arreado como neste caso. Essa falta de humor, de alegria, têm obviamente a ver com a pobreza da paleta utilizada pelos autores. Ao contrário do que alguma gente pensa, a direita, a reacção não têm graça nem inventiva, e como não têm razão, são obrigados a recorrer à mentira e à calúnia para argumentarem. Ora, tanto a mentira como a calúnia são tristes, tristes. Ai vai um chorriho delas: na União Soviética não há alegria; todas as manifestações artísticas que de lá vieram depois do 25 de Abril eram uma desgraça; na União Soviética não há eleições; chovem de lá os rublos para pagar a propaganda (afirmação repetida e cuja gravidade não será necessário sublinhar); os camaradas mandam vir vacinas K.G.B.; eles mandam a papinha. (Devemos dizer que na revista não se fala em União Soviética mas apenas em Rússia e em russos. Ignorâncias...) Em relação à Censura, diz-se esta coisa peregrina: «o espírito censor chegava a ser antipatriótico», como se a Censura não fosse em si mesma antiPátria. Há mais: «unicidade nem sexual»; esdruxaliza-se liberdade para a confundir com merda; criticam-se as prisões feitas depois do 25 de Abril («limitaram-se a soltar uns para meter lá outros»), o que implica o elogio da libertação dos «pides»; ataca-se Melo Antunes e o próprio Mário Soares («Mário Só Ares» — aplausos); afirma-se: de tra-

Cada cor sua reacção

balhar nunca gostei muito e para comas ainda menos; canta-se: «foi-se o ouro todo em cravos»; repete-se que os trabalhadores portugueses não trabalham e caricatura-se de forma bastante infame a democratização das forças armadas e o princípio fundamental de «os soldados sempre, sempre ao lado do Povo»; garante-se que «queriam substituir os versos de Camões por versos de Neto» (Agostinho), e não se deixa de glosar o tema de «as coisas nacionalizadas serem mais caras».

É este o paladar da revista. Se para cada cor seu paladar, então aqui as cores são as da reacção e os paladares sensibilizados só poderão chamar-se reacccionários. É costume na estreia de uma revista procurar os números que será necessário eliminar para garantir a sua coesão. Nesta, é preciso andar à procura do que se poderá aproveitar. E é com grande dificuldade que se encontra: um número de Vera Mónica, razoável como texto, bom como enquadramento e interpretação (talvez o único que não é reacccionário). Vera Mónica com bons papéis poderá vir a tornar-se um caso

sério da nossa revista, para o que necessitará de se dominar e de enriquecer os seus registos de expressão corporal, de os tornar mais espontâneos. Sublinhemos ainda, e só, o trabalho do figurinista e dos cenógrafos, embora sem grandes rasgos de originalidade; alguns momentos de Nicolau Breynner que, aliás, é um actor que enche um palco mesmo que não esteja lá a fazer nada. O resto é o lugar-comum: é a rapariga que Nicolau persegue e que é toda postições: é o Vicking que vem do Adóque; são as constantes referências à virilidade, ou falta de virilidade masculina, que parecem ser uma obsessão.

Vitor Mendes limita-se, como de costume, a utilizar a sua corpulência; também como de costume, Ribeirinho passeia a sua insignificância e a sua falta de memória; Lourdes Lima, atraída pelas figuras que lhe deram, não vai lá, o que é pena; Herminia, em má forma tanto no que se refere à memória como à voz.

Se o leitor não perde uma revista, deixe passar algum tempo antes de ir ao A.B.C.; se costuma escolher, passe de largo.

NOVOS DISCOS

A francesa Marie Laforêt em «Maine Montparnasse» (Cyril Ravasco) e «Star Story» (lan-Marnay). Um 45 rpm que marca a reaparição da fria e distante rapariga dos olhos de ouro.

Claudio Fontana num «EP» que exhibe «Recordações de Ypacarai» (Mirkin-Demétrio Ortiz) e «Meu Desejo», da autoria do próprio Claudio Fontana. Arranjos do maestro Zézinho.

Charlie Spahn surge em «My Disco Lady» (música de Leroy Gomes) e «Lady Rhythm's». Os dois trechos patenteiam letras do intérprete que é (também) responsável pelas rimas do 2.º trecho do acetato.

Dave num «single» que inclui «Ophelie» (Jewens-Goldbird-Loiseau) e «Il n'y a pas de honte a etre heureux» (Loiseau-Assous). Orquestra dirigida por Matteoni.

Ainda uma «mina»: «Emma-nuelle», filme de Francis Giacobetti, continua a encher a bolsa de espertalhões. Desta feita, mais uma gravação discográfica: Sylvia Kristel a cantar (?) músicas de Francis Lai, os trechos «L'amour d'aimer» e «Emma-nuelle 2». A pequena faz o que pode e a mais não é obrigada.

Evite

Dentes Postiços com folga.

Quando anda, come, ri ou espirra, cai-lhe a dentadura, solta-se ou move-se? Não se apoquento ou aborrega com tais incidentes. DENTOFIX um produto para polvilhar as suas placas, mantém a dentadura postiza ajustada com firmeza. Dá confiança e segurança, causando maior conforto. Evita aquela sensação gomosa e pastosa tão desagradável. Peça hoje DENTOFIX em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

«Serenade pour 2 amours» Senneville-Toussaint-Delphine-Tremplin e «Quiz» (Daurey) na voz de Chris Howard Jr. Uma versão instrumental em «flauta de Pan».

Os «Bellamy Brothers» em «Let your love flow» (L. E. Williams) e «Inside my Guitar» (D. Bellamy-J. Stafford). Um 45 rotações que está a agradar nos EUA.

A brasileira Ângela Maria em quatro melodias: «Tango pra Tereza» (Jair Amorim-Evaldo Gouveia), «Ciúme» (Jacob Gabe), «Pequeno concerto para um grande amor» (Benito de Paula-Tabú) e «A noite e a despedida» (J. Ribamar-Beto Scallia). Uma voz mais defendida, mas com o mesmo (imutável) estilo.

Restaurante 7 MARES

PORTIMÃO

De 1.ª categoria

Aberto das 12.30 às 15
e das 19.30 às 24

COZINHA
PORTUGUESA

No Bar: pianista privativo

Encerrado às 2.ª feiras

ORGANIZAÇÕES
FERNANDO BARATA

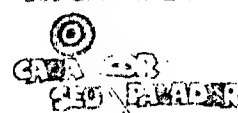
TEATRO / telef. 366745

ABC

Todas as noites
às 20.30 e 22.45 horas
4.ª-feira desc. da comp.
Domingos e feriados
matinée às 16 horas

NÃO DEIXE DE ASSISTIR

A melhor revista
dos últimos 2 anos



Uma revista
apolítica

Para rir e
divertir-se!

HERMÍNIA SILVA
NICOLAU BREYNER
RIBEIRINHO
VERA MÓNICA
VITOR MENDES
LURDES LIMA

à frente de um grande
elenco

Não acons. a men. de 18 anos



HOJE: às 20.30 e 22.00
Domingos Matinée às 16 h.

4.ª FEIRA
Descanso da Companhia
(Não acons. MEN. 18 anos)



BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infante 16, 55-C — LISBOA

Televisão

Canal da Crítica

MAIS UMA PEÇA QUE NOS PREGARAM

2. Transcrevemos do semanário regionalista «A Branca do Lumiar», a seguinte notícia:

Na Aldeia Velha, ridendo povoação da freguesia do Lumiar, o Grupo de Desamadores Amigos da Onça Teatral levou a efeito a peça do ilustre dramaturgo sr. Almeida Garrett, «Um Auto de Gil Vicente». Estava presente grande multidão na acolhedora rede dos Bombeiros Involuntários.

Estes tiveram sempre a agulha na mão, pois tratando-se de um auto, dadas as condições de trânsito neste local, nunca se sabe o que pode acontecer.

O Grupo de Desamadores é constituído por elementos da nossa melhor sociedade. Alguns deles emigraram há longos anos para França e Alemanha, pelo que perderam quase totalmente o hábito de se fazerem entender em português. Mas a boa-vontade é tudo e com a graça de Deus e uns

copos de tinto no bucho a pacifica gente da terra é capaz de tudo, inclusivamente de matar o pai, a avó ou a tia, quanto mais de representarem o sr. Garrett, que até nem é de cá, a julgar pelo apelido.

A representação foi seguida com a maior atenção pela selecta assistência, sendo porém muito notado o excesso de água utilizada no repuxo. Está bem que a água seja precisa naquele Teatro, mas com a seca que atravessamos a prioridade devia ser dada às couves e ao milho de regadio. Nabos por nabos, antes os das hortas.

A peça tocou na fibra sensível dos espectadores, principalmente o que nela havia de diuréico, por influência do repuxo sempre a funcionar. A assistência andava num constante corropio para os lavabos, como se diz na cidade, ou para os mijatórios, como nós mui portugueses dizemos por estas bandas. Havia mesmo quem afirmasse serem os poderes desta peça superiores aos das barbas de milho.

Lá para o fim da peça, quando D. Beatriz está de longada, ouviram-se uns ruídos estranhos que muitos desconfiaram terem origem intestinal. O sr. Chapim, que é obeso e condutor da camioneta da carreira, jurou pela alma da sua Perpétua que, desta vez, não era ele.

E não era. Era o cordame da embarcação, por falta de óleo nas roldanas.

Muitos foram os paroquianos que, atraídos pelo nome de Ruy Ferrão (coevo, segundo os cronistas do século XIV, de D. João III) concorreram para a sala dos Bombeiros. Julgavam ir assistir a uma história de cordel, para gáudio das meninas analfabetas e românticas e das senhoras em transe de coração aflito. Não se enganaram. Mas havia outros que, já

treslidos, afirmaram ser aquilo a paródia doutra peça do mesmo sr. Garrett, anunciada por Artur Semedo na Televisão. Não estou capacitado para garantir a suspeita. Lá que era paródia, era.

Desengane-se quem julgava impossível assistirmos, depois do 25 de Abril, à representação assim, a actores assim, a realizadores assim. A Aldeia Velha, da freguesia do Lumiar, garante que enquanto houver no convento Frei Tomaz é assim que se faz. E quando cheirar muito mal, o bom que têm a fazer é tapar o nariz.

A MÚSICA... E NÃO SÓ!

Devemos a João de Freitas Branco (e quando digo devemos faço-o em nome de milhões de portugueses) aquela gratidão de quem aprendeu a gostar da música por seu intermédio. Dotado de extraordinários dotes de divulgador, capaz de manejar com igual soberania a nota pitoresca e a frase rigorosa, João de Freitas Branco trabalhou muito, e em difíceis condições, para semear o amor pela nossa companharia, a música.

Outro nome é de citação obrigatória quando entramos no domínio da qualidade, da capacidade cultural, da honestidade de processos. Quando tivermos de citar alguém a quem devemos dos melhores e mais dignos momentos da Televisão portuguesa — esse alguém será Augusto Cabrita. Sem a sua presença a Televisão será mais pobre. Foi mais pobre a Televisão portuguesa durante os muitos meses em que Augusto Cabrita desapareceu da circulação. Infelizmente, não há muitos augustos cabritas neste País.

Temos o raro privilégio de ver unidos numa tarefa comum dois nomes tão valiosos como

Por MARIO CASTRIM

Augusto Cabrita e João de Freitas Branco. O programa *melomania*, que principiou ontem, deu-nos uma emissão em rotação mas com um apontamento já definitivo: aquele assinado por Augusto Cabrita em que o ferro líquido dos altos-fornos como que dava o registo das vibrações, a radiografia, da música de Bela Bartok.

O melhor elogio será este: a meia hora de emissão passou sem que dessemos por ela. As palavras simples e directas de João de Freitas Branco, a interpretação de Fernando Serafim, os embrechados de Beethoven e da ópera, o ritmo do programa em busca de seus pontos cardiais — eis o que prenuncia um programa ao serviço da cultura do Povo português.

Ao serviço da cultura do Povo português foi, durante meses, o programa musical dirigido por Mário Vieira de Carvalho e Álvaro Salazar. O ódio vesgo, a raiva ideológica e partidária, expulsaram-nos da Televisão portuguesa. Realmente, o Presidente do Conselho disse e cumpriu: não haverá saneamentos por motivos políticos. Vê-se...

Vê-se e mais cousas se verão. Os socialistas responsáveis, ao permitirem o avanço

Continua na pág. 22

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
SERVIÇO DAS RELAÇÕES CULTURAIS EXTERNAS

EDITAL

Bolsas de estudo
PARA O CANADÁ
1977/1978

Está aberto até ao dia 12 de Novembro de 1976, o concurso para a atribuição de bolsas de estudo oferecidas pelo Governo do Canadá no âmbito do intercâmbio cultural entre os dois países, para o ano lectivo de 1977/1978, e destinadas a cidadãos portugueses que hajam completado uma licenciatura em Universidade portuguesa e pretendam, naquele país, aperfeiçoar os seus estudos ou dedicar-se a trabalhos de investigação.

1. Destino das bolsas
Cidadãos portugueses, habilitados com, pelo menos, um diploma universitário, (licenciatura) (mínimo de 16 anos de escolaridade).

2. Tipos de bolsa
a) Bolsas de aperfeiçoamento
Para candidatos interessados em prosseguir estudos superiores de post-graduação ou de obter um complemento da sua formação.

b) Bolsas de trabalho livre (investigação)
Para candidatos doutorados, interessados em se dedicar a trabalhos de investigação ou de criação.

3. Duração das bolsas
10 a 12 meses conforme programa de estudo aprovado pelos dois países.

4. Domínio das bolsas
Todos os domínios artísticos e científicos.

5. Limite de idade:
Menos de 35 anos.

6. Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:
A) Requerimento, em papel selado, dirigido ao Secretário de Estado da Cultura;

B) Boletim de inscrição a solicitar ao Serviço das Relações Culturais Externas, devidamente preenchido;

C) Certidão das habilitações literárias, donde constem as classificações obtidas;

D) Certidão de nascimento;

E) Trabalhos publicados ou dissertação final do curso;

F) Cartas abonotórias de duas individualidades de mérito reconhecido no domínio da respectiva candidatura;

G) Plano pormenorizado de estudos ou de trabalhos devidamente documentado;

H) «Curriculum vitae».

7. Condições especiais
Os candidatos deverão ter conhecimentos suficientes de inglês escrito e falado ou de francês escrito e falado, segundo a instituição que pretendem frequentar.

Durante a sua estadia naquele país, não poderão exercer um emprego remunerado (salvo autorização expressa), nem aceitar outras bolsas.

O prazo de entrega dos documentos termina 12 de Novembro de 1976.

Todos os esclarecimentos serão prestados na Direcção-Geral do Património Cultural no período das 09.00 às 11.00 horas e das 14.00 às 16.30 horas de 2.ª a 6.ª-feira, na Rua Ocidental ao Campo Grande, 83-1.ª — Lisboa-5, edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa).

Hoje



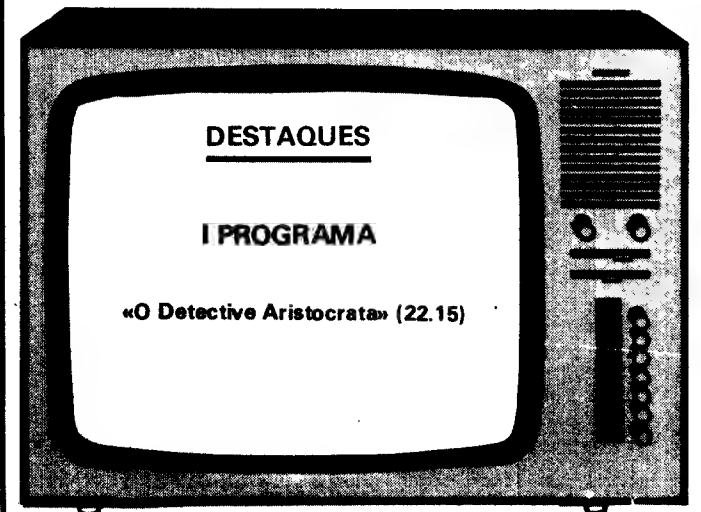
«O Detective Aristocrata»

I PROGRAMA

- 18.30 Abertura e «Heidi» — desenhos animados.
18.55 **Peço a Palavra** — mini-assembleia em que crianças entre os 7 e 10 anos de idade debatem os seus problemas... e... até os dos adultos! Um dos assuntos abordados deste vez, é «O Tabaco».
19.20 **Encontro no Relógio** — um programa recreativo.
20.00 **Fila T** — magazine teatral
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.00 **Momento Político**
21.15 «In the Beginning»

«No princípio Deus criou o Céu e a Terra», esta palavra da Bíblia que nada tem a ver com uma afirmação científica. Porém, em termos de simbolismo não são muito erradas!...

- 22.15 «O Detective Aristocrata» — série baseada em obras de uma conhecida e das melhores autoras de policiais, Dorothy L. Sayers.
23.00 **Fátima** — transmissão das cerimónias religiosas celebradas no Santuário da Cova da Iria.
23.15 **Telejornal** — 2.ª edição
23.30 **Fecho.**



Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — 10.00: Abertura e Fátima — transmissão directa do Santuário da Cova da Iria das cerimónias religiosas; 13.00: Fecho. 2.º Período — 18.30: Abertura e Abre-te Sésamo; 19.00: O Mundo para descobrir; 19.30 Ligeiríssimo — magazine semanal da música ligeira e dos espectáculos; 19.50: Totobola — os prognósticos para o próximo concurso; 20.00 Formas de Ver; 20.30 Telejornal — 1.ª edição; 21.00 Programa Militar; 21.30 «O Novato» («Le Nouveau») — com Damian Damielki, Bogdan Bayer e Krystyna Borowicz. Realização de Jerzy Ziernik, 23.00 Telejornal — 2.ª edição; 23.20 Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8



Um serviço
a que a STAR responde
rapidamente
e com eficiência.



MARIA VITÓRIA

Não aconselhável a menores
de 18 anos



SALVADOR e IVONE SILVA



LIGIA TELLES

CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ ★ IGOR
SAMPAIO

DENTRO DE DIAS
ESTREIA
DA NOVA PLURALREVISTA

TELEF. 36 17 40

Original de HENRIQUE SANTANA
CÉSAR DE OLIVEIRA, ROGÉRIO
BRACINHA e AUGUSTO FRAGA
com música de JOÃO VASCONCELOS,
JORGE MACHADO e
TOZÉ BRITO



HENRIQUE SANTANA



LUÍS MARIO
ODETE ANTUNES
AIDA GOUVEIA
LINA MORGADO
GINA MARQUES
VANDA LIMA
NANI
ANA MARIA
M. QUINTELA

A BILHETEIRA ABRE
AMANHÃ, AS 13 H.

UM GRANDE CORPO DE BAILE I

Desporto

EM CAIXA

NÚMEROS

O Benfica teve um saldo superior a 4000 contos, em 1975 — segundo o relatório tornado público pela direcção do clube. No documento, são apresentadas sugestões, formuladas propostas e avançados números referentes à vida do clube durante o ano civil de 1975.

Dos 189 títulos conquistados (em 16 modalidades desportivas) a natação foi a primeira (com 66) seguida do atletismo com 65. O Sport Lisboa e Benfica conta, neste momento, com 3206 praticantes nas 25 modalidades que engloba, estando em 1.º lugar o campismo (com 1077) seguido da natação (iniciação), com 194.

O futebol profissional registou uma receita de cerca de 35 000 contos, contra uma despesa de cerca de 30 000. O saldo positivo foi (portanto) de 5000 contos.

A quotização dos sócios, que são cerca de 50 000, atingiu um montante próximo de 13 500 contos, enquanto a cedência de atletas fez convergir para os cofres do clube mais de 11 000 contos. Nesta verba inclui-se o lucro da transferência de Humberto Coelho.

MEIRIM

Já não é apenas António Teixeira que está sujeito a severas tomadas de posição da Comissão Central de Arbitros em relação a afirmações proferidas em letra de forma: também Joaquim Meirim foi abrangido no mesmo pedido de inquérito oficial e, segundo ideia de alguns membros do alto areópago da arbitragem nacional, será difícil encontrar juizes para jogos em que participem o Varzim ou o Leixões, enquanto os dois treinadores visados não especificarem quais são os árbitros «que recebem envelopes de certos clubes».

INICIATIVA

O dr. Adérito (funcionário da secretaria da Associação de Andebol de Lisboa) tem em seu poder um livro para «Críticas e Sugestões», criado pela Associação andebolística, numa atitude democrática que é (francamente) de aplaudir e desejar ver com continuidade em outras paragens.



Mário Lino (à direita) confirma: Eusébio seria óptima-mente recebido no Sporting de Braga. Mas, sei que há mais concorrentes: o Beira Mar, o Salgueiros, o Viseu e Benfica. Parece-me que até os jogadores do Benfica queriam que Eusébio regressasse a Luz: mas, em Braga é que ele fazia jeito

DIVULGAÇÃO

O livro «A Criança e o Remo» (da autoria de José Lopes Marques), a que já nos referimos desenvolvendo-nos nestas colunas, acaba de receber novo impulso: em diversos países europeus há interesse pela sua tradução. Igualmente a Unesco endereçou a Lopes Marques palavras de franco aplauso, o mesmo sucedendo através das páginas da revista «Education Physique et Sport».

atitude

A Câmara Municipal de Oeiras concedeu 261 contos para melhoramentos nas instalações dos Sport Algués e Dafundo. Muito bem: houve justiça. Espera-se, agora, que atitude semelhante venha a ser tomada para com a Associação Desportiva de Oeiras que, com poucos haveres, mas extremo trabalho, tem levado a cabo uma obra que, pelo seu alto mérito, não pode ser desconhecida de quem tem as chaves do cofre.

SORTE

Alberto Lourenço, até há pouco tempo responsável-mor pelo Estádio de Alvalade (e, de momento, em funções de responsabilidade na directiva «verde-branca») teve um acidente de viação, próximo dos Jerónimos, quando se dirigia para o futebol do consócio Manuel Lopes. Felizmente os prejuízos (largos) foram apenas materiais: Alberto Lourenço ficou incólume.

ALVALADE

Estão em curso estudos para transformar o «peão» de Alvalade em bancada, tornando-a perfeitamente harmónica com o conjunto em que se integra.

AUTOMOBILISMO

O Inglês James Hunt venceu o G.P. dos E.U.A.

O piloto britânico James Hunt venceu o Grande Prémio dos Estados Unidos, disputado no circuito de Watkins Glen, colocando-se a três pontos do austríaco Niki Lauda, na tabela classificativa do mundial de condutores.

Ao volante de um «Mc Laren», James Hunt travou durante toda a prova uma luta cerrada com o sul-africano Jody Scheckter, que tripulava um Tyrrel de seis rodas.

A corrida foi assinalada por um grave acidente do belga Jacky Ickx que teve de ser transportado para o hospital, com fractura do tornozelo direito e da tibia esquerda, além de queimaduras menores. O Ensign que Ickx tripulava perdeu uma roda num dos pontos mais rápidos da pista embatendo violentamente nos ralis de protecção. A parte dianteira ficou quase completamente destruída e o depósito do combustível rebentou, envolvendo o carro em chamas. Ickx conseguiu fugir a tempo.

Um boletim clínico do hospital onde o piloto foi internado informa que Ickx se encontra em estado «satisfatório».

A classificação final da prova foi a seguinte: 1. James Hunt, Mc Laren, 59 voltas; 2. Scheckter, Tyrrel, 59 voltas; 3. Lauda, Ferrari, 59; 4. Mass, Mc Laren, 59; 5. Stuck, March, 59; 6. Watson, Pensk, 59; 7. Regazzoni, Ferrari, 58; 8. Alan Jones, Surtees, 58; 9. Emerson Fittipaldi, Copersucar, 57; 10. Jarrier, Shadow, 57; 11. Brett Lunger, Surtees, 57; 12. Guy Edwards, Heskett, 57.

Após esta prova a classificação do campeonato do mundo ficou estabelecida do seguinte modo: 1. Niki Lauda, Austria, (Ferrari), 68 pontos; 2. James Hunt, Inglaterra (Mc Laren), 65; 3. Jody Scheckter, África do Sul, (Tyrrel), 49; 4. Patrick Depaillier, França, (Tyrrel), 33; 5. Clay Regazzoni, Suíça, (Ferrari), 29; 6. John Watson, Irlanda, (Pensk), 20; 7. Jacques Laffite, França, (Ligier), 20; 8. Jochen Mass, Alemanha Fede-

ral (Mc Laren), 19; 9. Mario Andretti, E.U.A., (Lotus), 13; 10. Gunnar Nilsson, Suécia, (Lotus), 10; 11. Ronnie Peterson, Suécia, (March), 10; 12. Tom Pryce, Inglaterra, (Shadow), 10.

WALDEGAARD VENCEU O RALLYE DE S. REMO

O sueco Bjorn Waldegaard, em Lancia Stratos, foi o vencedor do Rallye de S. Remo, a quatro minutos do favorito, Sandro Munari.

A Lancia dominou completamente a prova arrebatando os quatro primeiros lugares.

Classificação final: 1. Waldegaard (Lancia Stratos); 2. Sandro Munari (Lancia Stratos) a 4 segundos; 3. Raffaele Pinto (Lancia Stratos) a 9m 33s; 4. Tony (Lancia Stratos) a 31m 2s; 5. Ballestrieri (Opel), a 46m 6s.

PORTUGAL

NATAÇÃO

Das comemorações das «Bodas de Ouro» da Federação Portuguesa de Natação, em Dezembro próximo, faz parte o I Portugal-Espanha.

Na sua última reunião, a comissão técnica da Federação Portuguesa de Natação divulgou o calendário de provas referente à época nacional e internacional, que se iniciará oficialmente em Dezembro. É o seguinte o quadro das provas:

Dezembro: primeiro Portugal-Espanha

Janeiro de 1977: participação no «Torneio Internacional de Genebra».

Fevereiro: participação no «Torneio Internacional de Tilt» (França), primeiro torneio «Age-Group», de Portugal. (Convites endereçados pela Federação Portuguesa às suas congéneres de Espanha, Bélgica, Suíça, Grã-Bretanha, Luxemburgo, Alemanha Federal, Itália e outras da Europa Oriental, tais como a Polónia, Jugoslávia, etc.).

Março: «Torneios Regionais de Escolas», campeonatos regionais de Inverno, participação no «Torneio Internacional de Trento», (Itália) e «Torneio Nacional de Escolas» (em Aveiro)

Abril: participação no torneio internacional «Coca-Cola», em Leeds (Grã-Bretanha), campeonatos de Portugal de Inverno e participação no «Torneio Internacional do Luxemburgo».

Maior: torneio quadrangular, com a possível colaboração da Tunísia, Argélia e Marrocos. Este torneio será denominado «Primeiro Torneio do Terceiro Mundo», e poderá vir a ser disputado nos diversos países concorrentes em cada época.

Junho: «Torneio Nacional de Escolas».

Julho: participação no «Torneio Internacional de Génova».

Agosto: participação nos campeonatos da Europa (a disputar na Suécia), campeonatos nacionais de Verão e «Torneio Aberto de Verão».

XADREZ

Durante cerca de um mês o «mestre» soviético Suetin estará entre os portugueses, ao

abrigo do protocolo desportivo existente entre Portugal e a U.R.S.S. Suetin, que é esperado em Lisboa no próximo dia 14 é um dos melhores jogadores do Mundo e o maior «mestre» que até hoje se desloca a Portugal.

Os objectivos principais da sua presença no nosso país estão ligados à divulgação do xadrez, ao aperfeiçoamento técnico dos nossos jogadores, e, ainda, no tocante à organização de xadrez em Portugal.

Durante a sua estadia, Suetin fará, em Lisboa, Porto e Coimbra, uma série de palestras técnicas, realizará jogos simultaneamente contra-relogio com jogadores mais qualificados e (ainda) partidas de meia hora, seguidas de análises. Estão (também) previstas deslocações de Suetin à Guarda, Caldas da Rainha e Portalegre.

Em Lisboa, Suetin participará num torneio de partidas de meia hora, na noite do próximo dia 15 e na tarde de 16, com a presença de jogadores portugueses, estando também previstas simultâneas com Joaquim Durão e Fernando Silva.

A posição actual do «mestre» soviético na Federação Internacional de Xadrez (F.I.D.E.) é de 2525 pontos, enquanto os campeonatos do Mundo (em geral) têm a pontuação de 2550. Os nossos melhores jogadores são os «mestres» Joaquim Durão e Fernando Silva, (actual campeão nacional) com 2340 pontos.

BADMINTON

No Liceu de Pedro Nunes, a 1.ª de Outubro, a Federação de Badminton faz entrega dos prémios referentes às duas últimas temporadas. Em relação ao curso para juiz-árbitro (27 candidatos) foram considerados aptos a estágio os seguintes participantes da Zona de Braga: Albertino Mendes de Araújo e Manuel Dantas Leite; Porto: Delfim Salvador Pereira da Costa Guedes, António Guimarães Ribeiro e Maria Amália da Costa Martins Guedes; Viseu: Carlos Alberto Coelho Ferreira e Duarte Nuno Ribeiro Gonçalves; Aveiro: Fernando dos Santos Pinheiro Gouveia e João Evangelista Catão Martins Pereira; Leiria: João Nuno Bellegarde. Bello da Con-

ceição; Santarém: Luis António Alcobia Gomes e José Elisio Pereira Louro; Lisboa: Manuel António Duarte Pinto Costa, Luis José Bastos Nunes de Carvalho, Mário Fernandes Pereira Araújo, Acácio Manuel Lomba Ramos, João Geraldo Loureiro Pimenta Mega, João Luis Saraiva de Azevedo e Silva, Martinho de Jesus Patrício, José Paulo Amaro de Assunção e Carlos Alberto Leitão Machado; Portalegre: João Luis Sequeira Baião; Setúbal: Nelson Jorge Nunes Neto; Faro: José Victorino de Oliveira Águas.

TIRO AO ARCO

A prova «Outono», para arqueiros, processa-se a 24 do corrente, no Jamor.

GUARDA

A delegação distrital da Guarda da DGD elaborou um plano subordinado ao tema «O Desporto na Escola Primária» que engloba (nomeadamente) Jogos Pré-Desportivos, Torneios e Convívios locais, Desporto em Férias, Sensibilização e Formação de Animadores e incremento de diversas actividades (Atletismo, Xadrez, Futebol, Basquetebol, Voleibol, Andebol e Badminton)

PROPOSTAS

O Ciclismo português assestado com convites: do Chile, França, Polónia, Colômbia e Guatemala.

ROMÉNIA

Quatro bolseiros portugueses (Maria Manuela Mendes Silva, José Ferreira Curado, Jorge Adelino Gomes e Carlos Gonçalves) estão na Roménia, a frequentar o Instituto de Educação Física e Desportos, de Bucareste.

BASQUETEBOL

A 16 do corrente, o basquetebolista Fernando Gomes (F.C. Porto) é homenageado pelo seu clube, no decorrer de um jogo com o Sangalhos, nas Antas.

CICLISMO

A 16 e 17 do corrente (respectivamente nos percursos Pinheiro de Loures-Estrada da Quinta das Torres e S. Domingos de Benfica-Monsanto) disputa-se o campeonato lisboeta de rampa, para amadores, organizado pela Associação de Ciclismo de Lisboa.

Xadrez

biparte-se em Olimpíadas

O mundo do xadrez está dividido sobre a questão das duas Olimpíadas rivais da modalidade, marcadas para este mês, e para as quais existe praticamente o mesmo número de inscrições. A Federação Internacional de Xadrez (FIDE), com sede em Amsterdão, anunciou que se inscreveram 50 federações para as Olimpíadas oficiais, a realizar em Haifa, (Israel) de 24 de Outubro a 11 de Novembro. Segundo uma notícia da agência «Tanjug», difundida da capital líbia, também cerca de 50 países estão inscritos para as Olimpíadas anti-Israel, que estão a ser organizadas para Tripoli, de 25 de Outubro a 15 de Novembro.

Impressionados com o número de inscrições, os líbios consideram que a sua competição é a Olimpíada oficial e passaram a designá-la por «Olimpíada Internacional de Xadrez». Em princípio, o torneio devia ser denominado «Contra-Olimpíada».

A situação complica-se (ainda mais) pelo facto de a FIDE argumentar ser possível que alguns países se tenham inscrito para as duas Olimpíadas, enviando uma selecção «A» a Israel e uma «B» a Tripoli.

A Líbia, que não é membro da FIDE, convidou vários países inscritos na FIDE a participar na competição de Tripoli e incitou-os a boicotar a de Israel. Entretanto, a FIDE emitiu um aviso às 97 federações nacionais informando que a participação na Olimpíada da Líbia constitui uma «flagrante violação» aos estatutos da Federação.

A senhora Ineke Bakker, secretária-geral da Federação, declarou que a FIDE não sabe ainda quais os países que tencionam tomar parte na competição de Tripoli e, por outro lado, a notícia da agência «Tanjug» não os especifica. Prevê-se (no entanto) que a maioria dos participantes seja formada por países do 3.º Mundo.

A lista para as Olimpíadas a realizar em Haifa incluía a maioria das nações da Europa Ocidental, o Canadá, os Estados Unidos e vários países da América Latina.

A União Soviética informou já oficialmente a FIDE que não participará na competição de Haifa, em protesto contra aquilo a que chama «a política de agressão» de Israel. Também não foram recebidas inscrições de outros países do Leste da Europa desconhecendo-se todavia se estarão presentes em Tripoli.

TOTOBOLA

Jogue conosco

PORTUGAL - POLÓNIA	X
Penafiel - Espinho	X
Famalicão - P. Ferreira	A
União de Lamas - Fafe	A
Régua - Riopelo	X
Marinhense - Torriense	A
Aiba - Caldas	2
União Tomar - Feirense	A
U. Santarém-E. Portaleg.	X
Odivelas - Alcochetense	X
Oihanense-U. Montemor	A
Almada - Oriental	X
Marítimo - CUF	A

Desporto

ORQUESTRAÇÃO INTERNACIONAL

Governo do Canadá alvo da reacção

Charles Palmer, presidente da Federação Internacional de Judo, declarou estar a reunir cada vez mais apoios para o plano que visa proibir a realização, no Canadá, de todas as competições desportivas nos próximos dez anos. Palmer tomou a iniciativa na reunião, ontem iniciada das 26 federações olímpicas com a comissão executiva do Comité Olímpico Internacional.

Palmer, que é, também, Secretário da Assembleia Geral de federações, deseja impor as sanções ao Canadá porque o seu Governo não autorizou a participação da Formosa nos Jogos Olímpicos de Montreal, em Julho deste ano. «Pelo menos meia dúzia de federações comunicaram-me que vão apoiar o meu plano. Outra meia dúzia, — acrescentou, — opõe-se abertamente enquanto as restantes estão numa posição de compromisso. Por isso teremos que aguardar o desenrolar dos acontecimentos», declarou Palmer.

A apresentação do «Plano de Palmer», feito na sessão de abertura da reunião da comissão tripartida do Comité Olímpico Internacional, caiu co-

mo uma bomba. «Não era o lugar para debater o meu plano», observou Palmer, em profundidade, porque esta comissão tem atribuições meramente consultivas junto do COI e não toma decisões. Mas, pelo menos, apresentei-o, e estou satisfeito por ninguém ter desmaiado nem caído ao chão».

Nesta reunião, o Comité Olímpico Internacional irá também debater quais as sanções a aplicar a 29 países africanos que abandonaram os Jogos Olímpicos de Montreal em protesto contra a presença da Nova Zelândia, cuja selecção nacional de raguebi se encontrava na altura a fazer uma digressão pela África do Sul.

Para estes países, Palmer propõe a proibição de participarem durante cinco anos em competições internacionais. O Comité Olímpico Internacional não tem jurisdição sobre os Jogos da Comunidade Britânica que estão marcados para 1978, em Edmonton, no estado de Alberta. Todavia, as Federações Internacionais podem obrigar a que seja alterado o lugar dos jogos, de cujo programa no entanto não faz parte o judo.



SANEAMENTOS NA D.G.D.

Artur Jorge afastado do desporto juvenil

O secretário de Estado da Juventude e Desportos acaba de sanear Artur Jorge das funções que aquele prestigioso futebolista e estudioso da modalidade desempenhava na Direcção-Geral dos Desportos. O despacho daquele membro do Governo não é suficientemente claro quanto às razões do «saneamento», já que não é fácil justificar o afastamento de Artur Jorge de um cargo onde o ex-futebolista do F. C. do Porto, Académica e Benfica, hoje no Belenenses, como qualquer um dos seus mais habilitados camaradas de ofício, estava perfeitamente à vontade e coerente com as necessidades de implantação do Desporto e da Educação Física nas camadas mais jovens.

Deve ter começado aí a «queda» de Artur Jorge perante o dr. Joaquim de Sousa e todos os «legalistas» do M. E. I. C.: fomentar, incrementar e desenvolver o Desporto (e nem só o futebol) entre os jovens deste país que muitos responsáveis querem ver arredados de um direito irrecusável que a Constituição prevê e determina, como que a pretender criar condições para o restabelecimento do obscurantismo e da corrupção, valeu o saneamento do técnico e jogador que tinha a seu cargo o «Plano do Desenvolvimento do Futebol» e que em 15 meses de actividade movimentou cerca de 70 mil crianças na prática do futebol.

Não será necessário apresentar a carreira de Artur Jorge para melhor definir e enquadrar a prepotência e o atentado que constitui o despacho de saneamento do actual atacante do Belenenses. Escusado será, também, referir que nunca na sua vida desportiva foi penalizado ou admoestado. O importante (e curioso) da história residirá no facto de Artur Jorge ser simpático do M. D. P. / C. D. E. e nessas condições ter sido candidato daquele partido nas eleições para a Assembleia Constituinte. O resto vem por acréscimo: trata-se de mais um saneamento político no âmbito da actualização do M. E. I. C. e, claro (para não variar), à esquerda. A Medalha de Ouro de Mérito da F. P. F. que Artur Jorge recebeu foi desta forma invejada pelos novos timoneiros do nosso Desporto.

Agora, resta aguardar o nome que Vasco Resende e o secretário dos Desportos e da Juventude indicarão para desempenhar aquele cargo, facto que contribuirá, esperamos, para melhor dimensionar a envergadura do saneamento de Artur Jorge e caracterizar os «horizontes» que animam a D. G. D.

BENFICA EM ASSEMBLEIA

Discussão e votação do Relatório da gerência anterior e parecer do Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 1975 são os dois pontos da agenda de trabalhos da Assembleia Ordinária do Benfica, durante a qual, como é natural, serão passadas em revista a maioria das questões que se prendem com a actividade da equipa da Luz.

A assembleia desenvolver-se-á no Restaurante do Estádio, estando o início da sessão marcado para as 21 e 30.

Significativo, também, é o facto da assembleia do Benfica surgir escassos dias depois de idêntica manifestação «leonina».

COM O SAINT-GERMAIN

Sporting no Parc des Princes

A equipa de futebol do Sporting partiu ao fim da manhã de ontem, por via aérea, para Paris, onde defrontará, hoje, o Paris St. Germain, no Parque os Príncipes, em jogo de carácter particular.

Além de João Aranha (director do departamento de futebol), Branco do Amaral (Médico), Jimmi Hagan (treinador), Manuel Marques (Massagista), fazem parte da comitiva os seguintes 17 jogadores: Conhé e Valter Onofre (guarda-redes); Inácio, Amândio, Zéinho, Laranjeira e da Costa (defesas); Vítor Gomes, Fraguito, Baltazar, Barão e Valter Costa (médios); Libânio, Manoel, Marinho, Keita e Clésio

(avanzados).

Não se deslocam a Paris o médio Camilo, com ligeira lesão muscular, e os seleccionados para o jogo com a Polónia, José Mendes e Manuel Fernandes.

O atleta olímpico Carlos Lopes, do Sporting, seguiu, também, viagem com a equipa de futebol do seu clube, para na capital francesa receber o prémio «Chalange Tartan», com que recentemente foi distinguido como o melhor atleta que ali actuou durante uma prova internacional.

O Sporting regressa a Lisboa ao princípio da tarde de amanhã.

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do artigo 13.º § 5.º alínea a), e ao abrigo do artigo 36.º § dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar no próximo dia 14 de Outubro de 1976, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — ANÁLISE DE ACTUAÇÃO DA DIRECÇÃO E DEFINIÇÃO DO COMPORTAMENTO DO SINDICATO NO PRÓXIMO CONGRESSO SINDICAL

Nota:

- 1 — A apresentação do cartão de sócio ou de qualquer documento indetificativo é indispensável para a entrada na Assembleia.
- 2 — Esta Assembleia Extraordinária é convocada sob duplo requerimento:
 - a) Por 226 associado ao abrigo do artigo 13.º § 5.º alínea a) dos Estatutos;
 - b) Pelo Conselho Fiscalizador do Sindicato ao abrigo do artigo 36.º § 6.º dos mesmos Estatutos;
 - c) Tendo em conta o requerimento indicado em b) e ao abrigo do artigo 18.º dos Estatutos, esta Assembleia terá início às 21 horas se estiverem presentes a maioria dos sócios, ou 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 29 de Setembro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A TODOS OS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL

O Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade que dê aos trabalhadores deste País uma Central Sindical Única, Democrática e Independente, verdadeiramente representativa dos trabalhadores é o nosso objectivo.

O Congresso de 1975 da Intersindical não foi nem democrático nem de todos os Sindicatos, tão pouco representativo dos trabalhadores portugueses.

A Intersindical que o Governo da altura institucionalizou como Central Única dos trabalhadores não é, igualmente, nem democrática nem independente, nem representativa.

A Intersindical cujo secretariado eleito por alguns Sindicatos, entenda-se por algumas **Comissões Directivas Provisórias**, cujas linhas programáticas e de orientação sindical foram e são rejeitadas por milhares de trabalhadores, tem primado por uma actuação golpista e antidemocrática, a mando de um partido do qual tem sido autêntica correia de transmissões. E os trabalhadores já o rejeitaram.

A campanha eleitoral desta Direcção enquanto lista e o ponto 1.3. do seu programa, democraticamente eleito, são o repúdio claro desta Direcção pela linha de orientação político-sindical do Secretariado da Inter, e a classe deu ao nosso programa ampla e clara adesão, inequívoco apoio. Votou, pois, contra o Secretariado da Intersindical e sua estrutura, votou numa Central Sindical Única mas democrática e independente, votou na Unidade dos Trabalhadores e na Democracia.

A Direcção não abdicará destes princípios e a classe o fará também. A classe votou conscientemente no programa que fez seu e a Direcção levá-lo-á à prática custe a quem custar, doa a quem doer.

Em duas eleições consecutivas a classe que representamos soube responder com firmeza e clareza e soube dizer com quem está e para onde quer ir. Ameaçada que está a democracia no nosso Sindicato, ameaçada que está o Congresso de Todos os Sindicatos e a Central Sindical Única que intransigentemente defendemos, a classe vai ser mais uma vez chamada a reafirmar suas posições e dizer:

NÃO ABDICAREMOS DO PROGRAMA QUE ELEGEMOS E DOS PRINCÍPIOS QUE DEFENDEMOS

Por isso temos que estar presentes na próxima Assembleia Geral, dia 14 de Outubro de 1976.

Se o não fizermos todos os passos que demos em conjunto e tudo o que já obtivemos: poderá estar perdido.

Colegas, os nossos inimigos não desarmam e já demonstraram que os seus objectivos não são os nossos nem o da maioria esmagadora da classe.

SAIBAMOS DAR-LHES A RESPOSTA!

Lisboa, 8 de Outubro de 1976

Pela DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DE VENDAS MOÇÃO

Os delegados sindicais dos trabalhadores técnicos de vendas, reunidos em R. G. D., na sede do sindicato em 8 de Outubro de 1976 decidem:

- 1 — Denunciar a forma como o Ministério do Trabalho resolveu «consultar» as organizações de trabalhadores sobre diversa legislação de âmbito sindical e, na sua maioria da competência exclusiva da Assembleia da República, depois de prévia audição dos sindicatos;
- 2 — Manifestar desde já ao Ministério do Trabalho a sua firme oposição a todas as medidas que visem a diminuição de quaisquer conquistas até hoje alcançadas pelos trabalhadores, seja de que tipo forem.

Aprovado por aclamação

OS DELEGADOS SINDICAIS

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DE VENDAS MOÇÃO

Os delegados sindicais dos trabalhadores técnicos de vendas, reunidos em R. G. D. de 8 de Outubro de 1976, decidem:

- 1 — Repudiar todas as manobras da Associação dos Grossistas Têxteis no sentido de iludir as justas reivindicações dos trabalhadores deste sector;
- 2 — Apoiar a luta encetada por estes trabalhadores, até à vitória final da assinatura de um C. C. T. que lhes garanta melhores condições de vida.

Aprovado por aclamação

OS DELEGADOS SINDICAIS

Geral

Canal da Crítica

Continuação da pág. 19

da direita no aparelho de Estado e em organismos tão importantes como a Televisão, estão a deixar-se isolar, estão a perder amigos, estão a perder fé. Não se dá conta os nossos amigos socialistas de que, assim, vão dentro de um barco furado num lago infestado de piranhas?

ESTE ANIMAL FERROZ...

Historia à vista é uma rubrica incluída na programação infantil. Os meninos e as meninas teatralizam situações da história de Portugal. Se não forem situações muito históricas, não faz mal: eles teatralizam na mesma.

No primeira emissão representada a cena de Egas Moniz, o chorrimo de infantilidade ao principio ao fim. De infantilidades perigosas pela semelhança de lugares comuns e pela exemplificação de conceitos que transportam a origem de classe e moldam deseducativamente as crianças e os jovens a que se destinam.

A mulher de Egas Moniz apresenta-se como não percebendo de política, manda-o descansar enquanto ela trata da casa, queixa-se das exigências das empregadas domésticas. Assim, com a natural irresponsabilidade das crianças sujeitas sem autocritica aos mecanismos sociais, se estabelece a diferenciação entre as tarefas do homem e da mulher — sendo esta naturalmente serva, a ignorante, a que vive para o lar...

Por outro lado, incita o marido a desconfiar dos castelhanos, de quem tem as piores desconfianças.

Desencadeia-se deste modo o processo do chovinismo, tanto mais perigoso quanto está por conta da ingenuidade das crianças e a voz das crianças é a voz de Deus...

A deseducação do espírito infantil prosseguiu ontem com a desgraça do Fuas Roupinho, apresentado alegremente como um guerreiro bom, recto e justo que matava mouros,

muitos mouros, que passou a vida a matar mouros... o diabo, claro, não gostava disso e mandou a um veado que tentasse D. Fuas Roupinho. Este perseguiu-o e quando já estava sobre o abismo invocou Nossa Senhora e o milagre deu-se.

A manipulação é evidente, não das crianças, mas de quem usa as crianças. Não estamos em presença de jovens que pretendem estar no território da história para melhor conhecer o esforço do Homem na sua libertação. Estão na «H» história como os pequeninos vermes estão nos cadáveres.

A Televisão portuguesa está a prestar um mau serviço às crianças e aos jovens de Portugal. Felizmente nem todas as crianças, nem todos os jovens são assim — mas é assim que a Televisão portuguesa os quer.

Não pode ser. Daqui lanço um apelo à formação de comissões de pais e de educadores, no sentido de se pôr um travão a esta esclada de telimbicização. Daqui lanço um apelo a todos os jovens no sentido de criticarem a Televisão com a maior severidade.

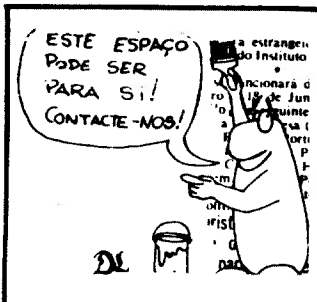
Os paizinhos do CDS e suas proles, coitadinhas, podem gostar destas gracinhas reaccionárias. Não podemos permitir, nós que eles façam vingar os seus pontos de vista. Não podemos permitir a entrada em nossas casas de um animal ferroz, qualquer que ele seja. Muito menos o que se chama Televisão.



OPINIÕES

Continuação da pág. 3

te, com nossas embarcações bem aparelhadas, andamos aos trompacos e a sofrer rombos escusáveis. E também o reservado das milhas. Com a lei que está, com italianos, espanhóis e mais povo a pescar no mar dos Açores em navios fábricas, a gente qualquer dia fica à dependura. Eu sempre ouvi dizer que temos o direito de bandeira; é puxar por ele... «O que vocês precisam é de pau nos lombos e bragas nos pés, 'homens' sem vergonha, que andam a baratinar caprau de gato, a dez patacas a dúzia, sem medo do poder do mundo nem de Deus, disse o Magina, em riba das suas razões...»



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado o vento era fraco e chovia nas regiões do Norte.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	11°
COIMBRA	11°
PORTALEGRE	7°
LISBOA	16°
FARO	16°
FUNCHAL	21°

TEMPERATURAS EXTREMAS

PRELA-MAR BAIXA-MAR

6.04	3,9 m	11.42	1,2 m
18.22	3,8 m	23.55	1,3 m
Dia 13			
6.34	3,8 m		
18.55	3,6 m	12.19	1,3 m
Dia 14			
7.09	3,6 m	0.32	1,5 m
19.37	3,4 m	13.02	1,5 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado ou vento moderado de Sudoeste; períodos de chuva; a partir da noite períodos de céu muito nublado vento moderado de Noroeste e aguaceiros



AMANHÃ

NAScer AS 6.44
OCASO AS 18.02



DESENHE E GANHE BOM DINHEIRO

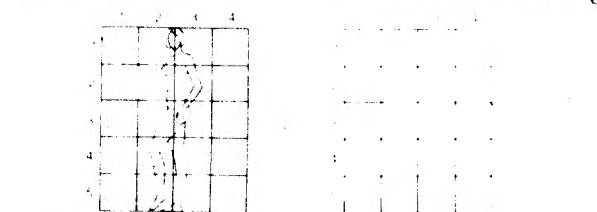
Em pouco tempo, e sem necessidade de possuir conhecimentos especiais, pode facilmente aprender a desenhar por correspondência e sem ter de sair de sua casa para ir às aulas. Graças ao novo curso de DESENHO ARTÍSTICO do CETOP.

Um grupo de conhecidos artistas e de experimentados professores ensinam-lhe, em pouco tempo, de uma maneira agradável, amena e fácil.

Obterá uma excelente formação artística sem abandonar o seu trabalho habitual. Este novo e moderno curso de DESENHO ARTÍSTICO será para si um verdadeiro repouso depois de um dia de trabalho.

Os desenhadores são dos profissionais que melhores remunerações obtêm e... há poucos. Por isso, se deseja mudar de profissão, poderá fazê-lo beneficiando de boas remunerações e das vantagens duma profissão cómoda e moderna.

O novo curso de DESENHO ARTÍSTICO do CETOP põe nas suas mãos algo de muito diferente do que costuma ser um vulgar curso de Desenho. São novos e seguros métodos pedagógicos de ensino. Desde a primeira lição começará imediatamente a desenhar. Aliás, vai começar agora mesmo. Pegue num lápis e comprove como é fácil desenhar: copie no quadriculado da direita, em baixo, a imagem feita pelos nossos professores e...



preenchia com letra clara o cupão junto e envie-o, por favor, a

CETOP - CENTRO DE ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL A DISTANCIA
Apartado 7, Mira-Sintra, Mem Martins - Portugal

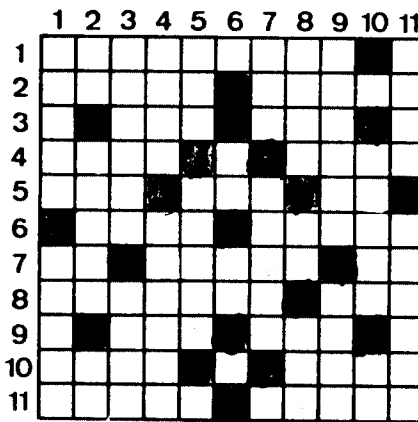
Queiram enviar-me, sem compromisso, o folheto do curso de

NOME: _____
MORADA: _____
LOCALIDADE: _____ Ref. M-373

CETOP Membro do Conselho Europeu de Ensino por Correspondência

HORIZONTAIS:

- 1 Beleza.
- 2 Recuar. Moveu os remos.
- 3 Dá mios. Rei lendário de Tróia, fundador de Ilion.
- 4 Irmãs da mãe. Levantamento de proibição.
- 5 Naquela lugar. Doçura. Atmosfera.
- 6 Pronome demonstrativo. Diplomata francês que foi embaixador de Henrique IV em Roma.
- 7 Postscriptum. Manhas. Germanismo (s.g.).
- 8 Relativo a oásis. Mágica.
- 9 Mulher chinesa da classe baixa. Gosta muito de.
- 10 Rosto. Causa amuo a.
- 11 Ocidente. Atrações.



VERTICAIS:

- 1 Saciada. Que não abunda.
- 2 Língua antigamente falada ao sul do rio Loire. Salva. Actínio (s.g.).
- 3 Tomais direcção. Nome de mulher.
- 4 Em mais alto grau. Tabiques.
- 5 Reza. Nome dum mês.
- 6 Le. Compaixão.
- 7 Cantão da Suíça. Placa de pedra que cobre um túmulo.
- 8 Pessoa maçadora (prov.). Sua santidade. Oceano.
- 9 Afias. Mulher nobre.
- 10 Gole. Interjeição de dor.
- 11 Rija. Propriedades.

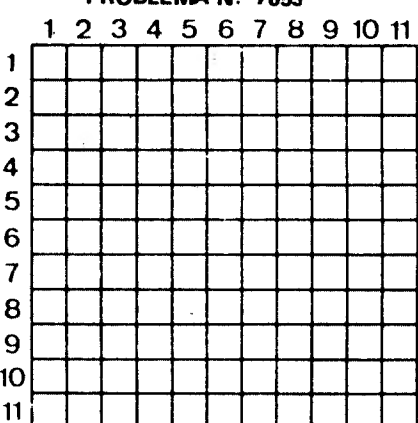
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7653

HORIZONTAIS:

- 1 Vai em auxílio. Vais para fora.
- 2 Banhei. Gemera.
- 3 Lagoa do estado do Maranhão (Bras). Atravessar.
- 4 Sufixo que designa estado. zarcos. Doutor.
- 5 Chefe etíope. Anel. Madre.
- 6 Ecoa. Utensílios domésticos.
- 7 Convencidos.
- 8 Ameça. Restos mortais.
- 9 Palmeira da Amazônia. Ilha do Pequeno Belt.
- 10 Sete em romano. Um mi-lhar. Matemática.
- 11 Querida. Ateado.



VERTICAIS:

- 1 Freguesia do concelho de Portimão. Fúria.
- 2 Tombas. Ferro agudo de lança e de outras armas.
- 3 Ovario dos peixes. Esmurria.
- 4 Rangifer. Rio de Espanha afluente do Aragão.
- 5 Espécie de forragem (Bras). Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Miriarr.
- 6 A Irlanda. Quinhentos e um em romano.
- 7 Despacho. Porco. Nota musical.
- 8 Fechas as asas para descer mais depressa. Sopesa.
- 9 Rio da Suíça. Cordoalha de navio.
- 10 Encolerizadas. Rezas.
- 11 Rio de França. Peixe do género siluro.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11492

HORIZONTAIS:

- 1 Ano. SÃO. Rif.
- 2 Pa. Torre. Al.
- 3 Aramais.
- 4 Arder. Saima.
- 5 Reis. Sras.
- 6 Pa. Por. EL.
- 7 SIMÃO. Al. Es.
- 8 Os. FAVA.
- 9 Fam. Sul. Sol.
- 10 Alara. Acali.
- 11 Oia. Rumar.

VERTICAIS:

- 1 Apear. Sofas.
- 2 NA. Repisal.
- 3 Adiam. MAO.
- 4 Três. As. Ri.
- 5 Soar. Po. Saa.
- 6 Arm. DO. Tu.
- 7 Oras. Ra. Lar.
- 8 Aias. IF. Cu.
- 9 Sire. Asam.
- 10 Ia. Malévola.
- 11 Finas. Salir.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7652

HORIZONTAIS:

- 1 Pura. Roma.
- 2 ONU. ARC. Sam.
- 3 Ri. Acolá. Ri.
- 4 Trago. Atira.
- 5 Oásis. Moral.
- 6 Srs. Ala.
- 7 Praia. Radia.
- 8 Remar. Idade.
- 9 Os. Marão. Or.
- 10 Ata. Mim. Use.
- 11 Será. Croa.

VERTICAIS:

- 1 Porto. Proas.
- 2 Unira. Reste.
- 3 Ru. Assam. Ar.
- 4 Agiriam.
- 5 Acoassaram.
- 6 Aro. Ris.
- 7 Claramiam.
- 8 Atolado.
- 9 Os. Irada. UR.
- 10 Marra. Idoso.
- 11 Amial. Aerea.

Provérbio: SÃO SIMÃO FAVA NA MÃO.

BARES - BOTES
RESTAURANTES
TRIPS
DANCINGS

NINA - Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-teaseuse

CASINO ESTORIL - Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264586/264621/264945

RODRIGUEZ, MARCOS & COMPANHIA, LIMITADA

Certifico que, por escritura de 4 de Janeiro de 1951, lavrada de fls. 62 a fls. 64 do livro de notas numero 893, deste Cartório, os sócios da sociedade em epigrafe, com sede em Lisboa, na Rua Andrade, numero 63, 1.º, direito, substituíram integralmente o artigo 4.º do pacto social daquela sociedade, que passou a ter a seguinte redacção:

«4.º Todos os sócios são gerentes, com dispensa de caução. Com excepção dos actos de mero expediente, para que basta a assinatura de qualquer dos gerentes, com a firma, para que a sociedade fique validamente obrigada em quaisquer outros actos ou contratos é necessário que eles sejam assinados, com a firma, em conjunto por dois dos gerentes, assinaturas que serão acompanhadas das respectivas assinaturas individuais.»

ESTÁ CONFORME. — Lisboa e 11.º Cartório Notarial, aos 10 de Setembro de 1976.

O 3.º Ajudante
JUSTINO ESTEVAO DA SILVA



Teatros e Espectáculos

LISBOA

TURNO C-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
Aviz, Avenida de Roma, 56-B/C (Tel. 715370)

AREIRO
S. Jorge, Largo do Leão, 3-A/B (Tel. 534027)

AVENIDA DA LIBERDADE
Vieira Borges, Rua Alexandre Herculano, 28/30 (Tel. 40536)

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216)

BENFICA
Vítez, Estrada de Benfica, 373-B (Tel. 780548)

BOA HORA
Sepoi, Calçada da Boa Hora, 94-A (Tel. 631958)

CAMPO DE OURIQUE
Lobel, Rua de Infantaria 16, 98-B (Tel. 688807)

CAMPO PEQUENO
Campo Pequeno, Avenida Júlio Dinis, 10, lojas 18 e 19 (Tel. 771661)

GRAÇA
Rosa e Viegas, R. de S. Vicente, 31 (Tel. 864351)

LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480)

PENA
Silmar, Rua de S. Lázaro 128 (Tel. 42829)

SANTA CATARINA
Modelar, Largo Dr. António de Sousa Macedo, 7-A (Poco Novo) (Tel. 603896)

XABREGAS
Grilo, Rua do Grilo, 25 (Tel. 385264)

TURNO C-2

TODA A NOITE

ALVALADE
Alentejo, Avenida da Igreja, 28-B (Tel. 712682)

ANJOS
Confiança, Avenida Almirante Reis, 46-B (Tel. 821653)

AREIRO
Algarve, Avenida de Roma, 7-B (Tel. 801478); Nova Lisboa, Rua Guilhermina Suggia, 12 (Tvl. 727721)

AVENIDAS NOVAS
Cruz Nunes, Praça Duque Saldanha, 14 (Tel. 41845)

BAIXA
RBARRAL, Rua Augusta, 225 (Tel. 361534-5)

BELÉM
Remisio, Rua dos Jerónimos 14-C (Tel. 631699)

BENFICA
Benfica, Estrada de Benfica, 578-E (Tel. 702532)

CAMPOLIDE
Central, Rua General Taborda, 17 (Tel. 680304)

MADRAGOA
Nunes Simões, Rua Queijas, 1 (Tel. 661275)

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140/C (Tel. 720703-728395)

OLIVAIS SUL
Fernandes Borges, Rua Cidade de Benguela, lote 300 (Tel. 311091)

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Bairro Azul, Avenida Ressa-nho Garcia, 7-A (Tel. 571451)

SETE RIOS
Laranjeiras, Rua Filipe da Mata, 160/162 (Tel. 761035)

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Miraflores, R. António Granjo, 2 (T. 2113161)

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034). Toda a noite

OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

PAREDE
Alair, Av. Gago Coutinho, B. das Caixas de Previdência (T. 2472948). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira (T. 262313/267314). Até às 22 horas

ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque, 3 (T. 260191). Toda a noite

CASCAIS
Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T. 280078). Até às 22 horas; Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D. João I, 9-B (T. 932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T. 932210); Igreja, P. da Igreja, 22-A (T. 937740); Jardim, Av. Conde de Oeiras, 5, Reboreira (T. 938424)

DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T. 970461)

QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117)

CACÉM
Guerra Rico, Aguaiava

MEM MARTINS
Quimica, E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012); Rodrigues Rato (T. 2912036)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA
Marrazes, Vila (T. 2930155)

COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gamelro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250)

ALMADA
Galeno, R. Capitão Leitão, 85-B (T. 2760565)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E. Nacional, 244-A (T. 2040141)

BARREIRO
Pimenta, R. Cons. Joaquim António de Aguiar, 259 (T. 2073012)

COVA DA PIEDADE
Carqueira Afonso, P. 5 de Outubro, 18 (T. 2750254)

MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029)

MONTIJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (T. 2310158)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028)

SETUBAL
Soromenho, P. Machado Santos (T. 22691); Alice, P. do Quebedo (T. 23743)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (T. 2216580)

PORTO

TURNO 10

ATÉ ÀS 22 HORAS

Batalha, P. da Batalha, 26 Cam; o. da República, 118 Invicta, R. do Bonfim, 330 Mira Paulo, R. Castelo de N. 37, Barros, R. do Jardim, 1292; Fátima, R. Oliveira Monteiro, 475; Garantia, R. Fernandes Tomas, 696

OUTRA A NOITE

Sa. R. Vale Formoso, 181; Sarahando, R. dos Loios, 36 Costa Cabral, R. de Costa Cabral, 1832; Fonte da Moura, R. de Tanger, 1463

COIMBRA

Dias Ferreira, Rua do Brasil, 70 (Tel. 26046); Higieniz, Rua Fernandes Tomás, 41 (Tel. 22634; Santa Cruz, Rua das Padeiras, 94 (Tel. 23569)

cinemas

CASTIL

Tel. 630194 15, 17, 19 e 21.15

Intr. men. de 18 anos

Colorido

3.ª Semana

FELICIA

(Este filme contém cenas eventualmente chocantes)

IMPERIO

Tel. 555134/5 15, 18.15 e 21.15

Grupo B - 10 anos

Sophia Loren/Alec Guinness/Omar Sharif

A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

Um drama de amor no ambiente tumultuoso da decadência de um grande império de Anthony Mann 70 m/m/écran gigante

POLITEAMA

Tel. 323805 14.15, 16.30, 19 e 21.30

(Grupo C M/14 anos)

Terence Hill e Bud Spencer em

DEUS PERDOA... E JÁ NÃO

Gargalhada e pancadaria 2.ª semana

ROMA

Tel. 77778 Estreia às 21.15

Interdito a menores de 18 anos

SEXUALMENTE TUA

Um filme de Max Ocas

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

SHAMPOO

A comédia satírica que abalou a América

CARLOS MANUEL

Tel. 2930304 15 e 21.15

Não acons. a men. 13 anos

OS CANHÕES DE NAVARONE

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO

2.ª semana

um filme de Sidney Lumet

EDEN

Tel. 320768 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO

2.ª semana

um filme de Sidney Lumet

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A Obra-Prima de Alfred Hitchcock

REBECCA

com Joan Fontaine e Laurence Olivier

2.ª Semana de encontros

APOLLO 70

Tel. 763319 14.00, 16.30, 19 e 21.15

A obra-prima de Luis Buñuel

VIRIDIANA

com Silvia Pinal, Fernando Rey, Francisco Rabal

Não acons. a men. de 18 anos

2.ª Semana

Hoje às 24.00 horas

Grupo D (18 anos)

DESTINO DE MULHER

De Sidney J. Furie

CASINO ESTORIL

Tel. 264521 264996 17.00 e 21.15

Grupo B - M. 10 anos

OS GLORIOSOS MALUCOS DA DAS MÁQUINAS VOADORAS

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

3.ª Semana

A MULHER, O AMOR E O ÓDIO

Philippe Noiret, Romy Schneider

3 Oscars do cinema francês!

RESTELO

Tel. 610376 15.00, 21.00

Interdito a menores de 18 anos

SALO OU 120 DIAS DE SODOMA

AVIS

Tel. 47163 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos

22.ª Semana

BOBBY

A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

ESTÚDIO

Tel. 555134/5 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Michel Piccoli em

REGRESSO AS CAVERNAS

(Thémis)

Colorido

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 15.15, 17.18.45 e 21.15

Intr. men. 18 anos

DESENHOS PICANTES

3.ª Semana

este filme pode ser consid. pornográfico Decreto-Lei 254/76

D. JOÃO V

Tel. 971794 21.15

Não acons. men. 13 anos

COM JEITO VAI NA FARRA!

RESTAURADORES

Ciclo cinematográfico "Comédia Musical"

VAMOS DANÇAR?

Sessões: 15, 18 e 21 horas

Bilhetes: Esc. 5000

Espectáculo para maiores de 6 anos

Iniciativa da Direcção Geral da Acção Cultural

UNIVERSAL

Tel. 774402 14.30, 19.00 e 21.15

SALO OU 120 DIAS DE SODOMA

de Pasolini

Intr. men. 18 anos

As 17.00 e 23.40

de Jean Luc Godard

NOTA: Sessões reservadas aos sócios da AEFA. Insc. no Animatógrafo em Escadinhas da Achada, 10-1.ª ou no próprio CINEMA UNIVERSAL na Rua da Beneficência, 175 - Tel. 774402

COLIDES

Tel. 322123 13.30, 16.15, 19 e 21.45

Grupo B - M. 10 anos

TORA! TORA! TORA!

3.ª Semana

a gigante epopeia japonesa filmada

c/ Martin Balsan e Joseph Cotten

BERIA

Tel. 776098 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos

Treme-os! Excite-os! Arme-os!

Largue-os em território nazif

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

Um filme de Robert Aldrich

8.ª Semana

LOLDRES

Tel. 801315 14.16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE

c/ Dirk Bogarde e Charlotte Rampling

ROXY

Tel. 481540 15.18 e 21.15

Para Todos

A alegria entra-lhe no coração

A CANÇÃO DA NORUEGA

c/ Torilv Maurstad Christina Scholin

TIVOLI

Tel. 570595 Hoje estreia às 21.15

Isto não é um filme, é um fabuloso espectáculo musical!

KAZABLAN

Com Yehoram Gaon, Arie Elias, Yehudah Efroni

Para todos

Hoje às 15.15, 18.30

Últimas exhibições do filme

CATHERINE, S. A. R. L.

ALVALADE

Tel. 897480 15.30, 18.30 e 21.15

Luis de Funes em

AS FÉRIAS GRANDES

Um filme de Jean Giraut

2.ª Semana

Para todos

PATHE

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

PECADOS EM FAMÍLIA

Com Simonetta Stefanella, Michele Placido, Jenny Tambury

NIMAS

Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

13.ª semana

O Chile de Allende a Pinochet

Outros espectáculos

LISBOA/Teatros

TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«O Circulo de Giz Caucasiano»

VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Isto é que me dói»

ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A grande Cécilia»

ABC
20.30, 22.45 (18 anos)
«Cada Cor Seu Paladar»

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«Fanshen»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«As Coisas que o Padre Faz»

MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O Director da Ópera»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Salão Elisabeth»

SATELITE
19.00 e 21.15 (13 anos)
«Foram os Deuses Astronautas?»

CALEIDOSCÓPIO
21.00 (18 anos)
«Um Dia de Cão»

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Paraiso Carnal»

PARIS
21.15 (18 anos)
«Pronto a Disparar»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Caca Perversa»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«A Vida Intima de Dorian Gray»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Reza pelo morto e mata o

PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«Trans-Europa-Expresso»

IDEAL
21.00 (14 anos)
«Sartana o Vingador»

OLIMPIA
21.00 (18 anos)
«O Maneta de Ferro»

RESTELO
21.00 (18 anos)
«A Professora de Línguas»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

EUROPA
21.15 (10 anos)
«A Grande Corrida à Volta do Mundo»

PALÁCIO FOZ
21.00 (6 anos)
«Vamos Dançar»

VOX
21.15 (18 anos)
«Marilyn e o Senador»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cinestudio
21.30 (13 anos)
«O Direito de Nascer»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Operação Selva»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Seios de Gelo»

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Aventura é Aventura»

LINHA DE CASCAIS

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«Punhos Mortais de Kung Fu»

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (13 anos)
«Brigada Louca»

ESTORIL
Palácio
21.15 (13 anos)
«A Vingança de Monte Cristo»

CASCAIS
Oxford
16.00, 21.15 (18 anos)
«Amor Violento»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Justiça de Mulher»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (19 anos)
«Contos Imorais»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (6 anos)
«Os Malucos Vão à Guerra»

PORTO/Cinemas

TERÇO
21.15 (13 anos)
«O Protesto»

TRINDADE
21.15 (6 anos)
«Onde Está o Oscar?»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Fantasma do Paraíso»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Marilyn e o Senador»

AGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Fogo no Sangue»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Mulher Policia Faz Carreira»

BATALHA BEBE
21.30 (13 anos)
«Diário de uma Esquizefrénica»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«O Ventre de Debora»

OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«Laura»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Bobby»

VALE FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»

BATALHA
21.15 (13 anos)
«Shampoo»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Ha lodo no Cais»

JULIO DINIS
17.45, 21.15 (18 anos)
«Malandrões ao Sol»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«Chove em Santiago»

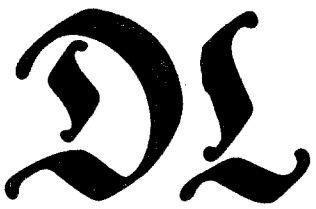
COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Duelo de Punhos»

S. TEOTÔNIO
21.15 (13 anos)
«Romeu e Julieta»

AVENIDA
21.15 (13 anos)
«Adolescência Turbulenta»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«História de um Pecado»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍGUA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

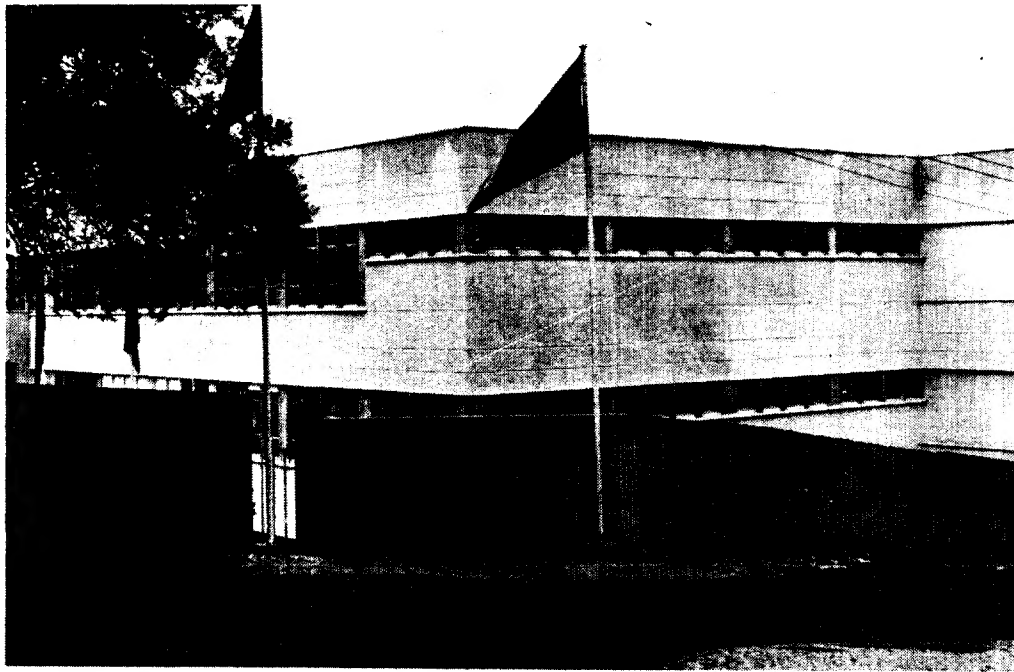
Rocha Vieira em Santa Margarida

O Chefe do Estado-Maior do Exército, general Rocha Vieira, deslocou-se esta manhã ao campo militar de Santa Margarida no âmbito das visitas de carácter militar que tem efectuado às várias unidades militares do Exército.

A sua chegada a Santa Margarida, onde está a ser organizada a brigada NATO, o Chefe do Estado-Maior do Exército

foi recebido pelo comandante da Região Militar Centro, brigadeiro Hugo dos Santos e pelos comandantes das unidades instaladas naquele campo militar.

Entretanto foi anunciado que o general Rocha Vieira visitará, depois de amanhã, a Região Militar Norte. A deslocação está integrada numa série de visitas que irá fazer às diversas Regiões Militares.



Ao princípio da tarde foram inauguradas no Dafundo as instalações do Instituto Espanhol, coincidindo com a celebração do «Dia de la Hispanidad». Ao acto associou-se o ministro da Educação e Investigação Científica, dr. Sotomayor Cardia, que avultava entre os convidados do embaixador Rodriguez-Porrero y de Chavarri. Seguiu-se uma conferência do director do Instituto, dr. B. Sendino, com o tema «Aportación Crítica al Tema de las Amazonas».

Trigo de Moraes novo secretário da Indústria Ligeira

O novo secretário de Estado da Indústria Ligeira será o eng. José Trigo de Moraes, segundo conseguimos apurar, que substituirá no cargo o industrial José Rabaca. Este, por motivo de doença, nunca chegou verdadeiramente a exercer aquelas funções.

O eng. Trigo de Moraes foi chefe de gabinete do ministro Walter Rosa na vigência do VI Governo, e exerceu as funções de Director-geral do R. C. P., cargo para o qual foi nomeado por Raul Rego após a constituição do primeiro Governo Provisório. Actualmente, é presidente do Conselho de Gerência da Empresa Pública «A Tabaqueira».

Contactado pelo «D.L.»,

o eng. Trigo de Moraes confirmou-nos que acabava de aceitar o convite que o Primeiro-Ministro, sob proposta de Walter Rosa, lhe havia dirigido, mas que ignorava ainda a data em que tomaria posse. Sobre a orientação que procura o eng. Trigo de Moraes afirmou não desconhecer as grandes dificuldades que o sector da indústria ligeira atravessa, mas não acha ainda oportuno referir-se às medidas que procurará impulsionar: assegurou, no entanto, que as grandes linhas dessa política estão contidas no Programa do Governo, que procurará aplicar dentro do espírito socialista e democrático que norteia a Constituição da República.

Provedor de Justiça

Continuação da pag. 1

F. (Movimento de Unidade Nacional Antifascista).

Participou nas reuniões decisivas e foi um dos redactores da plataforma-programa «9 Pontos para a Unidade Nacional». Foi, no M. U. N. A. F., um dos membros do Conselho Nacional, a que presidiu o general Norton de Matos. Designado depois para a Comissão Executiva.

Foi um dos signatários do documento dirigido ao então Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, solicitando a reunião do Centro Almirante Reis, e onde se decidiu a formação do M. U. D. (Movimento de Unidade Democrática). O seu nome aparece entre os fundadores do núcleo de Acção Socialista, organização de onde provém o actual P. S. Fez parte, depois, do mais directo antecedente histórico do P. S., a Acção Socialista Portuguesa. Desenvolveu intensa actividade empenhada nas sucessivas candidaturas de oposição à Presidência e a deputados para a Assembleia Nacional. Exerceu cargos elevados na Ordem dos Advogados.

Filho do coronel Vitorino Godinho, que foi ministro da República, e genro de António Maria da Silva, que foi presidente do Ministério e um dos fundadores da República, sobrinho do prof. dr. Barbosa de Magalhães, também ministro da República e que fez parte do Conselho Nacional Antifascista e da Comissão Central do M. U. D., José Magalhães Godinho é irmão do prof. Vitorino de Magalhães Godinho.

Autor de inúmeros trabalhos sobretudo de teor jurídico, dispersos por publicações especializadas, José de Magalhães Godinho escreveu também sobre temas políticos, tendo sempre uma presença e uma intervenção muito activas na cena portuguesa em momentos decisivos, designadamente nas campanhas eleitorais. Já depois de 25 de Abril de 74 dirigiu durante cerca de dois meses o vespertino «República». O seu último livro intitula-se «Causas que foram casos».

Aliança Nkomo-Mugabe

Sithole não se resigna

«Isto não é um exercício de unidade. É um exercício de depuração» — declarou hoje em Lusaka o dirigente nacionalista rodesiano Ndebaningi Sithole referindo-se à aliança Nkomo-Mugabe recentemente concretizada tendente à contestação absoluta do Governo minoritário branco de Ian Smith.

Sithole foi o presidente fundador da União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU), mas a sua chefia está a ser desafiada por Robert Mugabe, geralmente considerado como representante político de cerca de 12 000 guerrilheiros nacionalistas.

Mugabe e Joshua Nkomo (outro dos rivais de Sithole que dirige a facção interna do Conselho Nacional Africano) anunciaram ontem, como aliás coticiámos, que formariam uma «frente patriótica» e uma delegação conjunta para as projectadas conversações patrocinadas pela Grã-Bretanha em Genebra sobre o futuro da Rodésia.

Ainda Sithole: «Essa aliança não é mais do que um pacto entre indivíduos destinado a afastar as pessoas

que interessam ao povo do Zimbabué.»

POSIÇÃO DO GOVERNO RODESIANO

O Governo rodesiano reafirmou entretanto (segundo um telegrama da Reuter) a sua determinação de seguir estritamente as propostas anglo-americanas de conseguir Governo maioritário para a Rodésia na conferência de Genebra.

O ministro da Informação, Elly Broomberg, declarou pela rádio que as propostas apresentadas pelo secretário norte-americano de Estado, Henry Kissinger, preconizam um plano. «Não há qualquer hipótese» — disse — «desse plano ser alterado.»

A Conferência, marcada para 25 do corrente, teria por objectivo a criação de um Governo Provisório, não se tendo registado qualquer sugestão sobre assuntos constitucionais a discutir. Esta declaração segue-se a um comentário do dirigente nacionalista Joshua Nkomo de que a reunião de

Genebra era uma conferência constitucional que daria «o Poder ao povo».



Os porta-vozes da F.P.L.P. — Comando Geral

Elementos da F.P.L.P. falaram à Imprensa

«Nem Franjeih nem Elias Sarkis representam os interesses das classes libanesas oprimidas» — declararam elementos da Frente Popular de Libertação da Palestina — Comando Geral — numa conferência de Imprensa hoje realizada no hotel Altis.

Para a F. P. L. P. — Comando Geral — a actual fase política libanesa não reflecte «nem uma guerra entre irmãos, nem uma guerra de religiões, mas sim uma luta de classes entre as forças enfeudadas ao impe-

rialismo americano e ao sionismo e as forças empenhadas na construção de um Líbano melhor».

Definindo os seus objectivos, os resistentes palestinianos afirmaram lutar «não só pela libertação da Palestina mas também para uma mudança radical dos regimes vigentes no mundo árabe, a fim de dar lugar a um socialismo científico, não importado, mas próprio às características da nação árabe».

Soares no Brasil em 15 de Dezembro

O Primeiro-Ministro português, Mário Soares, visita o Brasil de 15 a 20 do próximo mês de Dezembro.

E a convite do Governo brasileiro e da comitiva que acompanhará Mário Soares fará par-

te ainda o ministro dos Estrangeiros, Medeiros Ferreira.

Entretanto Medeiros Ferreira parte para Paris na próxima sexta-feira, a convite do seu homólogo Louis Guiringaud. Na agenda: consultas (regulares) entre os dois governos.

Base das Flores em negociação

Decorrem de hoje até ao próximo dia 14, no Estado-Maior-General das Forças Armadas, as conversações preliminares entre as delegações

de Portugal e da França, com vista à renovação do acordo para a utilização, pelas Forças Armadas francesas, da estação de telemedida instalada na ilha das Flores.

Esta reunião «tem carácter exploratório» e portanto não pode deliberar sobre a matéria. Está presente um representante do Governo Regional dos Açores — o eng.º técnico Vitor Macedo — adjunto do secretário-geral do Equipamento Social e Ambiente.

Mais tarde, em data ainda a fixar, terão lugar outras reuniões para conclusão do acordo.

Presidência da República

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe esta tarde, em audiência de cumprimentos o dr. Ramos da Costa, embaixador de Portugal em Belgrado; o dr. Heinz Weinberger, embaixador da Austria e o sr. Taieb Bouozza, embaixador de Marrocos.

Últimas Notícias

Nomeação confirmada de Hua Kuo-feng

PEQUIM, 12 — (R) — O primeiro-ministro Hua Kuo-feng foi nomeado Presidente do Partido Comunista Chinês, segundo confirmou hoje, à noite, um informador oficial.

O informador disse que a razão da demora em anunciar ofi-

cialmente a nomeação de Hua fora devido ao facto da notícia ter sido primeiro transmitida a todas as unidades do país.

TRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS ANTERIOR: 39.984

3
tome
at

A SAÚDE DO SR. BRIGADEIRO

António Alcada Baptista, num artigo de «O Dia»: «A orquestração da Imprensa criou, aos possíveis visitantes do sr. brigadeiro (Pires Veloso) esta situação bizarra: quem quer saber do estado de saúde do ilustre doente sabe que, ao concretizar este seu interesse, está imediatamente a cometer um acto de significado político. Quem não está interessado na saúde do sr. brigadeiro mas sim em conferir aos seus actos um significado político, sabe que tem de ir saber do seu estado de saúde».

PODER JUDICIAL

O Poder Judicial é um dos três poderes de um Estado Democrático, desde a Revolução Francesa.

Uma pergunta se impõe: donde retira a sua legitimidade o actual Poder Judicial em Portugal? Da mesma fonte democrática e antifascista que os poderes Legislativo e Executivo? Ou ainda da velha raiz fascista?